

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PEQUENA PRODUÇÃO RURAL: UM ESTUDO
SOBRE O PAPP NO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM - PE

Marcos Antonio Bezerra Figueiredo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, como requisito para obtenção do grau de Mestre sob a orientação da Professora Dra. Sandra Correia de Andrade.

RECIFE, SETEMBRO DE 1999

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PEQUENA PRODUÇÃO RURAL: UM ESTUDO
SOBRE O PAPP NO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM - PE

Marcos Antonio Bezerra Figueiredo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, como requisito para obtenção do grau de Mestre sob a orientação da Professora Dra. Sandra Correia de Andrade.

RECIFE, SETEMBRO DE 1999

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado à memória da minha companheira e mulher, Vanderlucia Maria da Silva, que precocemente e de forma trágica nos deixou.

A conheci na Pastoral Universitária, no início dos anos 80. Naquele período, cercada de amigos e amigas, participava ativamente do movimento estudantil e da luta para fortalecer organizações populares em bairros da periferia de Recife. A sua atuação, enquanto cristã e estudante de jornalismo, junto com outros jovens, visava o fortalecimento do compromisso de estudantes universitários com o projeto social e político dos excluídos. Compromisso este que marcou toda sua existência. Posteriormente, como profissional da área de comunicação, engajou-se em projetos desenvolvidos por ONGs (Fase, Centro Josué de Castro, Etapas e Centro Sabiá) e na Prefeitura do Recife, onde atuou na elaboração e edição de instrumentos de comunicação de natureza popular.

O seu jeito alegre de viver tornava-a uma pessoa muito cativante. Era difícil conhecê-la, mesmo que fosse por pouco tempo, e não lembrar dela depois. Foi com esta mulher ativa e bela que convivi 13 anos de minha vida. Da nossa união além dos nossos dois filhos (Lucas e Caio), exemplo de garotos firmes e alegres, trago a doce lembrança de um amor inesquecível. Foram tantos os momentos de felicidade que apesar dos dissabores da vida, alimento a certeza que Deus é bom para mim, pois me deu a oportunidade de amar e ser amado por uma mulher muito especial.

Fica por fim, uma saudade imensa e um sentimento bom, de orgulho, de ter sido o seu grande amor. É com este amor que quero dar continuidade à criação dos nossos filhos, parte viva daquilo que ela representa para mim.

AGRADECIMENTOS

O Curso de Mestrado em Sociologia coincidiu com um período muito difícil da minha vida. Daí a minha gratidão, a amigos e professores pela contribuição e solidariedade para realização deste trabalho, ser dobrada. De modo especial, destaco a dedicação e a orientação crítica e competente da Professora Sandra Correia de Andrade. Em diversos encontros para discussão deste trabalho contei com sua a atenção e apoio, atitudes fundamentais, que muito me encorajou a prosseguir na vida profissional. Pela confiança depositada e pela amizade, a minha gratidão permanente. Agradeço também aos demais professores, particularmente a José Carlos Wanderley, Maria Nazaré Baudel e Eliane da Fonte pelas contribuições no desenrolar desta dissertação e pela convivência amigável. Sou igualmente grato a Lucinha, Albenize, Cláudio e Eduardo pelo apoio, sempre presente e imprescindível para a realização do Curso. Ao lado dos colegas Remo, Sérgio e Lenivaldo vivi raros momentos de descontração. As nossas conversas acompanhadas de um cafezinho, funcionavam como um espaço de troca e de incentivo. A Remo sou especialmente grato pela contribuição sempre valiosa, sugestões e análise que aportou ao texto, principalmente as discussões nos momentos finais deste trabalho. O apoio de professores e amigos do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco foi fundamental para poder dedicar-me integralmente ao Mestrado. Por fim, agradeço aos companheiros e companheiras do Centro Sabiá, verdadeiros irmãos e irmãs que aprendi a amar, e com os quais compartilho o sonho de uma sociedade justa com base na agricultura familiar sustentável. De modo particular sou grato a Verônica, a Orlando e Antônio Custódio, ex-diretores do STR de Bom Jardim, e aos pequenos produtores do Sítio Alto pelas informações e pela acolhida durante a pesquisa em campo.

RESUMO

É no contexto das transformações da agricultura brasileira, acelerada a partir dos anos 70, que o Estado, através da SUDENE, implementou políticas de modernização da pequena produção rural. Diferente das ações emergenciais de combate à seca, orientadas para “soluções hidráulicas”, os Programas de Desenvolvimento Rural Integrado, como se denominaram estas intervenções públicas, reorientaram a ação governamental no Nordeste. Esta nova política do Estado na Região, concretizada através de Programas, dentre os quais se destaca o PAPP, objeto deste trabalho, objetivava a integração da pequena produção à economia nacional, principalmente através aquisição de tecnologias de origem industrial e da produção de matérias-primas e alimentos a preço baixo para o mercado consumidor dos grandes centros urbanos.

A análise que fizemos, a partir da realidade de pequenos produtores rurais do município de Bom Jardim – PE e da literatura sobre o assunto, é que a passagem de uma agricultura tradicional para outra considerada moderna a partir do impulso do Estado não levou a formação de uma camada média de pequenos produtores, com espírito empreendedor. O que verificamos, na nossa pesquisa, foi à dependência do produtor em relação a insumos agroindustriais e de esquemas de comercialização desfavorável a sua economia. Frente a esta realidade, a reprodução da unidade de produção só é possível por meio da autoexploração do pequeno produtor e sua família e da obtenção de empréstimos, isto é do endividamento. Deste modo, o Estado ao difundir, através de Programas de Desenvolvimento Rural, elementos do modelo agrícola dominante junto a pequenos produtores nordestinos contribuiu para o surgimento de novos problemas, que afetam a economia, o meio ambiente e a qualidade de vida deste setor da população rural.

ABSTRACT

The implementation of small agricultural production modernisation policies by the Brazilian State development agency SUDENE has taken place in the context of accelerated transformations to the Brazilian agriculture, from the 1970s. Differently from the emergence actions to tackle the draught problem, oriented toward “hydraulic solutions”, the Integrated Rural Development Programmes, as this kind of public intervention was called, redirected governmental action in the Northeastern region. This new state policy was implemented through programmes such as the PAPP, object of the present study, and was aimed at the integration of small production to the national economy, basically via the acquisition of industrial technology and the production of low-cost raw materials and food for the large urban centres’ consumer market.

Our analysis is based on the situation of small farmers in the municipality of Bom Jardim, Pernambuco, and the literature on the subject. We concluded that the transition from a traditional agricultural practice to an allegedly modern one, through state induction, did not lead to the formation of an entrepreneurial small farmers’ middle class. What we found was the dependence of producers on agro-industrial inputs and unfavourable commercialisation schemes. Faced with such a reality, only the small producer and his family’s self-exploitation and loan applications - that is, indebtment - can assure the success of the production unit. As a result, by disseminating elements of the dominant agricultural model via Rural Development Programmes, the state has contributed to raising new problems, which affect the economy, the environment and the quality of life of this part of the rural population.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1. CAPÍTULO I: MODERNIZAÇÃO, ESTADO E PEQUENA PRODUÇÃO RURAL.....	13
1.1. Aspectos da Modernização Agrícola no Brasil.....	13
1.2. Políticas do Estado para Modernizar a Agricultura.....	16
1.3. Função da Pequena Produção no Sistema Econômico.....	22
1.4. Aspectos da Especificidade da Pequena Produção.....	25
1.5. Universo da Pesquisa e Metodologia.....	29
2. CAPÍTULO II: A PEQUENA PRODUÇÃO NO CONTEXTO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO NORDESTE A PARTIR DE 1970.....	35
2.1. Antecedentes Históricos.....	35
2.2 GTDN: Diagnóstico e Proposta.....	38
2.3. Sudene: Intervenção Planejada na Agricultura.....	40
2.4. Políticas da Sudene para a Agricultura.....	43
3. CAPÍTULO III: A PROPOSTA DO PAPP PARA MODERNIZAR A PEQUENA PRODUÇÃO.....	52
3.1. Origem e Concepção do Programa.....	52
3.2. Ações do PAPP para Modernizar a Pequena Produção.....	58
3.3. Considerações sobre a Atuação do PAPP em PE.....	66
3.4. Tecnologia e Pequena Produção no PAPP.....	76
3.5. Produtividade e Pobreza.....	80

4. CAPÍTULO IV: A ATUAÇÃO DO PAPP EM BOM JARDIM.....	83
4.1. O Contexto da Intervenção.....	83
4.2. A Implantação do Programa no Município.....	90
4.3. Ações do PAPP no Sítio Altos.....	98
CONCLUSÃO.....	125
BIBLIOGRAFIA.....	130
ANEXOS	
Anexo 01 - Perfil dos Entrevistados	
Anexo 02 - Projetos Financiados pelo PAPP em Bom Jardim (1986 a 1995)	

INTRODUÇÃO

A presente dissertação analisa a problemática de pequenos produtores rurais, que foram levados a modernizar parte de suas atividades produtivas a partir do impulso do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor – PAPP. A incorporação de inovações tecnológicas no âmbito da unidade de produção e a maior vinculação com o mercado, via compra de insumos, de equipamentos e venda de produtos agrícolas, deveriam, de acordo com este Programa, promover o aumento da produção e a melhoria das condições de vida desta parcela da população rural.

A proposta do PAPP, de viabilizar a passagem de uma agricultura menos tecnificada para outra mais tecnificada e comercial, estava em sintonia com um diagnóstico da agricultura nordestina realizado pelo Banco Mundial. Este documento preparatório à elaboração do Projeto Nordeste, do qual o PAPP era um dos programas, apontava o aumento da produtividade agrícola como alternativa para os problemas crônicos da Região, entre os quais se destacavam as vulnerabilidades da agricultura aos efeitos das secas e a disparidade da renda intra-regional no setor (BANCO MUNDIAL, 1986).

A partir de 1986 o PAPP busca enfrentar estas limitações, entre outros mecanismos, através da difusão de técnicas agrícolas para elevar a produção e a produtividade. Os meios operacionais, para viabilizar este objetivo, foram os segmentos do Programa e os projetos específicos de natureza produtiva, que incidiam diretamente sobre as unidades de produção. Parte da população alvo do programa obteve recursos para adquirir tecnologias de produção. Entretanto, apesar da notoriedade que o Programa alcançou no Nordeste, pouco se sabe sobre os seus efeitos para a economia do pequeno produtor. Até que ponto as

tecnologias de produção disseminadas aumentaram a produção agrícola e influíram para a melhoria das condições de vida de pequenos produtores e de suas famílias? O nosso objetivo, ao tomar esta questão, é o de analisar em que medida o PAPP, enquanto uma política pública do Governo Federal e do Banco Mundial, contribuiu de fato para o fortalecimento da economia da pequena produção. A nossa análise enfoca, de modo específico, o processo produtivo e a comercialização de produtos agrícolas oriundos das pequenas unidades de produção, que foram alvo da intervenção do PAPP.

A incorporação de tecnologias agropecuárias era o argumento fundamental para elevar-se à produção e ampliar a relação com o mercado, criando condições mais vantajosas para o pequeno produtor. Não obstante estes aspectos serem importantes para a economia da pequena produção, levantamos a hipótese de que estas condições não foram suficientes para promover melhorias efetivas nas condições de trabalho e de vida das famílias dos pequenos produtores rurais no contexto da área pesquisada.

Para orientar esta discussão, retomamos, no capítulo I, o debate mais geral sobre a problemática agrária que se desenvolveu no país a partir dos anos 60. Naquela década, a proposta da Reforma Agrária perdeu espaço no cenário político nacional. O modelo de desenvolvimento, que privilegiava a industrialização e o aumento da produtividade agrícola, via modernização tecnológica, sem mexer na estrutura fundiária, fortaleceu-se e impôs a sua primazia sobre as políticas de desenvolvimento.

Naquele contexto, as políticas governamentais, que se voltaram para a pequena produção, impulsionaram um processo de modernização agrícola, tecnificação e de mercantilização, visando fomentar a formação de uma camada média de produtores com

capacidade empreendedora e orientada à produção de alimentos e de matérias-primas para o abastecimento do mercado interno. Essa política, respaldada pelo Banco Mundial, contribuiu para o despojamento da pequena unidade de produção de características básicas vinculadas ao que se denominou, teoricamente, de especificidade da economia camponesa. Introduzimos, como contraponto e argumento, esta perspectiva teórica no debate, baseados, principalmente, nos trabalhos de Chayanov, objetivando demonstrar que mesmo num contexto de uma agricultura tecnificada, onde a racionalidade econômica produtivista está presente, os pequenos produtores orientam-se por parâmetros que visam a satisfação das necessidades básicas de consumo da família.

No Nordeste, o debate sobre a transformação da agricultura extensiva, realizada em “propriedades típicas” e da subsistência, tomou corpo, principalmente, no período em que se discutia a maior integração da Região à economia nacional. Neste sentido, políticas Estatais foram implantadas pela Sudene no período pós-64. A apresentação e análise destas políticas, particularmente aquelas voltadas para a pequena produção, compõem o capítulo II, onde buscamos evidenciar os interesses econômicos e políticos mais gerais que as norteavam.

Dentre estas políticas para a pequena produção rural do Nordeste, o PAPP destaca-se em função de apresentar o objetivo de erradicar a pobreza e o desemprego na Região. Para alcançá-lo, o Programa traça, inicialmente, uma estratégia de desenvolvimento econômico com conotação social, que pretendia incrementar a economia desta parcela da população rural. Nesta direção, estimulava-se a introdução e dinamização de lavouras de

maior valor comercial. Esta estratégia é implantada em Pernambuco, particularmente através dos projetos produtivos. A discussão desta intervenção no Estado é feita no capítulo III.

Iniciamos o último capítulo analisando a intervenção do PAPP em Bom Jardim, Município do nosso estudo, onde procuramos verificar o alcance e os limites dos projetos específicos. A seguir buscamos evidenciar, a partir da realidade de uma comunidade rural, os efeitos decorrentes da utilização de tecnologias modernas sobre as condições de produção, de comercialização e de vida dos pequenos produtores rurais, que participaram de um projeto de produção agrícola implantado nos anos 90.

Para realizar esta pesquisa optamos por fazer um estudo de caso onde, entre outras atividades, entrevistamos pequenos produtores, lideranças sindicais e técnicos vinculados à implantação do Programa no Município. Os procedimentos, as etapas da pesquisa, o processo de investigação e elaboração desta dissertação encontram-se detalhados na parte final do capítulo 1.

Finalmente, esperamos que esta dissertação contribua para suscitar reflexões sobre políticas públicas para a pequena produção rural, notadamente o setor que agrega um maior número de pessoas na área rural nordestina. Neste momento, em que se verifica escassez de iniciativas governamentais nesta direção, este debate torna-se ainda mais relevante. Se, de alguma forma, este objetivo for atingido, estaremos recompensados pelo trabalho realizado.

1. CAPÍTULO I: MODERNIZAÇÃO, ESTADO E PEQUENA PRODUÇÃO RURAL

1.1. Aspectos da Modernização Agrícola no Brasil

No início dos anos sessenta, o debate, em torno da questão agrária no Brasil, foi marcado por posições divergentes quanto à estratégia de desenvolvimento a ser adotada para solucionar os problemas enfrentados no meio rural. O diagnóstico era de que a agricultura brasileira apresentava uma baixa produtividade, gerando, em função disto, crises freqüentes no abastecimento interno e, conseqüentemente, elevação nos preços dos produtos agrícolas. Por outro lado, a contribuição da agricultura para a exportação era pequena, representando, assim, uma reduzida entrada de divisas. A elevação destas era uma condição importante para viabilizar a industrialização do país que, desde 1930, vinha se consolidando como o “setor chave” da economia brasileira (OLIVEIRA, 1987b).

Em torno do debate destas questões, duas posições sobressaiam-se na sociedade. Uma que acreditava que a origem destes problemas estava relacionada à concentração da estrutura fundiária, na forma de latifúndios improdutivos. Frente a isto, propunha-se uma Reforma Agrária para desconcentrar a propriedade da terra. Esta era uma proposta distributivista, que visava aumentar a produtividade agrícola de gêneros alimentícios através da distribuição de terras aos pequenos produtores rurais. A outra posição, embora partisse do mesmo diagnóstico (baixa produtividade da agricultura), acreditava que os problemas eram oriundos do atraso técnico da agricultura e não da concentração da terra. Esta vertente

propunha, como terapêutica para resolver o problema, a alteração do padrão tecnológico da agricultura, sem, contudo, mexer na estrutura fundiária (AGUIAR, 1986).

O golpe militar de 1964 elevou ao poder os setores sociais que defendiam a última perspectiva, contrários às reformas, entre elas a Reforma Agrária. Tratava-se, portanto, de setores anti-reformistas, representantes do grande capital, aliados aos grandes proprietários de terras. Foram estas forças sociais que buscaram reorientar a agricultura no Brasil no período pós-64, a partir da intervenção do Estado (SORJ, 1980). A estratégia dominante para o desenvolvimento rural, traçada a partir daí, objetivava transformar latifúndios improdutivos em modernas empresas agrícolas. Para viabilizar este objetivo, cabia ao Estado acelerar a modernização tecnológica, visando elevar a produtividade de culturas de grande valor comercial, destinadas, sobretudo ao mercado internacional. A partir deste aludido período, a modernização agrícola constituiu-se na principal diretriz política para a agricultura.¹ Alberto P. Guimarães apresenta da seguinte forma esta nova estratégia do desenvolvimento rural:

“Sob a influência de poderosas corporações multinacionais, interessadas na formação de um mercado específico para os insumos que elas produzem, a estratégia do desenvolvimento rural, até a bem pouco tempo centralizada nas políticas de reforma agrária, vem passando por grandes mudanças na maioria dos países menos desenvolvidos, inclusive o Brasil. Seu centro de gravidade é agora a implantação de grandes empresas rurais “modernizadas”, ou seja, a transformação dos latifúndios tradicionais em latifúndios capitalistas, sem que isso se faça acompanhar de uma alteração essencial nas relações arcaicas de trabalho existentes. (...) A estratégia agrária com que se pretende substituir os programas reformistas anteriores é uma estratégia anti-reformista e, portanto, poupadora de braços (...) fundada na mais sofisticada e mais cara tecnologia”(GUIMARÃES, 1979, p.18).

¹ Dentre os diversos eventos que impulsionaram a modernização agrícola, Martine (1991) destaca os seguintes: a) a consolidação do parque industrial; b) a fase ascendente do ciclo econômico, conhecido como o “milagre econômico”; c) a ampliação do crédito rural subsidiado e outros incentivos à produção agrícola; d) a internacionalização do pacote tecnológico da Revolução Verde; e) a melhoria dos preços internacionais para produtos agrícolas.

Esta reorientação da agricultura, denominada como modernização, pode ser entendida enquanto um processo de transformação da sua base técnica a partir do emprego intensivo de tecnologia de origem industrial (fertilizantes, máquinas, defensivos, etc.), em geral de alto custo, destinada à produção de monoculturas para exportação. Esta reorientação caracteriza-se, ainda, pelo aprofundamento das relações mercantis, por alterações nas relações de produção, com o crescimento do assalariamento temporário, e pela demanda de grandes extensões de terras.

Em suma, tratava-se de um modelo intensivo em capital e em terras, enquanto condições básicas para a sua viabilização. A sua implantação privilegiou médias e grandes propriedades localizadas, sobretudo, nas Regiões Sul e Sudeste, que se voltaram, geralmente, para poucas culturas com maior expressão comercial nos mercados internacionais. Estas características revelam uma modernização de caráter parcial quanto a sua localização geográfica, ao tamanho das propriedades e ao tipo de produtos cultivados.²

Sobre esta situação José Graziano da Silva afirma o seguinte:

“O que se pode ver no campo brasileiro é uma modernização conservadora que privilegia apenas algumas culturas e regiões, assim como alguns tipos específicos de unidades produtivas (médias e grandes propriedades). Nunca uma transformação dinâmica, auto - sustentada; pelo contrário, uma modernização induzida através de pesados custos sociais e que só vinga pelo amparo do Estado” (SILVA, 1978, p. 258).

Do ponto de vista das suas conseqüências, esta modernização, denominada como “modernização conservadora”, trouxe inúmeros problemas para a população rural. Dentre eles destacamos a sazonalidade do trabalho rural, quando não o desemprego definitivo provocado pela mecanização dos processos agrícolas, e a ampliação da concentração da propriedade da terra no Brasil. Vilma Figueiredo (1984) apresenta uma relação entre a

expansão deste processo, que ela denomina de tecnificação, e a concentração da terra, que é, notadamente, um fator que influi diretamente na exclusão social no país. A expansão da tecnificação da agricultura, que se expressa de forma mais marcante no aumento da utilização de insumos e máquinas industriais, concentrada nos estabelecimentos maiores, age no sentido de acentuar a concentração de terras e rendas.³ Em função deste processo, acentuaram-se os problemas sociais no campo com a marginalização da população rural e ampliação da precariedade dos pequenos produtores e de suas famílias, traço que os caracteriza historicamente (Lamarche, 1993).

1.2. Políticas do Estado para Modernizar a Agricultura

Para viabilizar os objetivos da diretriz política para a agricultura definida naquele contexto, o Estado implantou políticas no âmbito da pesquisa, do crédito, da assistência técnica, da extensão rural e do ensino. A criação destas políticas era condição primordial para induzir a passagem da agricultura tradicional para a agricultura moderna. Via de regra, na concepção dos órgãos do Estado, um tipo de agricultura se opunha a outro. A tradicional, classificada como atrasada, que utiliza, essencialmente, recursos naturais (sementes, água e o solo) e instrumentos de produção rústicos e de baixo custo, deve ser substituída pela agricultura moderna, vista como avançada, que utiliza insumos químicos e implementos industriais e se destina à produção de monoculturas para o mercado. A oposição genérica entre tipos de agriculturas ou entre produtores tradicionais (atrasados)

² Ver a respeito da parcialidade da modernização AGUIAR, op. cit. p.99-110.

³ Ainda com relação ao lado “indesejável” da modernização, J. Graziano da Silva (1988) destaca a concentração da terra, que intensificou o êxodo de pequenos produtores rurais. No que diz respeito à concentração da terra, o autor observa uma redução da área dos pequenos estabelecimentos (com menos de 50 hectares - ha).

versus produtores modernos (avançados) é, de acordo como Thiolentt (1984), uma forma de representação da área rural acrítica, sem classes sociais. O “conflito” se apresenta apenas entre o modelo moderno e o tradicional, que pode ser superado pela difusão e adesão gradual dos produtores tradicionais ao modernismo.

Na concepção de Theodore Shultz (1975), cabe ao Estado impulsionar a transformação da agricultura tradicional. Para este economista neoclássico, a passagem de um tipo de agricultura para outro não podia acontecer naturalmente. A agricultura “tradicional” não evolui de forma espontânea em direção à agricultura “moderna”. Assim, a intervenção pública deveria orientar-se no sentido de substituir uma pela a outra. Esta seria a condição para a agricultura sair do marasmo que a caracterizava e se encontrava mergulhada e tornar-se fonte de crescimento econômico.⁴ De acordo com esta concepção, o progresso técnico da agricultura é associado à incorporação de tecnologias industriais. Isto significa que só adotando estas, a agricultura poderia progredir e contribuir para o crescimento econômico.

Para alavancar este processo, o Governo Federal criou diversas políticas, programas e órgãos que se estenderam por todos Estados da Federação. Neste contexto, são criadas a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em 1973 e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) em 1975. Associado a estas instituições atuava o sistema nacional de crédito rural, criado em 1965.

⁴ Ruy Miller Paiva, defensor da modernização no Brasil, concorda com a perspectiva de Shultz, todavia apresenta a preocupação com as perdas sociais, principalmente com o desemprego. Para atenuar esta consequência negativa, ele propôs uma política de assistência para os produtores que não conseguiram se modernizar. Diz ele, as políticas assistenciais devem, entre coisas, “*ensiná-los noções*

Este instrumento era de grande importância para a tecnificação da agricultura, pois através dele os grandes produtores rurais obtinham recursos para a adoção de tecnologia industrial.⁵

Não menos importante foi o papel desempenhado pelas universidades federais vinculadas à área rural. Estas passaram a formar profissionais numa ótica vinculada à agricultura “moderna”. No âmbito destas instituições de ensino, destaca-se a adequação de currículos, de forma acrítica, ao modelo tecnológico importado. Por outro lado, estimulava-se a reciclagem de professores brasileiros em universidades americanas, que já tinham acumulado conhecimentos relacionados à chamada ciência agrônoma moderna.

Deste modo, o Estado ao intervir no sistema de ensino assim como em outros ligados à agropecuária brasileira, visando a reprodução do modelo agrícola dominante, revelava a sua natureza intervencionista. Neste sentido, não se trata de um Estado neutro ou árbitro que paira acima das classes sociais. Mas, de um Estado onde às classes dominantes, através dele, organizam seus interesses. Onde se destacam, especialmente, os interesses dos grandes proprietários de terra e da burguesia industrial que produzia os insumos e equipamentos para a agricultura. Todavia, isto não significa dizer que o Estado é bloco monolítico, um instrumento cristalizado e acabado, que materializa sempre os interesses da classe dominante presente no setor agropecuário. Para efeito deste trabalho entendemos o Estado como Poulantzas, que o define da seguinte forma: “*o Estado não é pura e simplesmente uma relação ou a condensação de uma relação; é a condensação*

de higiene, saúde, sem necessidade de maiores dispêndios financeiros; incentivá-los a aumentar a produção de alimentos para consumo próprio” (PAIVA, 1975, p. 230).

⁵ De acordo com Vilma Figueiredo, “o valor do crédito para fertilizantes representou 90% do valor das vendas de fertilizantes (...) o crédito para tratores representou mais de 90% do valor das vendas

material e específica de uma relação de força entre classes e frações de classe” (POULANTZAS, 1990, p.148). Isto significa que ele não é estático, mas algo que é moldado pelas relações de força entre as classes sociais em luta. Na conjuntura política pós-64, por exemplo, foram às forças sociais vencedoras que moldaram o Estado aos seus interesses. O modelo agrícola imposto, baseado na alteração do padrão tecnológico da agricultura, atendia a interesses dos proprietários de terra e das empresas produtoras de bens de capital para a agricultura.

A moldagem do Estado não é, desta forma, produto do acaso, mas, como disse Martin Carnoy, é *“parte e resultado da luta de classe que ocorre na sociedade”* (CARNOY, 1994, p. 146). Deste modo, ele é um campo e um processo estratégico onde as classes sociais se articulam e esboçam estratégias e táticas para defender seus interesses. Estes se materializam na forma de políticas públicas que, por sua vez, se corporificam através dos aparelhos do Estado. De acordo com Bobbio, políticas públicas são *“todas as ações de governo direcionadas para a população de forma geral ou particular, beneficiando setores ou classes específicas, influenciando de forma coercitiva ou não, com intenções pré-determinadas, expressando poder político”* (BOBBIO, 1992, p.954). (Grifos nosso).

Deste modo, as políticas públicas podem favorecer uma ou mais classes. No caso daquelas implantadas pelo Estado Brasileiro, para modernizar a agricultura, foram os grandes proprietários de terras e os empresários industriais, conforme vimos, os que mais se beneficiaram. As políticas de modernização da agricultura, ao se assentarem sobre uma

das indústrias de tratores para a agropecuária” (FIGUEIREDO, op. cit. p. 15). Isto significa que a venda destes dois insumos aconteceu com recursos do Estado, isto é do crédito rural.

realidade marcada pela desigualdade econômica e social, contribuíram para acentuar ainda mais a disparidade de renda e vida no meio rural. Deste modo, as políticas estatais de modernização favoreceram a acumulação de capital e a manutenção do sistema econômico vigente. O Estado, em outras circunstâncias, pode implementar políticas voltadas para grandes segmentos da sociedade, sobretudo os menos favorecidos, buscando legitimidade.⁶ Neste sentido, a função das políticas públicas é a de reproduzir o capitalismo e a de assegurar legitimidade para o Estado através do apoio popular (PRZEWORSKY, 1995).

Jacob Gorender defende que as políticas de modernização, implementadas pelo Estado, buscavam viabilizar a ampliação do capitalismo no campo. Este autor afirma:

“O desenvolvimento capitalista não prescinde de um forte impulso do Estado, via política de preços mínimos, créditos a juros baixos ou negativos para investimentos, subsídios para a compra de insumos modernos, redução ou eliminação de impostos para compra de tratores e outras máquinas, pesquisas e assistência tecnológica fornecidas gratuitamente pelo Estado” (GORENDER, 1994, p. 37).

Ronaldo Conde Aguiar identifica diversas ações estatais com este propósito. De acordo com este autor, *“Os objetivos dessa intervenção são perceptíveis nos planos oficiais que se seguiram à fase de estabilização (1964 a 1967), quando os governos militares decidiram estimular a expansão do capitalismo no campo”* (AGUIAR, op. cit. p. 79). A título de ilustração desta perspectiva, este autor destaca o Programa Estratégico de Desenvolvimento - PED (1968-1970). Este programa apresentava um conjunto de ações integradas, que visavam gerar mudanças nos processos produtivos a partir do maior uso dos chamados insumos modernos, isto é, fertilizantes, corretivos, defensivos, sementes melhoradas, máquinas e implementos.

⁶ Em 1985 (ano de elaboração do PAPP), 93% da população rural de Pernambuco era formada por pequenos produtores rurais com até 50 ha. O Estado não podia desconhecer este contingente

De acordo ainda com Aguiar, a adoção de tecnologias industriais atendia, simultaneamente, a dois objetivos: “*socorrer em primeiro lugar as empresas produtoras de máquinas, equipamentos e demais produtos. Mas, ao mesmo tempo, percebia-se também que a modernização da agricultura surgia, no PED, como condição indispensável à superação dos problemas de baixa produtividade que o setor apresentava*” (Id, p. 85).(Grifos nosso).

Nestes termos, a relação entre indústria e agricultura, via expansão do capitalismo no campo, mediatizada pelo Estado através de suas instituições e de suas políticas, favorecia, conforme foi afirmado por Gorender e Aguiar, em primeira instância, a um pequeno grupo de empresários urbanos e de proprietários de terra.

Não obstante, a prioridade das políticas de modernização para estes setores, conforme assinalamos, uma reduzida parcela de pequenos produtores rurais foi impulsionada a tecnificar sua produção. Dentre estes, destacam-se aqueles que reuniam algumas condições que lhes permitiam o acesso às políticas do Estado. Entre essas condições sobressai a propriedade dos meios de produção, especialmente a terra. Além disto, a localização de pequenas propriedades em pontos próximos aos grandes mercados, ou de fácil acesso a eles e ainda a disponibilidade de água, constituíram-se em condições favoráveis a tecnificação da pequena produção. No Nordeste, principalmente na sua parte semi-árida, o acesso à irrigação é a “porta de entrada” para a modernização da produção e para integração dos pequenos produtores ao mercado de matéria-prima, alimentos e insumos agropecuários.

populacional, num período em que o novo governo civil (da Nova República) necessitava de apoio popular. Seguiu-se ao PAPP, entre outros, os Projetos São Vicente e Padre Cícero.

1.3. Função da Pequena Produção no Sistema Econômico

Como justificativa para a tecnificação da pequena produção rural apresentava-se, com frequência, o argumento de que o processo de industrialização e urbanização, que transcorria em algumas cidades do País, demandava um maior volume de produtos agrícolas, sob a forma de matérias-primas, para as agroindústrias e de alimentos para o abastecimento do mercado interno. Na opinião de Sabbag, esta era uma das razões para a tecnificação de pequenos produtores, que ele expressa assim: *“O desenvolvimento da pequena produção modernizada ocorreu em função dos processos de urbanização e industrialização”* (SABBAG, 1988, p.133). Deste modo, aqueles pequenos produtores que se tecnificaram passaram a organizar sua produção em função de agroindústrias e do abastecimento do mercado interno, estreitando assim as suas relações mercantis e produzindo, via de regra, as culturas de menor valor econômico. Conforme destaca Alberto P. Guimarães, *“convinha ao sistema latifundiário - exportador a coexistência com um sistema de produção que se dedicasse à produção de artigos de menor prestígio econômico, cujos lucros menores não lhes eram atrativos”* (GUIMARÃES, op. cit. p. 76).

Deste modo, os produtos de menor valor comercial eram reservados à pequena produção, imprescindíveis para o crescimento urbano - industrial. Nesta forma de integração à economia, a pequena produção deveria fornecer alimentos à população urbana e matérias-primas à indústria a baixo custo para não frustrar o processo de desenvolvimento em curso. De acordo com Ricardo Abramovay, este setor *“teria a missão histórica de rebaixar o valor da força de trabalho oferecendo produtos alimentares a preços menores que*

aqueles de uma empresa capitalista e a isso se dava o nome de funcionalidade da pequena produção” (ABRAMOVAY, 1992, p.212).

Esta perspectiva é apontada por Maria Stela Porto e Deis Siqueira ao reconhecerem que a pequena produção cumpre uma função importante para o processo de acumulação capitalista na sociedade *“enquanto fornecedora de mão-de-obra, matérias-primas e alimentos a preços relativamente mais baixos, rebaixando, assim, o custo de reprodução da mão-de-obra para o capital”* (PORTO e SIQUEIRA, 1994, p.81).

A melhor performance, na execução desta “missão histórica”, seria obtida através da estratégia de aumentar o volume de produção no âmbito da pequena produção, via incorporação de inovações técnicas. As políticas do Estado, que fomentaram esta perspectiva, conforme veremos no capítulo a seguir, buscavam, ao mesmo tempo, incrementar a produtividade agrícola e, em decorrência, fortalecer uma camada média de pequenos produtores rurais com espírito empreendedor, que se diferenciaria do conjunto dos produtores pobres do campo.

Esta tendência, presente em iniciativas governamentais, não deve, entretanto ser analisada como uma ação isolada, mas parte da política nacional para a agricultura, que se articulava com interesses externos. O Banco Mundial co-financiador do PAPP, tinha este propósito em relação aos países do Terceiro Mundo. Sobre este assunto Bernardo Sorj afirma o seguinte:

“O fortalecimento de uma camada de camponeses (necessariamente pequena dada a relação entre oferta de terras, número de minifundistas “pacote tecnológico” e recursos oferecidos) é de fato uma tendência dominante em vários países latino - americanos. Seja na Colômbia, no Equador ou na Bolívia, o Banco Mundial, com apoio de grupos dominantes locais, está promovendo o “fortalecimento da pequena produção”, que visa a criação de um estrato de pequenos produtores capitalizados orientados especialmente para o mercado interno” (SORJ, op. cit , p.75). (Grifos nosso).

De acordo com esta ótica, o pequeno produtor era induzido a alterar sua base técnica, absorvendo tecnologias sofisticadas e orientar sua produção para o mercado. Não obstante, a influência que as políticas públicas estatais buscaram exercer nesta direção, parece que não é seguro afirmar que isto leve à formação de uma camada de pequenos produtores capitalizados. O que nos parece mais plausível reconhecer é que a tecnificação e a mercantilização da pequena produção pôde gerar, em algumas situações, uma melhor remuneração para a produção agrícola. Estas situações, não levam, em geral, a mudanças na lógica interna da pequena unidade de produção, ou ainda à incorporação de uma racionalidade econômica voltada para a acumulação de capital.

A integração do pequeno produtor ao mercado de terras, de trabalho, de produtos agrícolas e de insumos modernos não significa dizer que ele tenha mudado a lógica da sua unidade de produção. Nesta direção concordamos com Nazaré Wanderley, quando afirma que a integração ao mercado.

“não significa a negação do caráter de subsistência da economia camponesa. Esta se define, não pela maior ou menor parcela da produção que é autoconsumida, mas pela natureza da mesma produção. Mesmo que toda esta venha a ser comercializada, a lógica de sua organização permanece orientada para a satisfação das necessidades básicas da família camponesa” (WANDERLEY, 1977, p. 540).

Deste modo, o acesso à tecnologia industrial e ao mercado não leva necessariamente a reorientação da função da pequena produção ou a formação de um estrato médio de produtores capitalizados, conforme era interesse do Banco Mundial, expresso na literatura oficial do PAPP e do Projeto Nordeste.

Em documento governamental, identificamos sugestões para a substituição da agricultura de autoconsumo por outra que se vincula aos interesses do produtor capitalista.

Neste sentido, tal documento afirma: “*a especialização do pequeno produtor tradicional do Nordeste em culturas alimentícias para o autoconsumo é resultante da falta de condições para uma opção em torno de culturas comerciais e pecuária, atividades mais interessantes ao agricultor capitalista típico*” (PROJETO NORDESTE, 1985, p. 25). (Grifos nosso).

Em outra passagem deste mesmo documento, encontramos a afirmação de que o exemplo mais típico dessa categoria “*é o ‘farmer’ americano, capaz de absorver novas tecnologias e de modernizar as técnicas de exploração*” (Id, p.29). Ao nosso ver esta perspectiva desconsiderava a lógica interna da pequena produção, atribuindo-lhe uma racionalidade econômica de uma empresa que visa o lucro.

1.4. Aspectos da Especificidade da Pequena Produção

Como ponto de partida para este debate, parece-nos que é necessário explicitar a compreensão que temos da pequena produção rural. Em síntese, e para efeito deste trabalho, entendemos a pequena produção como correlata à definição de Chayanov de unidade econômica camponesa. De acordo com este autor, a unidade econômica camponesa designa uma unidade de produção e consumo, na qual os membros da família fazem o trabalho e a administração do estabelecimento produtivo (CHAYANOV, 1981). É esta definição que utilizaremos para referirmo-nos à pequena produção rural.

Neste caso, a utilização do termo pequena produção remonta à referência da unidade de produção camponesa. Deste modo, ocorre uma transição conceitual, onde um

conceito é assimilado pelo outro.⁷ De acordo com Porto e Siqueira, “a maior utilização do termo pequena produção não significou abandonar a referência ao campesinato. O que se pretende ressaltar é que tal referência passou a se articular ao conceito de pequena produção” (PORTO e SIQUEIRA, op. cit. p. 79).⁸

Dentre os elementos teóricos-metodológicos, que norteiam esta definição, destacamos o fato desta unidade caracterizar-se como de produção (trabalho) e de consumo, e ainda como espaço onde o mesmo grupo (a família) realiza o trabalho e a administração, aspectos essenciais da sua especificidade que lhe distingue de uma empresa tipicamente capitalista.⁹ Marx aborda esta distinção a partir da finalidade da pequena produção. Na sua ótica, o pequeno produtor não tem como objetivo a taxa média de lucro, mas a reprodução da família e, para assegurar isto, se dispõe a produzir, isto é, a continuar trabalhando por uma remuneração muito baixa. A este respeito ele afirmou o seguinte:

“O lucro médio do capital não limita a exploração da pequena propriedade (...) o único limite absoluto para ele é o salário que paga a si mesmo, após deduzir os custos propriamente ditos. Enquanto o preço do produto o cobrir, cultivará a terra; e freqüentes vezes submetendo-se a salário reduzido, ao mínimo vital” (MARX, 1974, p.923) (Grifos nosso).

Mais adiante acrescenta:

⁷ Este trânsito conceitual está presente em trabalhos de pesquisadores do Museu Nacional do Rio de Janeiro que, no final nos anos 60, passam a utilizar o termo pequena produção. Neste sentido, mudava a terminologia, mas a base conceitual permanecia vinculada à especificidade da economia camponesa. O debate sobre a trajetória conceitual de populações agrárias é realizado, também, por M^a. Dione C. de Moraes (1996), onde a autora sugere o termo agricultura familiar como um novo conceito síntese capaz de abranger as diferentes categorias de pequenos produtores rurais.

⁸ Daí que utilizaremos pequena produção no sentido de unificar a terminologia, mesmo quando fazemos referência a autores que utilizam o termo “unidade de produção camponesa”.

⁹ Dentre os traços fundamentais que distingue a pequena produção de outras formas de organização econômica e social, destacamos as características básicas definidas por Shanin, assim enunciadas: a) a propriedade rural familiar como unidade básica da organização econômica e social; b) a agricultura como principal fonte de sobrevivência; c) a vida em aldeias e a cultura específica das pequenas comunidades rurais; d) a situação oprimida, isto é, a dominação e a exploração dos camponeses por poderosas forças externas (SHANIN, 1976, p. 50 –51).

“Para o pequeno camponês cultivar sua terra ou comprar terra para cultivar, não é necessário, como nas condições de produção capitalista, que o preço de mercado seja bastante alto para proporcionar o lucro médio” (Ibid.).

Nestes termos, como considerar que o pequeno produtor possui a racionalidade de um empresário capitalista se ele, muitas vezes, trabalha em condições mínimas de sobrevivência em função de um salário e que atribui a si mesmo e que não ultrapassa o “*mínimo vital?*” O comportamento do pequeno produtor, visto a partir da lógica da economia capitalista, pode ser considerado “irracional”. Isto porque, em circunstâncias onde se configura uma situação de prejuízo, ele continua se dedicando ao trabalho na sua unidade de produção. De acordo com Shanin, *“muitos camponeses que trabalham com prejuízo (...) continuam operando e inclusive investindo”* (SHANIN, op. cit. p. 47). Numa situação desta, a tendência do empresário é parar os investimentos para não acumular prejuízos e ir a ruína. Esta, todavia, não é a única opção para o pequeno produtor. Frente a uma crise econômica, ele pode escolher o caminho de intensificar o trabalho, visando assim, obter os meios necessários à reprodução de sua família. Nesta direção, este autor afirma que, quando o *“investimento na produção não oferece lucros, a empresa capitalista pára de operar, enquanto na economia camponesa é possível aumentar a produção, mediante mais trabalho”* (SHANIN, s/d, p. 05).

Esta situação, de investir mais capital ou trabalho numa atividade econômica que está dando prejuízo, é incompatível com a racionalidade econômica capitalista, porém não é estranha à lógica da pequena produção que se baseia na força de trabalho da família. Para Chayanov, a economia capitalista cobre uma vastidão de fenômenos da vida econômica da

nossa sociedade moderna, mas é importante admitir que existe um conjunto de outros fenômenos que se baseiam em parâmetros econômicos que não aqueles da racionalidade do capital. Nesta direção, ele afirmou:

“Não conseguiremos progredir no pensamento econômico unicamente com as categorias capitalistas, pois uma área muito vasta da vida econômica (a maior parte da esfera agrária) baseia-se, não, em uma forma capitalista, mas numa forma inteiramente diferente, de unidade econômica familiar não assalariada” (CHAYANOV, op. cit. p.134).

Deste modo, este economista agrícola admite a existência de categorias econômicas fora do sistema capitalista. Mesmo reconhecendo o inegável avanço do capital financeiro e mercantil na sociedade, Chayanov acredita que categorias capitalistas como, por exemplo, salário, juros e lucro, não são suficientes para explicar todos os fenômenos econômicos que ainda hoje ocorrem em nossa vida social, principalmente, aqueles situados na esfera agrária.

Assim, este autor defende a existência de uma lógica interna à economia camponesa que não se explica por categorias tipicamente capitalistas, mas pela satisfação das necessidades de consumo. São estas *“que constituem o estímulo básico da atividade econômica na família trabalhadora que explora uma unidade de produção”* (CHAYANOV, 1974, p.145).(Tradução nossa). Quando estas necessidades são satisfeitas, o pequeno produtor com sua família reduz o volume de trabalho, quando não, ocorre a intensificação do volume de trabalho. Isto pressupõe a existência da relação entre a satisfação das necessidades e a penosidade do trabalho. Neste sentido, o autor diz o seguinte: *“enquanto não se atingir o equilíbrio entre os dois elementos (demandas da família e penosidade do trabalho) a família que trabalha sem utilizar o trabalho pago tem todo tipo de motivos para prosseguir em sua atividade econômica”* (Id., p.139).

Assim, satisfazer estas necessidades é o objetivo principal da unidade produtiva, mesmo que a sua produção seja voltada para o mercado. Para alcançá-lo, o pequeno produtor organiza o seu trabalho tomando por base a força de trabalho da família. Esta se engaja no trabalho cotidiano no roçado, na pecuária, na comercialização, nos cuidados com a casa, nas culturas destinadas ao mercado, enfim, nas atividades produtivas e administrativas da unidade de produção.

Do ponto de vista teórico e para efeito deste trabalho são estes os elementos que utilizamos para caracterizar a pequena produção rural. A nossa perspectiva foi, em suma, a de ressaltar a especificidade da pequena produção que, mesmo tecnicada e mercantilizada, se orienta, em geral, por uma lógica econômica que privilegia a satisfação das necessidades da família, como no caso dos pequenos produtores que entrevistamos no Município de Bom Jardim.

1.5. Universo da Pesquisa e Metodologia

Do ponto de vista da realidade rural, enfocada nesta pesquisa, destacamos em seguida alguns aspectos que visam favorecer uma melhor compreensão da pequena produção. Este exercício é importante na medida que este objeto sociológico se apresenta de forma diversificada no meio rural.¹⁰ Nesta perspectiva, enfocamos a relação dos produtores com a terra e a sua área disponível, como também o grau de tecnificação das atividades produtivas.

Com relação ao primeiro aspecto, os produtores, aos quais nos referimos, são na sua maioria foreiros (62,5%). Isto significa que estes não têm a posse legal da terra na qual

trabalham, apesar de terem nascido nela. O foro que pagam não é colocado como um obstáculo à permanência imediata na terra, todavia dificulta o acesso ao sistema de crédito rural. Para obterem recursos deste sistema, dependem da carta de anuência da proprietária da terra.

A respeito do tamanho da área disponível, todos podem ser classificados como minifúndios. Ainda assim, observamos uma variação quanto ao tamanho da área entre os produtores pesquisados. A maior parte deles (75%) dispõem de menos de 4,5 ha, que é a área média das propriedades no local, existindo apenas um produtor com uma área de 13 ha.

Com relação a tecnificação, observamos que apenas uma parte das atividades agrícolas pode ser classificada como tecnificada. No bojo de uma policultura, destaca-se a produção de hortaliças irrigadas para o mercado. A vinculação desta atividade ao “pacote tecnológico”, a diferencia das outras que utilizam instrumentos e técnicas denominadas tradicionais.

Para realizarmos a pesquisa de campo, escolhemos o município de Bom Jardim, em função de apresentar as seguintes características:

- a) está situado na mesorregião do Agreste, definida como prioridade para a intervenção do PAPP em Pernambuco. Dos 118 municípios selecionados no Estado, a maior ênfase foi para a mesorregião do Agreste (BANCO MUNDIAL, op. cit. p.07);
- b) é um município representativo das mudanças que vêm ocorrendo na agricultura no Agreste, sendo que na sua fase mais recente desenvolveu-se a produção tecnificada de

¹⁰ A diversidade de situações com que se apresenta a pequena produção familiar, em diferentes realidades sociais e econômicas, é discutida na pesquisa internacional coordenada por Hugues

alimentos, sobretudo de produtos hortigranjeiros voltados ao abastecimento do mercado interno;

c) apresenta alta densidade de pequenas propriedades rurais. De acordo com o censo agropecuário (1995/96), cerca de 92,5% dos estabelecimentos do Município possuíam menos de 10 hectares, sendo que a área média está em torno de 2,4 ha;

d) existe uma organização local que é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR, com o qual o pesquisador já tinha uma relação de trabalho, o que facilitou a realização da pesquisa de campo.

Como metodologia de pesquisa, utilizamos o estudo de caso. Deste modo, selecionamos à Comunidade do Sítio Altos, localizada na parte central do Município. Esta Comunidade obteve o maior número de projetos financiados pelo PAPP, que vêm sendo implantados desde 1986. Foi nesta Comunidade que se construiu um açude (1990), onde pequenos produtores desenvolvem a produção de hortaliças nas terras que ficam a sua margem. Tomamos como elemento, para observação empírica, as unidades de produção que ficam na borda do açude, onde o trabalho familiar é organizado visando o mercado e o consumo próprio. No âmbito desta, enfocamos os problemas decorrentes da utilização de técnicas “modernas” para produção e os oriundos do processo de comercialização. Vale ressaltar que esta Comunidade tem acesso à água, a técnicas e insumos industriais, condições, em tese, favoráveis à produção permanente, contribuindo, assim, positivamente para o desempenho da economia do pequeno produtor. Isto vai ser observado no capítulo IV, onde faremos a análise das informações colhidas no campo.

Com relação aos procedimentos para realização desta pesquisa, podemos apresentá-los de acordo com as suas fases e os métodos utilizados: a pesquisa documental; a observação direta ou livre e a entrevista com roteiro semi - estruturado.

A realização da pesquisa documental exigiu uma persistente busca de documentos oficiais junto a órgãos públicos governamentais. Durante as visitas a estes, verificamos a inexistência de um sistema de informação e documentação do Programa. A dispersão e mesmo a ausência de informações foi um fator que dificultou a realização desta fase do nosso trabalho. Este problema foi observado pela própria Sudene, que o classifica como “*uma frágil base informacional*” (SUDENE/DPP/SPA, 1995, p. 01). Para minimizá-lo, recorreremos a acervos particulares de técnicos que participaram na implantação do Programa no Estado. Além disto, insistimos na busca de informação nos seguintes órgãos: Sudene; Prorural; bibliotecas da Universidade Federal e Rural de Pernambuco; Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco – CONDEPE e Centro de Estudos e Pesquisa Josué de Castro. Foi especialmente com técnicos do Prorural, também denominado Unidade Técnica do PAPP no Estado de Pernambuco, que conseguimos a maior parte dos documentos utilizados nesta pesquisa. A partir deste trabalho, montamos um acervo, contendo documentos do Programa, tais como: textos sobre a sua concepção; relatórios de avaliação; documentos de reformulação; e a relação dos projetos financiados na área estudada. Estes documentos constituíram a base da nossa pesquisa documental. Além disto, levantamos uma bibliografia específica sobre as políticas de modernização da pequena produção rural e outros documentos sobre a realidade da área estudada.

A leitura desta documentação antecedeu a primeira visita a Bom Jardim. Nesta, estabelecemos os contatos iniciais com diretores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR e com técnicos do escritório local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER. Naquela oportunidade, definimos uma agenda de visitas aos 33 projetos financiados pelo PAPP no Município. A realização destas, sempre acompanhadas de dirigentes sindicais, permitiu-nos verificar, “in loco”, a situação destes projetos nas diversas comunidades.

Estas visitas nos permitiram realizar um primeiro balanço, onde identificamos uma parcela significativa de projetos abandonados. Sobre isto nos referimos no capítulo IV, buscando levantar as principais causas para esta situação. O nosso interesse maior, entretanto, são os projetos produtivos em funcionamento que influenciam para a tecnificação e mercantilização da pequena produção rural.

O passo seguinte foi à seleção da localidade para realizar a nossa pesquisa empírica. A comunidade do Sítio Altos foi a que se aproximou mais do nossa tema de trabalho. Conforme já assinalamos, os pequenos produtores do local tinham recebido o apoio do Programa para modernizar a sua base técnica, daí a sua escolha para realização do estudo de caso.

Definida a comunidade, passamos a realizar visitas de observação direta. De acordo com Triviños “*observar não significa apenas olhar, mas sim destacar de um conjunto algo que se deseja identificar e analisar as suas características particulares*” (TRIVIÑOS, 1990, p.153).

Foi com este propósito, de ver as coisas de perto que realizamos “caminhadas” pelas propriedades da localidade. As primeiras foram acompanhadas da líder da comunidade. As demais, que se seguiram, foram acompanhadas apenas pelos produtores. Nestas caminhadas tivemos oportunidade de tomar conhecimento maior do sistema de produção, das tecnologias utilizadas, dos problemas relativos ao solo, dos ataques de pragas e aqueles vinculados à comercialização da produção. Estas visitas nos permitiram “*ver as coisas de dentro*” no dizer de Lindeman, citado por Haguete (1992). Após cada visita e, sempre ao final do dia, fizemos anotações em “cadernos de campo”. Desta forma, salvuardamos informações que utilizamos na fase posterior do nosso trabalho. Além deste recurso, optamos por fazer um registro visual, através de fotografias, objetivando uma melhor visualização da realidade da pequena produção pesquisada. As visitas que fizemos à comunidade estudada permitiram definir os pequenos produtores que entrevistamos. Do mesmo modo, as visitas ao STR e a órgãos públicos do Município e do Estado permitiram-nos identificar as lideranças e os técnicos a serem entrevistados. Estes são os indivíduos que têm ligação com o problema investigado (MINAYO, 1994). Um quadro com o perfil dos entrevistados está em anexo, na parte final desta dissertação.

Assim, as visitas de observação direta possibilitaram a definição dos nossos entrevistados, como também um melhor recorte dos assuntos tratados nas entrevistas. Com o roteiro, elaborado com questões abertas, passamos a última fase da nossa pesquisa de campo; as entrevistas. Foram realizadas entrevistas com pequenos produtores, sendo que metade deles havia recebido apoio do PAPP para produzir e os demais eram produtores antigos que conheciam a história da comunidade e tinham também participado da implantação

do Programa no local. Além destes, entrevistamos um dirigente sindical e alguns técnicos, que optamos por resguardar as suas identidades, atribuindo-lhes pseudônimos, para não expô-los. Nas entrevistas utilizamos o gravador, sendo que estas duraram, cada uma, em média 40 minutos. A fase seguinte da pesquisa consistiu na transcrição das fitas, análise das informações de campo e a redação da dissertação.

2. CAPÍTULO II: A PEQUENA PRODUÇÃO NO CONTEXTO DE POLÍTICAS DESENVOLVIMENTO RURAL NO NORDESTE A PARTIR DOS ANOS 70.

2.1. Antecedentes Históricos

A política do Governo Federal para o Nordeste, até meados dos anos 50, foi marcada por medidas de combate à seca. O primeiro órgão constituído, para uma intervenção planejada na Região, foi a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas - IFOCS (1909), diretamente subordinada ao Ministério de Aviação e Obras, que em 1945 transformou-se no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS.

O discurso que emanava do poder central, para a criação de tal órgão, justificava-se a partir da calamidade econômica e social provocada pelas estiagens prolongadas que dizimavam a produção agrícola e pecuária, além de formar um imenso contingente de pequenos produtores “flagelados”, que necessitavam de socorro imediato para que pudessem permanecer na terra. A intervenção governamental, para enfrentar esta realidade, orientava-se para a construção de obras de engenharia com a finalidade de captação, armazenamento e distribuição de água. Tal política, denominada de “hidráulica”, definia o campo da intervenção do governo. As propostas pretendiam reter e distribuir água.

Na perspectiva da economia do pequeno produtor rural, a seca representa uma crise na produção agrícola, que desnuda a situação de pobreza em que vive grande parte desta população rural. Não dispondo de meios efetivos (produção agrícola, recursos financeiros, etc.) para se manter no período de estiagem, o pequeno produtor recorre a diversas estratégias de sobrevivência, entre elas a de participar dos programas de emergência do Governo Federal. Estas políticas destinaram-se à construção de barragens, açudes, poços, em geral, em terras de grandes proprietários. Deste modo, mesmo que estas políticas públicas fossem destinadas a pequenos produtores, o produto final das mesmas beneficiava os representantes da classe dominante no Semi-Árido e no Agreste.

Assim, o fortalecimento da oligarquia agrária algodoeira e pecuarista, no período, relacionam-se às políticas do Estado para o Nordeste. É notadamente durante as secas que a intervenção governamental é mais intensiva na Região, mobilizando recursos para obras emergenciais. O fato de representantes desta classe exerciam uma forte influência nos órgãos de combate à seca, assegurava-lhes a apropriação de políticas públicas. Dizendo de outro modo, estas políticas corporificaram os interesses da classe dominante da mesorregião, que tinha a sua economia assentada na pecuária extensiva e na produção de algodão. Francisco Oliveira, analisando esta situação comenta:

“A força de trabalho, principalmente, dos pequenos produtores e suas famílias, desocupada pela estiagem era empregada nas frentes de emergência para fazer benfeitorias nas grandes propriedades, ao custo zero para o latifúndio. O Estado é que assumia o salário destes trabalhadores, permitindo, mesmo no período de crise econômica, haver acumulação de capital pela oligarquia nordestina. O fortalecimento desta classe, via política do Estado, levava mais à manutenção e reprodução da estrutura econômica e social do que a mudanças” (OLIVEIRA, 1987a, p.55).

Vemos assim, nesta passagem, que durante um período de seca, caracterizado pela baixa ou ausência de produção, onde a sobrevivência da população trabalhadora do campo chega a uma situação limite, o Estado garantia verbas públicas que privilegiavam interesses dos grandes proprietários de terra, sem mudar a realidade dos pequenos produtores rurais. Deste modo, a intervenção do Estado, no Semi-Árido e no Agreste aprofundava a desigualdade social e econômica beneficiando àqueles que concentravam a terra e a renda nestas mesorregiões.

Neste contexto, a permanência de pequenos produtores em situação de pobreza, além de assegurar a disponibilidade de força de trabalho gratuita, que viabilizava o enriquecimento dos grandes fazendeiros através de obras de infra-estrutura financiadas pelo Estado, servia de mão-de-obra de reserva, que podia ser acionada por estes no inverno,

quando aumentava o volume do trabalho agrícola nas fazendas. A política do Estado, no lugar de corrigir os problemas agravados com as seca, ampliava-os. De fato, a cada nova seca crescia o número de pessoas atingidas e conseqüentemente o tamanho da calamidade social. De acordo com Amélia Cohn, *“mesmo depois de meio século de atuação do DNOCS, em 1958, a seca atingiu cerca de 13% da população total da Região”* (COHN, 1976, p. 68).

Este quadro social crítico abriu espaço para que setores da classe dominante defendessem uma nova política de desenvolvimento regional junto ao Governo Federal. A ineficácia das políticas de combate à seca, desperdiçando recurso público em obras que não resolviam o problema, era assunto no Congresso Nacional, especialmente dos parlamentares do Centro-Sul que pressionavam o Governo para implantar outra política na Região.

Nesta perspectiva foi criado, através do decreto nº 40.554 de 14 de dezembro de 1956, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN. Este grupo foi encarregado de apresentar um novo projeto para reorientar o desenvolvimento sócio-econômico da Região. Como produto do trabalho realizado, foi apresentado o relatório intitulado “Uma Política de Desenvolvimento Econômico do Nordeste”, que consistia num diagnóstico dos problemas regionais e em propostas para orientar a economia do Nordeste.

2.2. GTDN: Diagnóstico e Propostas

O relatório do GTDN apresentava idéias reformistas, relacionadas, sobretudo, à questão da terra. No tocante à pequena produção rural, a proposta mais interessante parece ter sido a de reorientar a produção agrícola na faixa úmida da Região Nordeste, visando a produção de gêneros alimentícios para abastecer o mercado interno. Nesta direção, a

estrutura fundiária da Zona da Mata deveria ser modificada para viabilizar a expansão da pequena produção, no sentido de formar um “cinturão verde” em torno das cidades que se industrializavam (SUDENE, 1978, p.89). Todavia, diversos obstáculos impediram a implantação das propostas do GTDN, sendo o mais importante deles o arquivamento do processo de mudança da estrutura fundiária regional (ANDRADE, 1994).¹¹ Estes obstáculos estavam relacionados ao modelo de desenvolvimento econômico implantado no período pós-64, que privilegiava a monocultura para exportação.

Neste contexto, foram inviabilizadas as propostas de reformas, sobretudo aquelas relacionadas à estrutura agrária, que beneficiariam os pequenos produtores. As políticas do Estado, implantadas através da Sudene, vão privilegiar o crescimento da economia regional via industrialização e modernização da agricultura, sem, contudo, mexer na posse da terra no Nordeste, conforme veremos adiante.

Dentre os problemas identificados pelo o GTDN, destacavam-se aqueles relacionados à baixa produtividade e baixa renda, que necessitavam serem superados para reduzir a disparidade entre as Regiões Centro-Sul e Nordeste. A baixa renda da população tornava esta Região o maior bolsão de pobreza¹² da América Latina. Este problema “saltava aos olhos” e demandava uma intervenção que deveria permitir, ao mesmo tempo, o crescimento econômico com melhorias nas condições de vida da população rural. Neste sentido, o GTDN propôs um plano de ação estruturado em torno de quatro diretrizes. As propostas básicas eram as seguintes:

¹¹ Uma releitura do GTDN, realizada por ANDRADE (1994), reafirma a importância deste documento para o desenvolvimento regional, explicitando, inclusive, a atualidade de boa parte de suas propostas.

- a) intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira;*
- b) transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada;*
- c) transformação progressiva da economia das zonas semi-árida no sentido de elevar a sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas; e,*
- d) deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar a economia da região as terras úmidas do hinterland maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semi-árida” (SUDENE, 1978, p.14).*

Deste modo, as políticas tradicionais de combate à seca, que perduraram por mais de cinquenta anos, davam lugar às novas diretrizes do GTDN. Esta política deveria contribuir para formar e fixar capitais e, integrar a economia nordestina à economia nacional. Para que a agricultura da Região pudesse contribuir com este processo, deveria passar por mudanças que elevassem a sua produtividade. Neste sentido, a agricultura do Semi-Árido, desenvolvida nas “propriedades típicas” que combinavam a pecuária extensiva, a produção do algodão mocó e de culturas de subsistência, deveria mudar. O relatório citado é claro quanto à fragilidade da economia agrícola e, em particular, do setor de subsistência, o mais prejudicado com as secas.

Frente a isto, o GTDN propôs a redução deste tipo de agricultura e a ampliação das culturas destinadas ao mercado. No tocante a este aspecto, o documento diz o seguinte: “*se pretende criar uma economia mais resistente aos efeitos das secas, o primeiro passo a dar consiste em reduzir o âmbito da agricultura de subsistência, ou seja, em aumentar a faixa monetária, da economia da região*”. Mais adiante acrescenta: “*será necessário integrar o mais possível, no mercado, a unidade produtiva típica*”(Id. p. 72).

¹² Pobreza é calculada pelo Banco Mundial a partir da renda em dinheiro (ou espécie) que uma família necessita para satisfazer suas necessidades biológicas mais básicas de alimentação, vestimentas e abrigo (FONTE, s/d).

Esta passagem ressalta a direção das políticas públicas do Estado para a agricultura no Nordeste. Estas se corporificaram nos Planos Diretores da Sudene e nos Projetos de Desenvolvimento Rural Integrados - PDRI. Quer dizer, no tocante à agricultura, a intenção do referido documento era a de elevar produtividade através da utilização de tecnologias industriais, visando aumentar a produção de matérias-primas para as agroindústrias e alimentos para o abastecimento do mercado interno.

A Sudene, criada através da lei nº 3.692 de 15 de dezembro de 1959, foi o instrumento de implementação desta política. Esta nova instituição, de abrangência regional, tinha a finalidade de coordenar o processo de desenvolvimento no Nordeste. O plano de ação do GTDN não podia ser implementado pelos antigos órgãos Estatais, visto que eles haviam sido “capturados” pelas oligarquias regionais, contrárias às reformas (OLIVEIRA, 1987a, op. cit.)

2.3. Sudene: Intervenção Planejada na Agricultura

2.3.1. O Contexto da Criação da Sudene

Para efeito deste trabalho, destacamos duas questões que se relacionam com a criação da Sudene. A primeira, diz respeito aos conflitos sociais no campo, decorrentes do crescimento da organização dos camponeses no Nordeste, e, a outra, está ligada ao avanço do capitalismo no Nordeste, via expansão industrial, comandada pela burguesia do Centro-Sul.¹³

A ascensão das forças populares, constituída de pequenos sitiantes, meeiros, arrendatários, entre outras categorias, abria, nos anos 50, uma fase de conflitos e lutas no

campo com as classes dominantes regionais. Francisco Oliveira percebia assim a presença destes novos atores políticos: *“pela primeira vez aparecia na história social e política do Nordeste uma massa agrária, como agente político autônomo, de perfil definido, que não se podia mais ser confundido com eleitores de cabestro”* (OLIVEIRA, 1987a, p. 107).¹⁴

O clima social tenso, face à presença desta massa de pequenos produtores que crescia na sua organização política (as ligas camponesas), incomodava as classes dominantes tradicionais da Região, como também a burguesia do Centro-Sul. Frente a isto, falava-se que a luta de classe, que se desenvolvia no Nordeste, ameaçava a unidade e a segurança nacional e a quebra da *“pax agrariae”* Nordestina.

A burguesia industrial do Centro-Sul, por sua vez, vinha desde 1930 se firmando como a classe hegemônica no país, tinha interesse em expandir suas indústrias para o Nordeste e dominar o mercado regional. Para isto, ela necessitava submeter às forças populares e as classes dominantes. Para alcançar este objetivo, era imprescindível a intervenção do governo autoritário instalado em 1964. Esta intervenção aconteceu de duas formas:

- de um lado, o Estado reprimiu de forma violenta os movimentos de pequenos produtores.

A forte intervenção desestruturou os movimentos e as organizações, provocando um hiato na história das lutas populares no Nordeste que, no meio rural, só foi retomada com relevância a partir das primeiras greves dos assalariados da cana de Pernambuco, em 1979;

¹³ São apontados, também, como fatores influenciadores para criação da Sudene, a seca e a vitória de setores oposicionistas ao governo em 1958. Ver a respeito Andrade (1994) e Cohn (1976).

¹⁴ Martins (1989) pondera em relação à autonomia das organizações populares e reconhece os setores de “fora do meio rural” (classe média urbana, religiosos, militantes de esquerda, intelectuais) como

- por outro, o Estado desenvolvimentista da Sudene fez no Nordeste pesados investimentos que tinham a função de criar as bases para o desenvolvimento industrial e a modernização da agricultura. Tânia B. de Araújo evidencia este papel desempenhado pela SUDENE:

“A política hidráulica do DNOCS cede espaço para as ações desenvolvimentistas da Sudene, que incrementa a oferta de infra-estrutura (de energia, transporte, comunicações, armazenagem, etc.), incentiva (através do 34/18 – FINOR e de isenções fiscais) a instalação de numerosas indústrias na região, mapeia de forma competente as potencialidades regionais de recursos naturais (em particular de recursos minerais), investe em projetos agrícolas produtivos e na formação de recursos humanos, entre outras atividades” (ARAÚJO, 1994. p. 145).

Neste sentido, a Sudene foi o instrumento que assegurou as condições econômicas e físicas (infra-estrutura) para que a burguesia do Centro-Sul pudesse avançar com o seu projeto sobre a Região. Deste modo, este órgão buscou eliminar os obstáculos que dificultavam a expansão capitalista. De um lado, era necessário restabelecer a “ordem” social no campo e, de outro lado, “retirar” o Estado das mãos das classes sociais dominantes da Região. Neste sentido, Sampaio afirma o seguinte:

“Do ponto de vista político, convém repetir, a Sudene se constituiu no instrumento pelo qual a burguesia do Centro - Sul descapturou o Estado na região das mãos da oligarquia agrária, submeteu a burguesia industrial à sua tutela e, indiretamente controlou a “ameaça” representada pela coligação das forças populares, passando a utilizar o Estado para os seus próprios fins, isto é, para assegurar um processo de crescimento econômico acelerado e fazer avançar a expansão capitalista no Nordeste” (SAMPAIO, et al, 1987, p. 49).(Grifos nosso).

Para executar esta função, este órgão exerceu uma forte ação no campo do planejamento e coordenação das políticas públicas. A intervenção governamental passa a ser organizada com base em recursos técnicos, que se expressava em planos e programas e não mais por meio de órgãos. Nesta fase, houve a formulação e implantação de políticas voltadas ao desenvolvimento urbano-industrial, prioritariamente e agrícola.

influenciadores da “ação libertadora” que visava libertar o país da tutela das oligarquias e do atraso econômico, social e político que elas representavam.

2.4. Políticas da Sudene para Agricultura

A estratégia de desenvolvimento econômico para o Nordeste colocava a empresa industrial no centro do sistema econômico. A agricultura devia contribuir com o crescimento das indústrias, fornecendo matérias-primas em quantidade e a baixo custo e, também, alimentos para abastecer a população dos centros urbanos que se industrializavam. Neste sentido, colocava-se a necessidade da elevação da produtividade, através da introdução de tecnologias, que visavam baratear os custos dos produtos. É esta direção que vai nortear as diversas políticas da Sudene para a agricultura. Estas são apresentadas como Planos de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste ou, ainda, como Planos Diretores da Sudene e posteriormente como Programas de Desenvolvimento Rural. Neste caso, direcionados à pequena produção.

2.4.1. Planos de Desenvolvimento Econômico e Social para o NE

Os Planos Diretores guardavam, salvo pequenos ajustes, consonância com as diretrizes do GTDN. De um modo geral podemos dizer que eles pretendiam modernizar a agropecuária, dinamizar a irrigação, favorecer a ocupação das terras de fronteira e na faixa úmida litorânea.

O primeiro Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste foi lançado em 1961. A sua preocupação central era com a reestruturação da agropecuária nordestina, visando elevar os níveis de produtividade. Neste sentido, defendia o aumento da oferta de terras nas áreas úmidas para a pequena produção e a ampliação da agricultura irrigada no Semi-Árido através do aproveitamento da bacia do Rio São Francisco (SUDENE, 1966, p.22). Este plano reconhecia a necessidade de dinamizar a agricultura comercial destinada

ao mercado interno, assegurando a oferta de alimentos. Deste modo, propôs a abertura de novas frentes agrícolas no Estado do Maranhão e a destinação de parte das terras da zona canavieira para a produção de lavouras alimentares.

O 2º Plano é praticamente uma cópia do plano de ação do GTDN. Apresentava, todavia, uma preocupação com o ritmo de crescimento da economia nordestina e sugeria a ampliação dos incentivos fiscais. Como estímulo, nesta direção, o artigo 18 da Lei 4.239/63 permitia que empresas deduzissem até 50% do imposto de renda para aplicar em projetos industriais ou agrícolas. Esta medida visava atrair capitais privados do Centro-Sul para a região Nordeste. No 3º Plano Diretor da SUDENE (1966 a 1968) permanece a preocupação com o crescimento da economia, via aumento da produtividade da terra e do trabalho agrícola. Nestes termos, propõe a introdução de novas tecnologias que visavam modificar as unidades de produção agropecuárias. As diretrizes apresentadas foram as seguintes:

“a) reorganizar a economia agrícola e apoiar o programa nacional de reformulação da estrutura agrária; b) ampliar a oferta de terras, pelo deslocamento da fronteira agrícola e melhor utilização das terras não aproveitadas; c) aumentar a produtividade agrícola pela introdução de inovações tecnológicas adequadas às condições regionais; d) intensificar a produção de alimentos para o consumo interno, de matérias-primas para indústria regional e de produtos agrícolas para a exportação.” (SUDENE, 1966, p. 16) (Grifos nosso)

Como podemos observar, este plano intencionava expandir a agricultura tecnificada no Nordeste. Esta era a forma de integrar mais a agricultura no mercado, tanto pela aquisição de tecnologias industriais, como pela produção de lavouras destinadas ao comércio. Deste modo, ao impulsionar a inserção no mercado, ampliava, também, a faixa da agricultura monetarizada, implicando na necessidade do produtor dispor de dinheiro para adquirir tecnologia e reproduzir seus plantios.

Este plano foi substituído, no final dos anos 60, pelo 4º Plano Diretor da Sudene (1969 a 1972) que apresentava, mais uma vez, a necessidade da transformação da agricultura do Semi-Árido, via irrigação, e uma avaliação da intervenção da SUDENE. Nesta avaliação, reconhecia-se que a instituição não estava alcançando os resultados esperados. Depois de onze anos de atuação desta autarquia no Nordeste, a maior parte da população permanecia sofrendo as conseqüências das secas e vinculada a relações sociais e de produção ditas arcaicas, bem distante da modernidade tecnológica e da integração à economia nacional, tão enfatizada pelos planos diretores.

Por outro lado, a Sudene não estava conseguindo exercer o papel de coordenação das políticas regionais. Os órgãos federais, já existentes na Região, continuavam atuando de forma independente, sem se orientar pelo planejamento regional proposto pela Sudene. Fragilizada quanto à função de coordenadora das políticas regionais, esta instituição perde com a estratégia do Governo Federal de centralizar, em Brasília, as decisões sobre rumo do desenvolvimento regional.¹⁵ Aos órgãos públicos regionais de planejamento cabia, a partir deste momento, a função de identificar problemas, sugerir soluções e coordenar os planos e políticas de desenvolvimento, isto é, a realização de atividades de cunho técnico.

O 4º Plano Diretor foi substituído pelo Plano de Desenvolvimento do Nordeste - PDN, 1972 a 1974, que era parte integrante do 1º Plano Nacional de Desenvolvimento - PND. Desta forma, o *“Estado compatibilizava o planejamento regional ao Nacional”* (SAMPAIO, et al, 1978, p. 66). Assim, o poder central do Estado, situado em Brasília,

¹⁵ A política de centralização, bem ao estilo do Governo Militar, concentrava em Brasília as decisões sobre as políticas regionais. A implantação de tal estilo de planejamento só aconteceu no final da

assegurava para si as decisões sobre as políticas regionais. A partir deste período a Sudene incorpora a sua estratégia de intervenção aos Programas de Desenvolvimento Rural. Estes já são frutos do planejamento centralizado e surgem no bojo dos Planos Nacionais de Desenvolvimento – PND.

2.4.2. Programas Governamentais para a Pequena Produção

O 1º PND (1972-1974) reafirmou a necessidade da integração nacional e estabeleceram o Programa de Integração Nacional - PIN e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria no Norte e Nordeste – PROTERRA.¹⁶ O primeiro deles propunha, de modo igual ao GTDN, a transferência de parte da população nordestina para zona de fronteira, no Norte do país, onde o Estado pretendia dinamizar a economia local através do aumento da produção agrícola. Intencionava, também, construir ferrovias e estradas (a exemplo da Transamazônica) para integrar esta Região ao conjunto do País.

O PROTERRA apresentava duas linhas de atuação: o apoio ao pequeno produtor minifundista, ou sem terra, através da aquisição de terra (mediante pagamento em dinheiro); e o programa de modernização agropecuária e agroindustrial por intermédio de financiamentos. Entretanto, o estudo realizado por Carvalho (1988) explica que o efeito central deste programa não foi à distribuição de terras, mas a modernização e expansão da pecuária de corte e de leite no Nordeste. Impulso neste sentido foi dado pelos recursos do crédito do Programa, que, de acordo com Sampaio, constituiu-se, “*no período de 1971 a 1977, em*

década de 70, quando os planos regionais foram incorporados aos Planos Nacionais de Desenvolvimento – PND.

¹⁶ Um estudo detalhado do Proterra foi realizado por Rejane de V. Carvalho (1988) e está publicado com o título “Justiça Social e Acumulação Capitalista (O PROTERRA)” pela U. F.C.

importante fonte de recursos para o setor agropecuário” (SAMPAIO. op. cit. p. 275). A modernização da pecuária, no contexto do PROTERRA, beneficiou muitas propriedades com mais de 500 ha. Desta maneira, este programa incorreu numa contradição gritante, pois no lugar de viabilizar a distribuição de terras, contribuiu para a consolidação da estrutura fundiária do Nordeste.¹⁷ Esta situação explicita a distorção de políticas públicas voltadas, em princípio, para a pequena produção, mas que beneficiaram grandes proprietários de terra e representantes do capital industrial.

Avaliação conduzida pelo Programa Integrado de Mestrados em Economia e Sociologia - PIMES, da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, identificou que os PNDs, de onde surgiu o Proterra, tinham a intenção de ampliar o processo de expansão do capitalismo e não a distribuição de terra e de renda. Neste estudo intitulado “A Expansão Capitalista, o Papel do Estado e o Desenvolvimento Regional no Brasil”, encontramos a seguinte afirmação:

“Os planos nacionais (...) revelam a crescente preocupação governamental com a industrialização e a transformação agrícola das regiões menos desenvolvidas, bem como a ocupação das áreas de fronteira e a integração espacial de modo geral. Em outras palavras os planos traçam as principais linhas de intervenção pública nas regiões periféricas, e testemunham a crescente importância destas áreas para o processo de expansão capitalista no País” (PIMES, 1984, p.50).(Grifo nosso)

Isto evidencia o papel dos Planos Nacionais, enquanto estratégias, de integrar as Regiões menos desenvolvidas à economia capitalista nacional. O 2º Plano (1975 a 1979) destaca os Programas Especiais de Desenvolvimento Rural Integrado, que eram voltados para a integração da pequena produção rural do Nordeste a economia de mercado. A estratégia geral deste plano foi a de criar pólos de desenvolvimento regionais. Estes, geograficamente definidos, deviam ser alvo de diversas ações, visando o crescimento

¹⁷ Bernardo Sorj afirma que apenas 2,4% do total do crédito canalizado pelo Proterra foram destinados

econômico e a integração nacional. A proposta dos pólos de desenvolvimento foi apresentada assim:

“Trata-se de realizar blocos integrados de investimentos em pólos, distritos agroindustriais ou outras formas, permitindo a adoção de prioridades nítidas e controle dos resultados fisicamente, por área. Tais áreas integradas, variando de natureza e número conforme a região, e razoavelmente diversificadas, serão definidas, principalmente, a base dos recursos agrícolas, pecuários, florestais, minerais, etc... a serem, aproveitados” (MINTER/SUDENE, 1975, p. 60).

É interessante notar que esta política, ao selecionar áreas com potencial econômico para realizar investimentos, excluía as áreas mais pobres do acesso aos recursos das políticas públicas. Foi esta estratégia de intervenção, baseada na formação de pólos, que fundamentou o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste - Projeto Sertanejo e o Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste - Polonordeste.

O Projeto Sertanejo voltava-se, especificamente, para a área atingida pela seca. Os pólos deste Programa no Semi-Árido tinham um raio de atuação em torno de 30 Km. As propriedades de até 500 hectares - ha poderiam ser beneficiadas com a obtenção de crédito, de insumos, entre outros serviços, que pretendiam tornar o produtor mais resistente aos efeitos das secas.

Este Projeto, ao estabelecer a possibilidade de apoiar propriedades com extensões de terra de até 500 ha., abria espaço para que fazendeiros tivessem acesso aos seus recursos. Deste modo, este Projeto contribuía para a manutenção da estrutura fundiária. A apropriação de recursos de políticas públicas direcionadas para a pequena produção, por proprietários de terra no Semi-Árido e no Agreste, é ainda hoje um fato presente no cenário

político regional. Neste sentido, uma conceituada organização internacional, denominada Associação Contra Fome, denunciou em Paris, em relatório recente, que *“no Brasil, tanto no Nordeste quanto na Amazônia, a seca é uma benção para os poderes locais: cada seca reforça o poder dos poderosos latifundiários”* (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 07/10/1998, p. B7). Assim, mesmo nos tempos atuais, temos notícias do favorecimento Estatal aos grandes proprietários de terra, possibilitando a continuidade do que se denominou de indústria da seca.

O Polonordeste, criado em 1974, tinha como objetivo *“promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias de áreas prioritárias, transformando progressivamente a agropecuária tradicional do Nordeste em moderna economia de mercado”*(SAMPAIO, et al, op. cit. p. 78). A partir do trecho citado, observamos que este programa buscava modificar a base técnica e aumentar a produtividade agrícola. Desta forma, visava integrar os pequenos produtores à economia nacional através da aquisição de insumos industriais e da produção de alimentos e de matérias-primas para as agroindústrias, estas pertencentes, em geral, a empresas capitalistas do Centro-Sul, ou multinacional.

A ação do Polonordeste, consonante com o II PND, caracterizava-se por um amplo esforço multisetorial que pretendia transformar a realidade de determinadas áreas do interior do Nordeste. Estas áreas, denominadas de pólos, recebiam investimentos de infra-estrutura física e social, para a produção agropecuária, entre outros. Ao concentrar recursos em espaços geograficamente bem definidos, o Polonordeste visava contribuir para a formação

de “ilhas de modernidade”. Sobre a função modernizadora do Polonordeste, Marcel Bursztyn afirma que:

“O Polonordeste se apresenta como um forte mecanismo de promoção da modernização da estrutura produtiva em suas áreas de ação, tanto ao nível da produção como da comercialização. Nesses termos, o Estado assume o papel de locomotiva da transformação acelerada da sociedade local, sendo responsável pela incorporação de setores sociais “arcaicos” na economia de mercado moderna...” (BURSZTYN, 1985, p. 115).

Vemos assim, que o Polonordeste segue a lógica do crescimento econômico, investindo no aumento da produtividade, na modernização da agricultura e não na mudança da estrutura fundiária. Ao selecionar, como público, pequenos produtores empreendedores, o Estado define o seu interesse na formação e reprodução de uma camada média de produtores rurais. Esta perspectiva é a mesma do Banco Mundial, conforme afirmamos.

Sobre este assunto, o documento do PIMES, referido acima, informa o seguinte:

“A orientação básica em nível da implantação dos projetos tem sido com a camada de médios agricultores. Ora, a seletividade dos produtores, dando-se preferência àqueles que possuem maior capacidade de modernização, significa reforçar um pequeno estrato de produtores, excluindo, por conseguinte, a sua maioria. Na ausência de uma reestruturação fundiária prévia, os benefícios da política econômica tendem a ser apropriados pelos grandes proprietários e por um pequeno estrato de pequenos e médios proprietários, reforçando o processo de diferenciação de pequenos produtores, que se manifestava como tendência” (PIMES, op. cit. p. 79).(Grifo nosso).

Este Programa alcançou, no NE, 47 Projetos de Desenvolvimento Rural Integrados, os PDRIs. Dentre os serviços destinados aos pequenos produtores, destacamos os seguintes: serviços para orientar a adoção de tecnologia (assistência técnica, extensão rural e pesquisa agrícola); serviços para incentivar a utilização de insumos “modernos” (produção de sementes e mudas melhoradas, produção de reprodutores e matrizes e mecanização agrícola e irrigação); serviços de infra-estrutura (perfuração de poços e construção de açudes); e serviços diversos que incluíam, entre outros, a promoção da piscicultura, a assistência ao

cooperativismo e o treinamento pessoal. No caso de Pernambuco - PE, estas ações foram direcionadas para quatro pólos, sendo o projeto do Agreste Setentrional, área de interesse de nossa pesquisa, um deles. Este projeto era um dos mais abrangentes, com um volume de recursos de 42 milhões de dólares, tendo sido encerrado em 1986, quando foi substituído pelo novo Programa de Apoio a Pequena Produção do Nordeste, o PAPP.

3. CAPÍTULO III: A PROPOSTA DO PAPP PARA MODERNIZAR A PEQUENA PRODUÇÃO

3.1. Origem e Concepção do Programa

A nova fase da intervenção pública no Nordeste foi caracterizada como a da criação de Programas. Num curto período, que se inicia nos anos 70 e vai até a década de 80, haviam sido criados diversos programas, entre eles citamos: o Polonordeste; o Programa Especial de Apoio às Populações Pobres da Zona Canavieira – Procanor; o Projeto Sertanejo; e o Programa de Uso dos Recursos Hídricos - Prohidro.

Esta multiplicidade de intervenções públicas, em geral desarticuladas, revelava-se pouco produtora. Frente a isto, o Banco Mundial sugeriu ao Governo Brasileiro e mostrou-se interessado em financiar um único programa de desenvolvimento rural, que cobrisse a economia de toda a Região e que atuasse articulado, unificando as diferentes políticas destinadas ao meio rural. Esta era a idéia do Programa de Desenvolvimento Rural do Nordeste, mais conhecido como Projeto Nordeste. Para elaborar este novo Projeto, o Governo Federal criou uma Comissão Interministerial através da Portaria nº 158/82, que foi composta por técnicos dos Ministérios do Planejamento, da Agricultura e do Interior, da SUDENE e do Banco Mundial.¹⁸

O Projeto Nordeste diferenciava-se dos programas anteriores, sobretudo por conta das inovações que apresentava no seu objetivo geral. Ele propunha a “*erradicação da pobreza absoluta, do desemprego e do subemprego, o atendimento às necessidades humanas básicas e a melhoria das condições de vida e de produção dos pequenos produtores rurais*” (PROJETO NORDESTE, op. cit., p. 38).

Nenhuma política do Governo Federal havia sido, até então, tão explícita quanto às suas intenções de acabar com a pobreza absoluta e o desemprego no Nordeste. Para alcançar este objetivo audacioso, o referido Projeto propunha um conjunto de ações integradas nas áreas da posse fundiária, da irrigação federal, da saúde, da educação e do desenvolvimento rural integrado. Desta maneira, o Projeto Nordeste apresentava duas abordagens: uma com programas mais setORIZADOS, voltados para problemas mais específicos, e outra, de natureza mais geral e abrangente, que visava o desenvolvimento rural.

O diagnóstico que orientou a sua implantação apresentava a baixa produtividade da agricultura regional como um problema central a ser resolvido. Este documento identificou uma grande disparidade entre a agricultura do Nordeste e aquela praticada na Região Centro-Sul, esta mais tecnificada e voltada para o mercado. Sobre isto o relatório avaliativo do Banco Mundial afirma o seguinte:

“A expansão mais dinâmica deu-se com produtos que exigem investimentos maciços de capital ou elevados de insumos tais como: soja, cítricos, fumo, cacau e cana-de-açúcar, em grandes propriedades rurais localizadas no Centro e no Sul do Brasil. Taxas de crescimento mais reduzidas e, em alguns casos, decrescentes, foram registradas no caso de alimentos básicos tais como arroz, milho, trigo, feijão, mandioca e batatas” (BANCO MUNDIAL, op. cit. p. 03).

Diante desta realidade, em que se configurava o atraso técnico da agricultura nordestina, o Projeto Nordeste propunha ações para elevar a produção agropecuária e promover a melhoria nas condições de vida de cerca de 02 milhões de pequenos produtores rurais, num horizonte temporal de 15 anos. Com isto, esperava que a agricultura da Região pudesse, no final do Programa, gozar de indicadores econômicos e sociais menos

¹⁸ O Projeto Nordeste foi aprovado através do decreto federal nº 91.178 de 01 de abril de 1985.

dísparos em relação ao resto país. Para somar esforços, buscou integrar todos os programas de desenvolvimento rural em execução na Região, visando uma ação unificada e coordenada regionalmente pela Sudene. Assim, o Projeto Nordeste podia ser classificado como um projeto de grande porte, que visava dinamizar a economia regional, particularmente a rural.¹⁹

O lançamento do Projeto Nordeste, em 1985, aconteceu no contexto da Nova República, período de transição entre o governo dos militares e o novo governo civil. Esta fase foi marcada por manifestações populares e por um anseio de participação de setores da sociedade nas políticas públicas. Esta conjuntura política influenciou no conteúdo dos programas do Governo Federal para o Nordeste. A erradicação da pobreza se constituía, no dizer da Sudene, num compromisso irrecusável. Neste sentido, a nova política pretendia implantar um modelo de desenvolvimento regional centrado no crescimento econômico, com geração de emprego e distribuição de renda. A conotação social da intervenção do governo no NE é explícita no Primeiro Plano de Desenvolvimento, que foi apresentado da seguinte forma: “*A Política de Desenvolvimento para o Nordeste fundamenta-se, essencialmente, em uma postura onde a dimensão social é tomada como elemento norteador da ação*” (SUDENE, 1986, p.33). Assim, o Projeto Nordeste, por um lado, herdava a lógica do crescimento econômico dos programas anteriores e, por outro, incorporava elementos de natureza social, vinculados aos “novos ventos” que sopravam no início do governo civil.

¹⁹ De acordo com Regina Novaes(1993) os recursos anuais do Projeto NE eram 7,6 vezes superiores ao total dos gastos anuais com os programas anteriores, considerando especificamente o Polonordeste, Projeto Sertanejo, o Procanor e o Prohidro. Isto dá, também, uma idéia da magnitude do Projeto.

A maior parte dos programas do Projeto Nordeste, todavia, não saíram do papel. O PAPP foi o único efetivamente implantado pela Sudene a partir de 1986. Este fora caracterizado, inicialmente, como uma estratégia de Desenvolvimento Rural Integrado.²⁰

3.1.1. Objetivo Geral e Estratégias de Intervenção

Observamos que o PAPP visava uma ação abrangente e integrada junto aos pequenos produtores, articulando, entre outros aspectos, questões relativas a terra, à água, a tecnologias de produção, à comercialização e ao estímulo à organização. Conforme definição da Sudene:

“O PAPP busca proporcionar o aumento da produtividade, da produção e da renda das famílias dos pequenos produtores rurais, promovendo ou ampliando o acesso a terra e à água, às tecnologias de produção, ao mercado de insumos e de produtos, e ao crédito rural; visa, ainda, estimular a organização desses pequenos produtores para uma condução racional do processo produtivo” (SUDENE, 1989, p. 04) (Grifos nosso).

O conjunto destas ações deveria contribuir, assim, para elevar a produtividade agrícola, a renda e melhorar as condições de vida do pequeno produtor e de sua família. Em decorrência deste processo, denominado de fortalecimento da pequena produção, esperava-se a formação de uma camada média de produtores, mais tecnificados e integrados ao mercado. Para concretizar este objetivo, a estratégia de intervenção do PAPP recomendava a participação de representantes dos pequenos produtores rurais em todas as suas fases e, ao mesmo tempo, descentralizava as suas ações para os Estados e Municípios

²⁰ O PAPP foi criado no governo da Nova República através do decreto n.º 91.179 de 01 de abril de 1985. De acordo com a SUDENE, o orçamento inicial do PAPP, para os primeiros oito anos, foi da ordem de US\$ 2.534,00 milhões, dos quais 59,2% eram recursos nacionais e 40,8% do Banco Mundial. (SUDENE, 1989).

da sua área de abrangência.²¹ Assim, o PAPP buscava romper o estilo de planejamento centralizado e vertical que havia marcado os programas anteriores. Esta estratégia é apresentada da seguinte forma:

“O PAPP pretende provocar uma reversão da tendência tradicional em um planejamento participativo, objetiva promover a inclusão dos pequenos produtores em todas as fases do processo de planejamento, execução e avaliação, através das organizações já existentes ou a serem criadas” (PROJETO NORDESTE, 1985. p. 72)

Objetivando assegurar a participação de representantes da Sociedade Civil e do Estado, foram criados, no âmbito do Programa, canais institucionais de participação e administração que se estendiam do nível regional até o local. Estes canais foram organizados na forma de comissões, que tinham entre outras funções a de elaborar os Planos Operativos Anuais – POAs. Estes sistematizavam as ações do PAPP num período de um ano. O POA regional condensava os POAs dos Estados, que por sua vez incorporava as demandas municipais. Este estilo de planejamento, de caráter mais democrático, apresentava problemas no momento da consolidação das informações em nível da Região, em função dos sucessivos atrasos dos Estados na entrega destes documentos à Sudene e, conseqüentemente, na implantação do Programa nos Municípios.

Visando corrigir este e outros problemas que ocorreram no seu percurso, o Governo Federal e o Banco Mundial realizaram reformulações no Programa.²² Tais reformulações resultaram, quase sempre, em novas estratégias de intervenção. Assim, o

²¹O PAPP abrangia toda a área rural do Nordeste, desde o Maranhão até a parte mineira do polígono das secas. Tinha como prioridade as mesorregiões mais secas como o Semi-Árido e o Agreste, porém estendia a sua intervenção para as Serras Úmidas e a Mata, no litoral.

²²Sobre este assunto a SUDENE afirma: *“O PAPP passou por mudanças que se caracterizaram por formas diferenciadas de atuação, acarretando, a cada maneira de intervenção, novas estruturas programáticas e administrativas”* (SUDENE/DPP/SPA, op. cit. p.01).

PAPP apresentou, ao longo da sua trajetória, três estratégias de intervenção, que podem ser caracterizadas da seguinte forma:

a) Programa de Desenvolvimento Rural Integrado - É a primeira fase do PAPP, que vai de 1985 até 1990. Neste período, o programa atuava a partir de segmentos e se voltava para o desenvolvimento sócio-econômico e organizativo dos pequenos produtores rurais. Estes segmentos eram também denominados componentes ou instrumentos de ação do Programa. Ao todo eram sete: ação fundiária; recursos hídricos; crédito rural; geração e difusão controlada de tecnologia; assistência técnica e extensão rural - ATER; comercialização e abastecimento; e, apoio a pequenas comunidades rurais - APCR;

b) Programação por Projetos de Ações Concentradas - Esta segunda estratégia do PAPP é posterior a primeira grande avaliação, realizada em 1990. Ela vai de 1991 até 1993. Nesta segunda fase, o PAPP manteve a estrutura inicial, mas concentrou sua intervenção por área e por produto. Esta estratégia implantou os Subprojetos Produtivos. Eram projetos que tinham por meta a produção. Neste sentido, se articulava o plantio de culturas de maior valor comercial com a utilização de tecnologias modernas, objetivando incrementar a produtividade. Esta estratégia foi apresentada assim:

“A estratégia de Programa por Projeto de Ação Concentrada, desenvolvida com recursos do APCR, fez surgir os Subprojetos. Essas intervenções deveriam ter o perfil de projetos produtivos econômica e financeiramente viáveis, capaz de inserir os pequenos produtores no mercado, ou seja, transformar agricultores de subsistência em agricultores comerciais com capacidade de gestão e autonomia” (PRORURAL, 1994, p. 08).(Grifos nosso).

c) Ação Anti - Pobreza - A última fase do PAPP é implantada em 1993 e vai até 1996. A partir daí, o PAPP passou a caracterizar-se como uma ação de caráter mais assistencial,

nos moldes do Programa Solidariedad do México.²³ Independente destas distintas estratégias de intervenção, o PAPP conservou o seu propósito de tecnificar a pequena produção e tornar o pequeno produtor um agente econômico especializado, com relações estreitas com o mercado. Isto permaneceu como um traço que perpassou a trajetória do Programa, mesmo a terceira fase classificada como assistencialista.

No item seguinte, buscamos evidenciar como o PAPP pretendia modernizar a pequena produção, isto é, tecnificá-la e integrá-la ao mercado, visando com isto aumentar a produtividade agrícola, melhorar a renda e as condições de vida dos pequenos produtores e de suas famílias.

3.2. Ações do PAPP Para Modernizar a Pequena Produção

No âmbito do PAPP, os segmentos crédito rural, geração de tecnologia, assistência técnica e extensão rural, comercialização e abastecimento foram, especificamente, os mais enfatizados quanto à proposta de modernização agrícola. Estes segmentos orientaram os pequenos produtores na utilização de “pacotes tecnológicos” em que o uso de fertilizantes é considerado o meio principal para melhorar a produção e produtividade (CAVALCANTI, 1984). A seguir apresentamos estes segmentos que, enquanto instrumento operacional do PAPP visava alterar a base técnica da pequena produção.

3.2.1. O Crédito Rural - O documento governamental informa que este segmento visava: *“apoiar financeiramente aos pequenos produtores rurais na adoção de*

²³ O Programa Solidariedad foi concebido pelo Banco Mundial e pelo Governo Mexicano e se propunha a realizar atividades assistenciais que visavam aliviar a pobreza de comunidades carentes do campo e das cidades.

tecnologias moderna, notadamente, a utilização de insumos e equipamentos de comprovada viabilidade técnica e econômica” (PROJETO NORDESTE, op. cit. p.64).
(Grifos nosso).

No contexto de pequenos produtores descapitalizados, o crédito se colocava como o instrumento que possibilitaria a adoção de tecnologias modernas, notadamente caras. Dentre elas destacam-se: aquisição de equipamentos de irrigação (motobombas, canos, etc.); a construção e implantação de aviários para produção intensiva de frangos de corte; a compra de animais selecionados de raças exóticas; são exemplos de projetos financiados pelo PAPP, que dificilmente o produtor teria condições de “bancá-los” com recursos próprios.

Do ponto de vista geral, cabe destacar que o Estado, ao fornecer capital para estas finalidades, expressava o seu interesse pela modernização da pequena produção. É interessante notar, ainda, que os pequenos produtores, mesmo com recursos emprestados, não tinham autonomia para utilizá-los como lhes fosse mais conveniente. A vinculação do crédito ao “pacote tecnológico” era assegurada pela ATER, que elaborava os projetos e os encaminhava aos órgãos financeiros. A operacionalização deste segmento do PAPP aconteceu por meio de cooperativas, associações ou ainda através do financiamento direto ao produtor. Os recursos destinados, tanto a investimentos como ao custeio da produção, eram fornecidos através de uma linha especial de crédito. Esta visava garantir o fluxo de recursos no momento adequado. Os agentes financeiros, que operavam o crédito, foram o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste do Brasil e os Bancos Estaduais. As regras que orientavam esta linha de financiamento determinavam 03 anos de carência e que parte do

financiamento, entre 30% e 50%, não seria reembolsada e fixava o prazo de até 12 anos para pagamento da parcela restante.

Uma avaliação deste segmento em Pernambuco, conduzida por técnicos do Prorural, indicava, entretanto, que ele encontrou dificuldades relacionadas à economia nacional. Os índices financeiros que corrigiam os empréstimos eram desproporcionais aos que corrigiam os preços dos produtos agrícolas. No momento da safra, esta situação se agravava ainda mais, com a queda dos preços dos produtos agrícolas. Isto se transformou num problema de difícil solução. Sobre este assunto, relatório do Prorural afirma:

“O crédito do PAPP, portanto, não conseguiu gerar as mudanças na estrutura produtiva da pequena unidade produtora, em decorrência das disparidades ocorridas nas taxas de juros que corrigiam o pagamento dos empréstimos no sistema financeiro e os preços recebidos pelo pequeno produtor quando da comercialização da produção” (PRORURAL, 1997, p. 20).

Desta forma, os empréstimos, via crédito, tornaram-se inviáveis do ponto de vista econômico, sobretudo pela dificuldade de pagamento por parte dos pequenos produtores. As operações deste componente aconteceram até o ano de 1987. A partir daí os recursos do APCR se constituíram na única forma de apoio financeiro à pequena produção. Foi através deste segmento, com os seus projetos, em geral a fundo perdido, que diversas ações, voltadas para a produção e infra-estrutura, foram implementadas no âmbito das comunidades rurais. Estes projetos podiam ser de três categorias diferentes:

- a) produtivos, voltados para o aumento da produção e da renda. Pertenciam a esta categoria, entre outros, projetos de casas de farinha, unidades de beneficiamento de produtos agrícolas (frutas, grãos, etc.), olarias, sistemas para irrigação e criação de animais selecionados;

- b) de infra-estrutura, para a construção e melhoramento de estradas, eletrificação rural, sistemas de abastecimento de água, açudes, barragens, central de comercialização, construção de creche, etc.;
- c) sociais, nos quais se enquadravam, dentre outros os postos comunitários de saúde, contratação de professora rural, treinamentos de líderes de comunidades e pequenos cursos práticos. (SUDENE, 1995, p.06).

Foi através de projetos como estes que o PAPP apoiou financeiramente atividades para os pequenos produtores rurais. Este sistema de financiamento perpassou todas as fases do Programa. Ele funcionava, em geral, da seguinte forma: a comunidade, através da sua organização local, elaborava o projeto e encaminhava para uma instância municipal, que o encaminhava à Unidade Técnica, no caso de Pernambuco o Prorural. Quando o projeto era aprovado, os recursos eram enviados para uma conta bancária de pessoas da comunidade. Na última fase do PAPP os municípios, que se regiam pelo modelo PAC (Projetos de Ação Comunitária), tinham os seus projetos intermediados pela Prefeitura.

3.2.2. A Geração e Difusão de Tecnologias - A finalidade principal deste segmento era prover a extensão rural de inovações técnicas a serem disseminadas junto aos produtores rurais. A sua operacionalização ocorreu através dos órgãos de pesquisas que atuavam na Região. Sob a coordenação da Embrapa e com participação direta das Empresas Estaduais de Pesquisa Agropecuária, foram implantadas pesquisas de campo e de laboratórios, estudos e avaliações dos recursos naturais, bem como a geração de tecnologias, visando aumentar os rendimentos físicos e financeiros da pequena produção.

Neste sentido, estimulou-se a pesquisa, a produção e distribuição de sementes, de matrizes e de reprodutores geneticamente melhorados. A atuação deste segmento produziu inovações tecnológicas nos Estados da área de abrangência do PAPP. De acordo com o Relatório Plurianual foram gerada tecnologias nas áreas de genética vegetal para produção de variedades mais produtivas de feijão macassar, milho, arroz, banana e algodão. Foram desenvolvidas, também, pesquisas para tornar mais eficiente o controle de pragas em coqueiros, aperfeiçoamento de métodos para correção de solo, melhoria de sistemas de captação e armazenamento de água e introdução novas variedades de batata-doce e de cebola. Até 1989, haviam sido realizados 1.457 ensaios nas 639 unidades de difusão de tecnologias que existiam no âmbito do PAPP (SUDENE, 1989).

Como podemos verificar, a ação deste segmento orientava-se para pesquisas por produto. Tratava-se, portanto, de tecnologias pontuais, que não cobriam o sistema de produção como um todo. As tentativas de desenvolver pesquisas mais sistêmicas, para construir modelos de produção, não foram além de ensaios de difícil reprodução.

É interessante observar que na literatura oficial do Programa, não existe referência ao aproveitamento do saber do pequeno produtor rural. Diversos escritores, entre eles, Cândido Grzybowiski (1985), têm chamado atenção para a importância deste conhecimento, sobretudo pelo fato da sua maior pertinência econômica, social e ambiental aos produtores e suas famílias. Todavia, consonante com a política do Estado e do Banco Mundial para o Nordeste, o PAPP intervém para a transformação da agricultura “tradicional”, sem se preocupar em reter ou mesmo valorizar as experiências vivenciadas pelos produtores ao longo dos anos. Nesta perspectiva, o PAPP contribuiu para a

desestruturação de um saber e a introdução de outro, importado de sistemas agrícolas de países de clima temperado. Portanto, inadequado à realidade de ecossistemas tropicais, particularmente, o nordestino.²⁴ As conseqüências negativas da incorporação de tecnologias agrícolas podem ser visualizadas nos exemplos, entre outros, da degradação de recursos naturais e no endividamento dos produtores, conforme analisaremos no próximo capítulo.

3.2.3. Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) - Este segmento tinha como objetivo geral *“umentar a produtividade, a produção e a renda do pequeno produtor, com vista a melhorar as suas condições de vida”*. (PROJETO NORDESTE, op. cit. p.54) (Grifos nosso).

Uma rede de escritórios locais e estaduais, mobilizando profissionais de nível médio e superior ligados as ciências agrárias, participou diretamente na implantação do Programa. Em 1989, com 03 anos de funcionamento, existiam cerca de 800 escritórios municipais e com um efetivo de 2.773 técnicos a serviço do PAPP (SUDENE, 1989). Este aporte institucional funcionava sob a responsabilidade da Embrapa e das Empresas Estaduais de Extensão Rural. O Sistema Embrater possuía grande capilaridade, ramificando-se por quase todos os municípios do Nordeste. A extensão rural desempenhou a função de difusão de inovações tecnológicas e outras informações geradas no âmbito da pesquisa e do crédito rural. A intervenção destes três segmentos acontecia, grosso modo, conforme o “modelo

²⁴ A título de ilustração cabe destacar os animais geneticamente melhorados que demandavam instalações específicas, alimentação balanceada, além de serem mais susceptíveis a doenças.

clássico” americano de extensão rural que foi adaptado por Everst Rogers e aplicado no Brasil, já em décadas anteriores, com o nome de “difusionista inovador”.²⁵

O sistema de difusão podia ser, em geral, caracterizado assim: o crédito rural e posteriormente os projetos específicos do PAPP forneciam os recursos e o serviço de extensão fornecia as orientações técnicas para implantação das atividades no interior da unidade de produção. Os técnicos da ATER atuavam, também, na fase inicial deste processo, sensibilizando os produtores e suas organizações através de palestras, cursos, quando se evidenciavam as vantagens das “novas práticas agrícolas”. A metodologia que orientava o trabalho priorizava o contato direto entre os extensionistas e os pequenos produtores. Desta forma, os técnicos exerciam um papel decisivo no “convencimento” deste público, “preparando o terreno” para a adoção de inovações tecnológicas.

O desempenho das funções da extensão rural foi prejudicado com a operação desmonte do governo Collor. No início da década de oitenta, existiam cerca de 12 mil extensionistas no Brasil. Este número foi progressivamente declinando desde o começo da década de 90, culminando com a extinção da Embrater e com a demissão de inúmeros técnicos que trabalhavam diretamente no campo. Isto teve, entre outras conseqüências, a redução da oferta deste serviço aos pequenos produtores. No caso do PAPP, muitos projetos ficaram sem assistência técnica, sendo levados adiante pelo esforço dos produtores.

²⁵ Fonseca (1985) discute a penetração do capitalismo no campo brasileiro, impulsionado por políticas de extensão rural, crédito e difusão de tecnologia, promovidas pelo Estado com apoio de órgãos americanos.

3.2.4. Comercialização e Abastecimento - O objetivo deste segmento foi o de assegurar aos pequenos produtores o acesso ao mercado de produtos e insumos agrícolas. Este se concretizou através da linha de financiamento à comercialização da pequena produção agrícola – FINACOM, que concedia empréstimos para a compra antecipada da produção - CAP e para a compra do excedente produzido - CEP. A idéia destes mecanismos foi a de tentar evitar que o produtor vendesse a sua produção na hora do “aperto”, ao atravessador, por um valor inferior ao de mercado. Desta maneira, a CAP e a CEP objetivavam contribuir para que o pequeno produtor segurasse a sua produção para comercializá-la num momento melhor.

Entretanto, é necessário que se diga que a intervenção do PAPP no tocante a comercialização foi tímida. Este aspecto permanece como um ponto de estrangulamento da economia do pequeno produtor, existindo ainda na Região antigas formas de venda da produção que sugerem um alto grau de subordinação dos pequenos produtores aos atravessadores. Segundo Abramovay (1994), há situações em que a produção é vendida na “*palha ou na folha*” a um comerciante que financia a família. Isto acontece, principalmente, quando os pequenos produtores precisam de socorro, como nos casos de doenças, criando, desta forma, um vínculo de dependência clientelista muito forte e difícil de ser rompido.

Com relação ao abastecimento, foram colocados à disposição dos pequenos produtores insumos agropecuários “modernos”, entre os quais podem ser mencionados: sementes selecionadas; produtos de sanidade animal (vacinas, vermífugos, etc.) e vegetal (agrotóxicos, herbicidas); equipamentos de trabalho agrícola (carros de mão, bombas para pulverização, etc.); fertilizantes químicos, além de silos de armazenagem de grãos.

As atividades deste componente foram implementadas principalmente com a participação das cooperativas. Estas organizações exerciam a função de comercializar estes insumos com os produtores, assemelhando-se a um entreposto de venda de produtos industriais, esvaziando o sentido de organização independente, voltada para a defesa dos interesses econômicos dos pequenos produtores. Através da “intermediação” das cooperativas, os insumos “modernos” chegavam até o pequeno produtor. Neste sentido, o PAPP apoiou-se na rede de cooperativas existentes no NE para viabilizar o seu objetivo de incrementar a utilização de “pacotes tecnológicos”. A título de ilustração, ressaltamos o papel desenvolvido pela Cooperativa Agrícola de Bom Jardim, área da nossa investigação. De acordo com Orlando Barbosa, que ocupava o cargo de vice-presidente do STR no momento da realização da presente pesquisa, a cooperativa funcionava como uma loja para comercializar equipamentos de produção agropecuária. Além disso, esta organização atuava na intermediação de recursos públicos para os pequenos produtores. O projeto que atingiu o maior número de produtores neste Município foi implantado via Cooperativa. Este viabilizou a distribuição de adubos (fertilizantes químicos) para cerca de 1.200 mil produtores rurais.

No item a seguir enfocaremos a intervenção do Programa em Pernambuco, onde, entre outras atividades, havia uma prioridade para projetos que visavam incrementar a produção de culturas de maior valor econômico. A ampliação da faixa destinada a lavouras de mercado ocorreu, entre outras formas, através da disseminação da irrigação para a produção de hortaliças.

3.3. Considerações Sobre a Atuação do PAPP em Pernambuco

3.3.1. Estrutura institucional para implantação do Programa no Estado

Em Pernambuco, o PAPP foi elaborado no transcorrer do ano de 1985 sob a responsabilidade do Prorural, com assessoria da Sudene e do Banco Mundial. Neste mesmo ano, o Projeto foi instituído, através do decreto de nº. 10.090, sendo que a implantação só ocorreu em 1986. Com os recursos obtidos, US\$ 96.400.000 do Governo Brasileiro e US\$ 92.000.000 do Banco Mundial, o Programa pretendia atender a quase 80 mil famílias de pequenos produtores rurais no primeiro quinquênio do Projeto.²⁶ Vale salientar que no ano da sua elaboração existiam na área rural de Pernambuco cerca de 334 mil estabelecimentos com até 50 ha²⁷, representando 93% do total de estabelecimentos rurais do Estado (IBGE, 1985).

Não obstante a envergadura do PAPP, ele pretendia alcançar, nos seus primeiros cinco anos, menos de 25% dos pequenos produtores de Pernambuco. A distribuição espacial, destes por mesorregiões, pode ser apresentada assim: 33,6% no Sertão; 42,3% no Agreste; e os outros 24,1% distribuídos entre as Serras Úmidas (16,4%), Zona da Mata (4%), e para as áreas não priorizadas (3,7%) (PROJETO NORDESTE, op. cit.). Estas informações revelam uma nítida prioridade para o Agreste pernambucano, que anteriormente havia sido alvo do Polonordeste, um programa financiado também pelo Banco Mundial.

²⁶ Em 15 de julho de 1986 o acordo de empréstimo foi firmado sob o n.º 2718 - BR, com data prevista para encerramento em 31 de dezembro de 1994, sendo posteriormente prorrogado para junho de 1996. A respeito da negociação em torno do PAPP Estadual (execução do Projeto, cronograma de desembolso, prazos e condições de pagamento da dívida, etc.), ver Contrato de Empréstimo n.º. 2718 BR, República Federativa do Brasil / Banco Mundial, 1986b.

²⁷ O tamanho da área é uma das características utilizadas pelo PAPP para se conceituar o pequeno produtor. Sendo considerado com tal aquele que possuía até 50 ha.

Para implantar o PAPP em Pernambuco, o Banco Mundial recomendou a criação de um novo órgão com capacidade para administrar e coordenar o Programa no Estado.²⁸ Assim foi criado o Prorural, que devia cobrir toda área de intervenção do PAPP no Estado. Para executar esta função, este foi aparelhado, inicialmente, com 60 profissionais, com recursos e infra-estrutura adequada às necessidades do trabalho. Deste modo, este órgão do Estado beneficiava-se dos recursos do Banco para desempenhar a função de coordenador de políticas públicas voltadas para o pequeno produtor em Pernambuco, papel que executa até hoje.

Sob a coordenação do Prorural, o Programa foi implantado com a participação da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Pernambuco - IPA, que, através dos seus laboratório e estações de experimentação em campo, fornecia informações e tecnologias ao pequeno produtor; da Extensão Rural fornecida pela Emater, através de seus escritórios regionais e municipais; e do Banco do Brasil, do Banco do Estado de Pernambuco – Bandepe e do Banco do Nordeste do Brasil – B.N.B. Os serviços relacionados aos recursos hídricos, bem como as atividades de cadastro da terra, ficaram a cargo da Companhia Integrada de Serviços Agropecuários - Cisagro.

A coordenação geral do Programa foi exercida pelo Conselho de Desenvolvimento Rural Integrado. Este funcionava sob a presidência do Governador, com participação direta de seis secretários de Estado. A execução das deliberações deste conselho ficava a cargo

²⁸ A criação do Prorural fazia parte do contrato de acordo entre o Banco Mundial e o Governo do Estado. A sua constituição era uma condição para a contratação do empréstimo. Neste sentido, a participação do BIRD extrapolava à esfera financeira, influenciando na condução do Programa.

da Secretaria de Agricultura, que assumia a maior parte das atividades do Programa no Estado.

3.3.2. Ações do PAPP no Estado

Nesta seção, enfocamos algumas ações do Programa voltadas para a elevação da produtividade agrícola das pequenas unidades de produção. É necessário dizer que a trajetória estadual do Programa estava em sintonia com a regional, entretanto, verificamos, em seu percurso, particularidades próprias que também serão enfocadas a seguir.

Em 1988 realizou-se uma avaliação que identificou o desempenho insatisfatório do Programa no Estado. Esta recomendava uma reformulação, que, entre outros aspectos, propunha reordenar as ações do PAPP no sentido de incrementar políticas consistentes de apoio à produção agrícola e pecuária, estimular a irrigação e o provimento de recursos hídricos e ampliar o número de pequenos produtores atendidos através de uma maior agilidade operativa dos projetos na U. T. como também, uma melhor integração entre os órgãos do Estado (PRORURAL, 1990)

Esta reformulação incentivava os projetos produtivos como linha prioritária para o PAPP. Para materializar esta estratégia, foram criados dois instrumentos, um de cunho metodológico, denominado de método de levantamento da realidade, e outro financeiro, chamado de crédito popular. Estas mudanças se fundamentavam nas idéias de que primeiro era necessário selecionar bem as demandas para não financiar projetos sem viabilidade técnica e econômica e depois, os recursos deviam ser emprestados ao pequeno produtor e não doados a fundo perdido.

Na concepção do Prorural, o número de projetos fracassados era um reflexo do fraco diagnóstico dos problemas a serem enfrentados. Conforme relatório deste órgão, mais de 50% das casas de farinha construídas no Estado, através do PAPP, estavam paralisadas, principalmente pela escolha errada das localidades que, em geral, não dispunham de matéria-prima suficiente para o processamento. Esta situação refletia a necessidade de uma metodologia que descesse conta de perceber, de forma mais realista, os projetos mais viáveis do ponto de vista técnico e econômico.

Com a intenção de corrigir este problema, o Prorural introduziu o método de levantamento da realidade, que se baseava no processo de consulta direta à população alvo do programa. Os técnicos com os produtores definiam as ações prioritárias para o setor agropecuário. Simultaneamente ao levantamento das ações, instituí-se o crédito com o objetivo de financiá-las.

A idéia de se criar uma nova linha de crédito fazia parte da concepção da nova equipe, que assumiu a superintendência da Unidade Técnica em PE.²⁹ Esta acreditava que era necessário romper com a cultura clientelista que havia por trás dos projetos. Pretendia, com isto, mudar a imagem do Prorural, comparado a um “balcão de projetos a fundo perdido”, para um órgão de apoio ao desenvolvimento. A equipe acreditava que, ao exigir o ressarcimento dos recursos, os produtores teriam mais atenção na seleção dos projetos e maior compromisso com a sua manutenção. A ação de precisar melhor as demandas e substituir a doação pelo empréstimo fez surgir em Pernambuco a estratégia dos Projetos

²⁹ O crédito popular utilizava os recursos do APCR, sendo as operações realizadas através do Bandepe.

Produtivos. Em função da necessidade de ressarcimento dos recursos, só deveriam ser financiadas iniciativas que apresentassem viabilidade econômica.

Neste sentido, o perfil destes projetos específicos levava em consideração produtos de mercado, que tinham o objetivo de gerar uma renda imediata, aproveitando a vocação de cada mesorregião do Estado. Dentre os projetos, destacam-se os de incentivo às culturas do inhame, maracujá, café, abacaxi, batata inglesa, urucum e morango. Culturas estas fomentadas na Zona da Mata e no Agreste. No Semi-Árido foram implantados projetos de apoio a mandiocultura e à produção do algodão.

Com relação à pecuária foram desenvolvidos projetos visando melhorar a alimentação dos animais, com o aproveitamento da mandioca e da batata-doce, bem como a melhoria genética de animais através da técnica da inseminação artificial. Além disto, foram implantados os projetos boi na corda, vaca na corda e vaca leiteira. Na área de beneficiamento fomentou-se o processamento do mel, via projetos de desenvolvimento da apicultura, através da Cisagro. Unidades de processamento de frutos (goiaba, caju, etc.) foram introduzidas, principalmente na mesorregião do Sertão do Pajeú, além de casas de farinha mecanizadas. Dentre o conjunto de atividades produtivas estimuladas pelo PAPP estadual, a irrigação em pequena escala é a que mais se destacou. Concretizada através do financiamento de equipamentos para irrigação (motobombas ou eletrobombas, canos, mangueiras, etc.), este tipo de projeto foi implantado prioritariamente no Agreste Meridional, Setentrional e no Vale do Ipojuca. Segundo o Prorural, o Bandepe atendeu a 1.940 pequenos produtores, irrigando uma área de 2.910 ha nos anos 1989 e 1990. Ainda de acordo com a mesma fonte, esta intervenção teria feito a produtividade do tomate

crescer no Agreste Meridional, chegando a 50,3 ton. / ha, quando a média estadual era de 35 ton. / ha (PRORURAL, 1997, p.14).

Com estas iniciativas, o Governo do Estado objetivava uma maior mercantilização da economia do pequeno produtor, ampliando a faixa de lavouras comerciais. Esta era a idéia central dos projetos produtivos. Todavia, a demanda de projetos e a falta de estrutura operativa instituição financeira, apresentou-se como um problema no desempenho desta estratégia.

O ano de 1991 marca o início de uma nova estratégia regional do PAPP, denominada de Programação por Projeto de Ação Concentrada. Esta estratégia implantou em Pernambuco os Subprojetos Produtivos. Eram projetos que tinham por meta a produção. Neste sentido, se articulava culturas de maior valor comercial com tecnologias modernas para incrementar a produtividade. Esta estratégia foi apresentada pelo Prorural da seguinte forma:

“A estratégia de Programa por Projeto de Ação Concentrada, desenvolvida com recursos do APCR, fez surgir os Subprojetos. Essas intervenções deveriam ter o perfil de projetos produtivos econômica e financeiramente viáveis, capaz de inserir os pequenos produtores no mercado, ou seja, transformar agricultores de subsistência em agricultores comerciais com capacidade de gestão e autonomia” (PRORURAL, op.cit, p. 08).(Grifos nosso).

No essencial, esta nova estratégia mantinha o objetivo de transformar a pequena produção familiar. Com os Projetos Produtivos verificava-se uma atomização em pequenos projetos, dispersos em todo Estado de Pernambuco. Com esta nova iniciativa, as ações eram concentradas, alcançando toda uma comunidade ou um distrito e não mais um pequeno grupo de famílias. A idéia que norteava esta estratégia era a de concentrar

investimentos numa mesma localidade, com vista a dinamizar a sua economia. Deste modo, a estratégia dos Sub-Projetos se assemelhava a do Polonordeste, que atuou por pólos.

No Estado, foram realizados ao todo 14 estudos detalhados para implantação dos Subprojetos, porém só 10 foram encaminhados à Sudene e destes 04 foram aprovados e implantados. Os Subprojetos implantados em Pernambuco foram os seguintes: a) Subprojeto Santa Maria da Boa Vista - Promoveu a irrigação de 627 ha para a produção de culturas e mercado (fruticultura e cereais). 120 famílias do meio rural deste Município foram beneficiadas; b) Subprojeto Natuba - Através do aproveitamento das águas do riacho Natuba, foi implantado o projeto irrigação de 435 ha para produção olericultura voltadas para o mercado. Cerca de 500 pequenos produtores foram beneficiados diretamente; c) Subprojeto Batatinha - Este irrigou 310 ha de terra para plantio de batata-inglesa. Este se destinava à produção de sementes e de batatas para o mercado, atingindo 255 famílias; d) Subprojeto Afogados da Ingazeira - Destinado à irrigação para a produção de olericultura, principalmente de tomate para o mercado.

Conforme podemos verificar, os SubProjetos implantados ficaram bem aquém daqueles elaborados e encaminhados à Sudene. Os quatro, implantados em Pernambuco, todos para irrigação de culturas comerciais, representavam bem a perspectiva do Programa, a de fomentar a substituição de uma agricultura voltada para o autoconsumo, por outra caracterizada pela integração ao mercado e pela utilização do “pacote tecnológico”. Estas duas características, presentes nos projetos de irrigação, são os elementos básicos do processo de modernização da pequena produção familiar.

Esta estratégia dos Subprojetos teve curta duração e só parcialmente foi implantada. Problemas relacionados com “*a demora na implementação (...) associados ao quadro social crítico condicionado pela seca 1992/93*”, justificaram mais uma reformulação no PAPP (Prorural, 1994, p.08). Em março de 1993 o Governo Federal e o Banco Mundial realizaram a reformulação mais significativa no PAPP. Para fundamentá-la, o BIRD promoveu, em fevereiro de 1993, uma visita de governadores de Estados do Nordeste e técnicos do Governo Federal ao Programa Solidariedad no México. Por outro lado, solicitou ao Centro de Estudos e Pesquisa Josué de Castro (Recife) uma avaliação dos Projetos do APCR e do Projeto São Vicente, com vistas a colher subsídios para a nova estratégia.³⁰ Esta se caracterizou como uma Ação Anti-Pobreza, destinada às pessoas mais pobres do meio rural, independente destas desempenharem alguma atividade profissional. Neste sentido, foi incluído como público do Programa:

“As comunidades rurais entendidas como tal: grupos de pequenos produtores rurais, pescadores, artesãos, associações de dona de casa, de mães, de pais, de jovens e pessoal ocupado em atividades afins, desde que reunidas ou organizadas em grupos de interesse comuns” (BANCO MUNDIAL, 1993, p.02). (Grifos nosso).

Para atender o interesse deste público tão heterogêneo, o PAPP passou a financiar atividades diversas, tais como: abastecimento de água, eletrificação rural, reconstrução de estradas, reformas de prédios públicos, de cemitérios, de quadras de esporte, de casas de farinha e aquisição de equipamentos agrícolas, entre outras atividades. Desta forma, o PAPP reformulado, como se convencionou chamá-lo nesta nova fase, ampliou o leque de atividades financiáveis, bem como o seu público alvo. O Programa passou a apoiar setores

³⁰ Ver a respeito Sabbag e Figueiredo, 1993.

mais pobres, carentes em serviços e de infra-estrutura básica e que não estavam necessariamente vinculados a uma atividade econômica, como os pequenos produtores.³¹

Em Pernambuco esta reorientação parece associar-se à prioridade dada aos projetos de infra-estrutura. De acordo com dados colhidos por nós no Prorural, este tipo de projeto representava 30% do total dos projetos específicos no biênio 1993 – 94 e 64% nos dois anos seguintes (1995 – 96). A implantação de projetos de infra-estrutura (como os de eletrificação rural, abastecimento de água, etc.) respondia a demandas básicas no âmbito de uma população rural pobre. Assim, parece que foi a situação de carência de serviços essenciais que organizou as demandas da população. Por outro lado, é sabido também do interesse que o Governo do Estado, período de 1994 a 1997, tinha em promover a eletrificação rural. Cerca de 41% do total dos projetos financiados no Estado, entre 1993 e 1996, tinham esta finalidade. Vale ressaltar que o Prorural não tinha interesse em apoiar projetos de reformas de prédios, de cemitérios ou de construção de quadras esportivas, apesar destes fazerem parte do conjunto de atividades contratadas com o Banco Mundial.

Os projetos produtivos representaram 45% no primeiro biênio citado e 34% no segundo. Apesar do declínio de um biênio para o outro, consideramos que estes projetos apareciam de forma significativa entre as solicitações apresentadas à Unidade Técnica. Isto parece revelar o apoio do PAPP pernambucano a atividades agropecuárias, mesmo num contexto onde a concepção geral do Programa tinha uma conotação mais assistencial.

³¹Organizações da Sociedade Civil (STRs, O.N.Gs, Igreja Católica, etc.), protestaram contra esta reformulação e apresentaram ao BIRD e a Sudene uma proposta alternativa que foi desconsiderada.

Entre os projetos específicos, voltados para a produção, os que apareceram com maior frequência foram os destinados à aquisição de tratores (12% nos dois biênios). Estes projetos do PAPP Estadual, do mesmo modo que outros destinados à compra de fertilizantes químicos, agrotóxicos, etc., influenciavam no sentido de tecnificar a pequena produção via incorporação de tecnologias de origem industrial. No caso dos tratores, mesmo sendo objeto de uso coletivo, eles apresentaram problemas relacionados aos custos elevados de manutenção. Além disto, cabe salientar que, para pequenos produtores que dispõem de pouca terra com solos rasos, a utilização destas máquinas para atividades agrícolas representa um risco para o meio ambiente, principalmente pela compactação e erosão, empobrecimento do solo e conseqüentemente a quebra na produção que podem provocar.

Desta forma, a concepção generalizada de que o acesso de tecnologia viabiliza o aumento da produtividade e impulsiona a economia do pequeno produtor necessita ser relativizada. O Polonordeste e o PAPP associavam, em geral, tecnologia com maior volume de produção e desenvolvimento. Estabelecer esta correlação de forma direta, sem buscar a sua dimensão política, ao nosso ver é um equívoco, pois a produção e a utilização de tecnologia sempre está vinculada a interesses sociais e políticos, onde os mais favorecidos são, via de regra, os grupos da sociedade que as produziram. Esta discussão será realizada a seguir, nos dois últimos itens deste capítulo.

3.4. Tecnologia e Pequena Produção no PAPP

Encontramos na documentação oficial do Programa afirmações de que o atraso tecnológico era o principal problema da pequena produção. Este entendimento, como salientado anteriormente, orientou toda uma estratégia de intervenção no sentido de incentivar a sua tecnificação. Muitas vezes a tecnologia foi apresentada como uma espécie de solução para diversos problemas do pequeno produtor. A sua adoção deveria aumentar a produção, a renda e melhorar as condições de vida da família. Neste contexto, a referência à noção de tecnologia, constante na literatura do programa, apresenta-a como uma coisa positiva e neutra, classificada apenas como ferramenta, como equipamento e insumo e com a função de elevar a produtividade agrícola. Esta perspectiva reduz a tecnologia a instrumentos que mediam a relação do homem com a natureza, objetivando a apropriação dos recursos desta na maior quantidade e no menor tempo possível.

Conforme afirmava João B. Pinto (1981), a tecnologia foi vista pelos Programas de Desenvolvimento Rural como uma coisa acrítica, destituída de qualquer sentido social ou político. Em nenhum momento ela foi apresentada como um processo de natureza social, que se gesta no bojo das relações sociais que os homens e as mulheres estabelecem entre si na sociedade. Assim, na nossa visão, a discussão sobre tecnologia não deve ocorrer fora do contexto social que a produziu, isolada dos interesses das classes sociais que participaram da sua produção. A sua geração, produção e utilização, enquanto atividade econômica, responde, em primeira instância, aos interesses das classes sociais que detém o conhecimento técnico e controlam os meios necessários para produzi-la. Os empresários, proprietários das indústrias, que produzem os insumos, equipamentos e máquinas destinadas à agricultura almejam, obviamente, a maior utilização possível dos seus produtos. Desta

forma, quanto mais produtores utilizarem suas mercadorias melhor, pois isto representa maiores vendas e melhores lucros. Assim, o que orienta a produção da tecnologia, na ótica do empresário, não é a necessidade de aumentar a produtividade agrícola, mas assegurar a acumulação de capital pela indústria. Nestes termos, tecnologia é uma forma de viabilizar a transferência de capital da agricultura para a indústria e, ao mesmo tempo, ampliar a subordinação dos pequenos produtores ao capital agroindustrial. Neste sentido, concordamos com Nazaré Wanderley, quando afirma que *“a submissão da economia da pequena produção ao capital impõe àquela um processo intenso de transferência de recursos para a indústria, se dá essencialmente através do estímulo à aquisição (...) e ao uso de uma tecnologia moderna”* (WANDERLEY, 1977, p.539).

Nesta perspectiva, a produção e o consumo de tecnologia, no contexto recente da agricultura brasileira, tem fortalecido uns segmentos sociais em detrimento de outros. José Graziano da Silva (1982) chama atenção em seu livro *“Modernização Dolorosa”*, para a ampliação da subordinação dos pequenos produtores que se tecnificaram ao capital agroindustrial. Nesta perspectiva, à produção com tecnologias modernas impulsiona um processo de dependência do produtor à indústria e, via de regra, uma ampliação de sua exploração.

Em suma, a produção e utilização de tecnologia, numa sociedade marcada pela desigualdade e por interesses sociais divergentes, viabilizam, do ponto de vista econômico, a acumulação de capital pelo setor que organiza e controla a sua produção. Na dimensão política e ideológica, por trás da neutralidade que aparenta, a tecnologia reforça os

interesses daqueles que comandam o desenvolvimento tecnológico, sejam eles econômicos, científicos, ou políticos (FIGUEIREDO, 1989, p.19).

No âmbito do PAPP, os processos de tecnificação “*resultam mais de uma imposição do que de uma conquista ou decisão livre dos pequenos produtores*” (CHALOUT, 1988, p. 100). Deste modo, o processo de difusão de tecnologia conduzido pelo Estado e em particular pelo PAPP não favorecia a participação dos produtores. Isto ocorria na medida que este Programa, através de seus segmentos, determinava e criava as condições para a substituição do padrão técnico da pequena produção. Os riscos em relação à utilização de tecnologias modernas na agricultura vinculam-se também à dependência que elas geram no meio ambiente. A modificação de sistemas de produção mais complexos (diversificados), por outros mais simplificados (monoculturas) e intensivos em insumos, leva ao desequilíbrio ambiental e à demanda crescente destes para manter a produção. Deste modo, a utilização de insumos e equipamentos de origem industrial na agricultura tem efeitos ecológicos e econômicos negativos para a produção, sendo, assim, inadequados à economia e às necessidades dos pequenos produtores.

A tecnologia da pequena produção familiar, classificada como tradicional e criticada como fonte de atraso, guarda uma correspondência com a sua lógica, que, conforme vimos, está voltada para a satisfação das necessidades da família. Diferente, portanto, da empresa capitalista que trabalha com a relação custo-benefício e, portanto, se interessa cada vez mais por tecnologias mais produtivas, que dêem mais lucro. Neste sentido e de acordo com João B. Pinto, a pequena produção não pode ser classificada como “*atrasada tecnologicamente, com referência ao modo de produção capitalista, mas de*

qualitativamente diferente, já que ela possui objetivos distintos” (PINTO, op. cit. p.05).

Este é um traço fundamental para compreender a relação entre a lógica da pequena produção e a sua tecnologia. Dito de outro modo, as tecnologias utilizadas guardam uma relação com as suas finalidades econômicas e sociais. Deste modo, tecnologias de baixo custo, que apresentam menos dependência de capital e menos riscos, são mais pertinentes à lógica da pequena produção. Isto não quer dizer que temos uma visão acrítica das tecnologias da pequena produção, porém reconhecemos, conforme Abramovay (1985), que o aprimoramento gradual de sistemas já existentes pode ser mais econômico, mais eficiente, menos traumático e mais seguro do que a implantação de “pacotes tecnológicos” já acabados. Esta perspectiva opõe-se a de Shutz, que apresentamos no capítulo 01 desta dissertação e que se orienta para a substituição do padrão técnico da agricultura, visando aumentar a produtividade agrícola e torná-la um agente do crescimento econômico. Esta era, também, a finalidade da utilização da tecnologia na pequena produção, conforme a concepção dos Programas do Estado.

3.5. Produtividade e Pobreza

Na ótica do PAPP, a utilização de tecnologias modernas estava associada à concepção produtivista, que enfatizava o crescimento da produção via modernização da agricultura. Para legitimar este discurso, recorria-se com frequência ao problema da pobreza

e da fome.³² Diante do espectro da fome, era preciso produzir cada vez mais para assegurar o abastecimento de alimentos em quantidade e a baixo preço. Frente a isto, o problema a ser atacado era o da baixa produtividade da agricultura. Nesta perspectiva, as políticas para o meio rural nordestino, do período pós-Sudene, direcionaram-se, em geral, para incrementar a produtividade agropecuária.

Esta concepção do problema e da sua resolução revelava uma incompreensão do mesmo. A escassez de alimentos, para grande parte da população rural do Nordeste, é menos um problema técnico de produção e mais uma questão social e política, ligada à sua distribuição. Diversos são os exemplos onde o aumento da produtividade agrícola, por si só, não garantiu o bem-estar da sociedade e, em particular, melhores condições de vida para os pequenos produtores e suas famílias. Pesquisa realizada pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, com pequenos produtores em países do Terceiro Mundo, atesta que o crescimento da economia, via maior produtividade, não garantiu uma vida mais digna para estes. Esta pesquisa mostrou que:

“... na Índia, na Indonésia, em Bangladesh, em Sri Lanka e na Malásia, onde mora 70% da população rural dos países não-socialistas do Terceiro Mundo, a pobreza estaria aumentando, apesar do crescimento econômico nunca visto que aconteceu nos últimos 25 anos. Assim, nas mais ricas áreas de cultivo do Pendjab, na Índia, a nova técnica da “revolução verde” teria certamente conduzido a um aumento de 26% da renda real per capita, mas ao mesmo tempo se elevado de 18 a 23% a parte da população rural que estaria vivendo abaixo do nível de pobreza” (KURZ, 1996, p.169).

Com relação ao Brasil, Francisco Graziano Neto (1982) informa que a nossa produção agropecuária, no início dos anos 80, já era suficiente para alimentar o povo brasileiro, inclusive com taxas de proteínas e calorias duas vezes maiores que as

³² Nesta direção, a formulação mais clara parece ter sido a do Projeto NE, que deu origem ao PAPP, ao propor no seu objetivo geral, como vimos, a erradicação da pobreza absoluta.

necessidades requeridas para uma alimentação adequada. Deste modo, mesmo com o crescimento da produção agrícola o problema da fome e a pobreza rural permaneceram, caindo por terra, assim, o discurso de que estes problemas seriam resolvidos com a elevação da produtividade. Diversos Programas governamentais para pequena produção estimularam a produtividade, sem, contudo criar as condições para uma distribuição mais equitativa desta. Os pequenos produtores que experimentaram um crescimento da produtividade agrícola, no âmbito dos projetos específicos do PAPP, conforme veremos no capítulo a seguir, não tiveram condições de retê-lo e viam os ganhos, advindo deste, escorrerem para mãos dos representantes das empresas de insumos e equipamentos industriais e dos comerciantes que intermediam a produção agrícola para as cidades. Assim a incorporação de tecnologias sofisticadas e o aumento da produtividade não levam automaticamente a uma diferenciação social e econômica ascendente. Pelo contrário, como observa José Graziano da Silva, *“a tecnificação como forma de viabilizar o campo brasileiro (...) tem significado, na maioria das vezes, num crescente grau de endividamento, uma perda da propriedade real dos meios de produção por parte dos pequenos produtores”* (SILVA, 1982, p. 138).

O fato é que, o pequeno produtor que incorpora inovações tecnológicas e se integra ao comércio de insumos e produtos agrícolas, enfrenta um mercado concentrado e dominado, por um lado, pelo capital agroindustrial e, por outro, pelo comercial, que extraem o excedente produzido, impedindo a acumulação interna e, conseqüentemente, a formação de uma camada média rural.

A modernização, impulsionada pelos programas governamentais para a agricultura, tem significado, para muitos, o endividamento, a intensificação da jornada de trabalho, o empobrecimento e a deterioração das condições de vida do produtor e de sua família. Esta foi à situação encontrada entre os pequenos produtores entrevistados nesta pesquisa, que utilizam irrigação em seus plantios. Apesar destes terem condições de produção, que os diferenciam da maior parte dos produtores do local na medida que têm acesso a água e utilizam insumos do “pacote tecnológico”, enfrentam inúmeros problemas econômicos e ambientais que ameaçam a sua reprodução social, conforme enfocaremos no capítulo seguinte.

4. CAPÍTULO IV: A ATUAÇÃO DO PAPP EM BOM JARDIM - PE

4.1. O Contexto da Intervenção

4.1.1. Informações Gerais do Município

O Município de Bom Jardim possui, de acordo com o IBGE (1997), uma população de 37.739 habitantes, sendo que cerca de 25.735 estão na área rural, isto é, 70% das pessoas. A maior concentração da população neste ambiente e o predomínio de atividades agropecuárias caracteriza este município como essencialmente agrícola. Com uma superfície total de 294 km², a densidade populacional é de 179 habitantes por km², refletindo o adensamento populacional que é característico do Agreste Setentrional. Com sua sede municipal distando 110 Km do Recife (ver localização no mapa do Estado a seguir), Bom Jardim, divisa ao Norte com os municípios de Orobó, Machados e Vicência; ao Sul com

João Alfredo e Limoeiro; ao Leste com Vicência e Buenos Aires; e, ao Oeste com Surubim. A altitude do Município, em relação ao nível do mar, é de 334 m, com clima quente e úmido e uma precipitação pluviométrica anual média entre 1.000 e 1.500 mm. A topografia apresenta um relevo predominantemente ondulado, com algumas áreas de suaves ondulações. A vegetação do Município foi formada por florestas densas, que foram progressivamente derrubadas para dar lugar às culturas comerciais (café, algodão, laranja, banana, cana-de-açúcar), às lavouras de subsistência (milho, feijão, mandioca, entre outras raízes) e à pastagem para a pecuária desenvolvida, principalmente, nas pequenas e médias propriedades. Atualmente não há mais floresta primária. As pequenas reservas de vegetação que existem, denominadas de capoeiras, estão localizadas nas partes mais úmidas e altas dos chamados brejos. A exceção destas pequenas manchas verdes, a área rural está quase totalmente desmatada.

Mapa de Pernambuco

4.1.2. A Estrutura Fundiária: O Predomínio dos Minifúndios

A área agrícola de Bom Jardim corresponde a uma superfície aproximada de 12.000 hectares. Esta contém cerca de 2.586 estabelecimentos agropecuários, dos quais 92,5% são minifúndios com uma área de até 10 ha, sendo que, na média, estes possuem 2,4 hectares. Isto revela a fragmentação do espaço rural em pequenas propriedades que estão densamente povoadas. No conjunto os pequenos produtores detêm menos da metade da terra agrícola total. A outra metade é controlada por apenas 7,5% dos estabelecimentos agropecuários de dimensões médias (até 100 ha) ou grandes (mais de 100 ha).

Quadro I – Estrutura fundiária de Bom Jardim

<i>Tamanhos dos estabelecimentos</i>	<i>Estabelecimentos</i>		<i>Área total</i>		<i>Área média</i>
	<i>Número</i>	<i>%</i>	<i>Hectares</i>	<i>%</i>	
0 - 10	2.394	92,5	5.829	49,0	2,4
10 - 100	179	7,0	3.733	32,0	21,0
100 - 1.000	13	0,5	2.225	19,0	171,0
Total	2.586	100,0	11.787	100,0	4,5

Fonte: IBGE (1998). Censo Agropecuário – 1995/96.

Estes dados revelam a concentração de terra no Município. Todavia, ela pode ser ainda mais concentrada na medida em que num mesmo estabelecimento existem, muitas

vezes, vários núcleos familiares independentes. Isto é resultado do processo de subdivisão das propriedades entre membros da família. Em Bom Jardim é comum encontrar filhos ou filhas casadas morando e trabalhando nas terras dos pais. É interessante notar que se a terra fosse distribuída equitativamente, através de uma reforma agrária, apenas com aqueles que foram cadastrados pelo Censo do Agropecuário – 1995/96 no Município, o tamanho do estabelecimento não passaria de 4,5 ha de terra. Desta forma, a área agrícola do Município é insuficiente para assegurar aos 2.586 produtores rurais cadastrados a área mínima de terra, que de acordo com o Incra é de 25 ha (extensão de um módulo rural na mesorregião).

É interessante observar que mesmo dispendo de menos terra os pequenos produtores com menos de 10 ha, são responsáveis pela maior produção agrícola do Município. A título de exemplo, e a partir de informações do IBGE (1998), podemos citar a produção de feijão em grãos (90%), de mandioca (72%), de milho em grãos (82%), de pimentão (100%) e feijão vagem (100%). Esta produção além de servir para o consumo direto da população local é também destinada ao mercado, tanto para as feiras locais como enviada para ser comercializada na Ceasa em Recife. Observamos também, durante as nossas visitas às áreas produtivas, a combinação da produção agrícola com o desenvolvimento de criação de animais em pequena escala. Vale a pena ressaltar que mesmo os pequenos produtores tendo um grande volume de produção, a renda advinda das atividades agropecuárias não permite a acumulação ou mesmo melhoria nas suas condições de vida, conforme veremos adiante.

4.1.3. Diversificação da Produção e Estratégias de Sobrevivência

O sistema de produção básico, desenvolvido nas pequenas parcelas de terras, combina o plantio de culturas temporárias (o roçado de milho, feijão), de fruteiras (manga,

laranja, banana, abacaxi), de hortaliças e uma pequena criação de animais (aves, suínos, caprinos e bovinos). Assim, a pequena unidade de produção caracteriza-se pela diversidade de atividades agrícolas e pecuárias. Este sistema de produção apresenta variações, dependendo da área do Município onde se localiza, na parte mais seca prioriza-se a criação de animais e as culturas anuais para o consumo, se na parte mais úmida a ênfase é para as culturas comerciais, sejam fruteiras ou hortaliças. Diferentes combinações de subsistemas de produção foram encontradas por Habermeier (1995) em Bom Jardim e foram apresentadas assim:

- ✓ o quintal compreende o espaço em torno da casa. Nele encontram-se fruteiras, plantas medicinais, verduras (horta caseira) e criatório de aves e outros animais. É o espaço privilegiado da mulher;
- ✓ o roçado é o local consagrado à produção de milho, feijão, mandioca, inhame e outras culturas alimentares. A produção destina-se ao consumo da casa e eventualmente à comercialização;
- ✓ a pecuária é a criação em pequena escala: um a seis animais. É praticada amplamente no Município (sistema de engorda para comercializar na feira de João Alfredo);
- ✓ a horticultura é praticada na parte central do Município e em algumas partes do brejo, onde se cultiva tomate, pimentão, feijão vagem, couve, maxixe e pepino com finalidade comercial;
- ✓ a fruticultura é a produção, principalmente, da banana e do abacaxi, em escala comercial, está concentrada na área do brejo. Destina-se prioritariamente ao mercado;

- ✓ a capoeira é uma área de reserva com alguma vegetação nativa. É pouco valorizada pelo produtor, mesmo sendo uma fonte de lenha, madeira e de ração para os animais (HABERMEIER, op. cit. p. 39).³³

O conjunto dos subsistemas dá uma idéia da diversidade da produção desenvolvida pelos pequenos produtores. A combinação de várias atividades, no interior da unidade de produção, tem a finalidade de suprir a família com produtos oriundos da propriedade e ao mesmo tempo restringir a dependência de recursos externos. Por outro lado, ao diversificar as atividades produtivas, contribui para minimizar prejuízos frente às adversidades climáticas, incertezas de mercado e para reduzir os riscos de perda total, face ao desequilíbrio ambiental, como o ataque intensivo de pragas. De um modo ou de outro, a estratégia da diversidade possibilita, na perda de uma cultura, o desenvolvimento de outras atividades produtivas. Como exemplo, citamos a criação de animais que estava contribuindo para o pequeno produtor atravessar o momento de crise, ocasionado pela estiagem prolongada de 1998 e que provocou prejuízo de 70% na produção agrícola de sequeiro.

Pequenos produtores de Bom Jardim participam, desde muito tempo, da corrente migratória em direção a grandes cidades do País, como São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, em busca de trabalho. Muitos também, já se assalariaram no corte da cana, no período de setembro a março.³⁴ A maioria dos pequenos produtores, que entrevistamos durante a nossa pesquisa, já havia saído da sua propriedade para trabalhar “*uma temporada*” fora, em

³³ Nesta direção destaca-se estudo realizado por Beatriz Heredia (1979), onde aborda o sistema de produção (calendário agrícola, tipos de cultivos, distribuição da força de trabalho, etc.) de pequenos produtores nordestinos.

³⁴ Andrade (1980), Sales (1982) e Garcia Júnior (1983) pesquisaram sobre a participação de pequenos produtores agrestinos no corte da cana.

geral, no período da estiagem, voltando com o início das chuvas. A este respeito, José Serafim, pequeno produtor rural, conta a sua experiência de trabalho em São Paulo:

“Trabalhei 21 temporadas na Yope, é da Nestlé. É uma empresa grande. Eu ficava no verão vendendo sorvete, na baixada santista, e voltava para casa com um dinheirinho. Colocava no banco ia tirando aos pouquinhos, criava um bichinho e todo mês ia lá busca o juro para fazer a feira. Fui, mas agora não dá mais. A última vez fiquei o dia todinho de braço cruzado, vendi muito pouco. O povo está segurando (sem dinheiro), tá ruim geral. Se nós tivesse emprego lá fora o pai de família saía, o cabeça ia lá, arrumava o dinheiro da feira, chegava em casa a família toda trabalhando, criando alguma coisa, tudo ia para frente, mas não tem mais emprego”

Nesta fala discernimos a existência de uma estratégia de sobrevivência que foi progressivamente se alterando com a crise econômica do País. Migrar para o Estado mais rico, à procura de trabalho, já não é tão atrativo como fora há alguns anos atrás.³⁵ Ir trabalhar no Sul e voltar como no caso citado, não foi, entretanto, o destino de todos. Parte da população rural de Bom Jardim, que saiu em busca de trabalho nas cidades, acabou ficando em definitivo, caracterizando uma situação de êxodo rural. A evolução demográfica, entre 1980 e 1991, indica que enquanto a população do Município cresceu em 5,2%, a população rural diminuiu de 12,5% no período assinalado. O Censo Demográfico (1991), revelou a existência de mais de mil domicílios rurais não ocupados, abandonados pelos seus moradores.

No contexto marcado pela pobreza, ter recursos monetários, mesmo para uma necessidade básica como vestimentas e até a própria alimentação, é muito difícil. Nesta realidade, os recursos oriundos da aposentadoria dos idosos desempenham um papel importante no sustento das famílias pobres do campo. Até a economia do Município se dinamiza com a chegada dos recursos da aposentadoria. Só para termos uma idéia da

importância destes recursos para Bom Jardim, informações colhidas junto a um funcionário do Banco do Brasil local, atesta que existem hoje cerca de 6 mil pessoas aposentadas, que movimentam R\$ 600 mil reais por mês. São estes recursos que dinamizam a economia do Município. Sobre isto, o técnico do Banco do Brasil afirmou: *“A agricultura e o comércio são praticamente inexpressivos do ponto de vista econômico. O Município só tem maior movimento com a chegada do dinheiro dos velhos”*.

Nesta mesma direção, José Edson, técnico da extensão rural, afirma que é no período de *“pagamento dos velhos que as lojas de tecido, remédio e comida vendem mais, passado isto, o comércio é fraco”*. Tudo isto evidencia, do ponto de vista econômico, a importância desta fonte de renda para a economia local, num momento em que a crise econômica brasileira se agrava afetando a diversos setores, particularmente, os produtores rurais e os pequenos comerciantes.

4.2. A Implantação do Programa no Município

O processo de implantação do PAPP em Bom Jardim foi marcado por uma ampla mobilização social. Organizações da sociedade civil local, como STR, Cooperativa Mista dos Produtores Rurais e Igreja Católica, participaram ativamente deste trabalho. A elas cabia a função de mobilizar os pequenos produtores rurais e suas famílias para participarem do PAPP. Esta novidade estimulou os líderes e mobilizou grande parte da população rural, que se traduziu no engajamento de suas organizações no Programa. A fala de Orlando Barbosa, um diretor sindical atuante, traduz a empolgação e o procedimento do trabalho junto às comunidades:

³⁵ Contagem da População (IBGE, 1996), revela uma migração no sentido inverso, isto é, está havendo uma saída de pessoas da Região Centro-Sul, especialmente de São Paulo, em direção ao Nordeste.

“O processo era esse todo envolvimento das comunidades, das lideranças, do sindicato, da cooperativa, da igreja, não era uma coisa isolada, uma associação fazer um projeto e lá reivindicar, era um método que envolvia todas as entidades da sociedade civil, e havia um movimento orgânico, se mexendo, vivo”.

O fato é que as organizações locais, a partir do estímulo fornecido pelo PAPP, realizaram um amplo processo de mobilização social. Diversos eventos foram realizados com a participação de técnicos do governo estadual, lideranças sindicais e de pequenos produtores. O objetivo destas atividades era o de sensibilizar a população rural, como também o de fornecer informações e estruturar as comissões locais e o comitê municipal do Programa. Criada esta estrutura básica inicial, os projetos eram elaborados, avaliados e encaminhados para o Prorural. Esta fase se caracterizava por ser um processo burocrático de preenchimento de formulários, solicitação de documentos, aberturas de contas bancárias e acompanhamento da tramitação dos projetos no Prorural. Quando os recursos chegavam iniciava-se a fase seguinte: a implantação dos projetos nas comunidades rurais.

4.2.1. Perfil dos Projetos

Dos 33 projetos implementados em Bom Jardim, no período de 1986 a 1995, 14 eram classificados como produtivos; 15 de infra-estrutura e apenas 04 sociais (ver relação dos projetos em anexo). Com relação a isto, a primeira observação a ser feita é quanto à diversidade destes. No conjunto identificamos projetos para cadastramento de posseiros (como o projeto da Fazenda Paquevira); projetos vinculados à produção; à aquisição de fertilizantes químicos; à criação intensiva de aves e suínos incluindo a construção de instalações; à fabricação de confecções; ao beneficiamento de frutas; à produção de paralelepípedos (pedreira); e de comercialização (compra do excedente de produção -

CEP). Além destes, verificamos uma freqüência de projetos de um sistema simplificado de abastecimento de água - SSAA (21%) e de eletrificação rural (12%).

4.2.2. Projetos Abandonados

Com relação à situação dos projetos do PAPP no Município, encontramos no momento da pesquisa de campo, 16, completamente abandonados. Isto representa a metade dos projetos financiados. A maior parte destes era do tipo produtivo (75%). Desde já podemos concluir que, quanto aos projetos produtivos, o desempenho do PAPP no Município foi fraco. Esta situação é semelhante àquela identificada por Ricardo C. Soares, pesquisando o PAPP no NE entre os anos de 1993 e 1996, quando verificou que *“somente 16% dos projetos produtivos teriam perspectivas satisfatórias de sustentabilidade”* (SOARES, 1996, p.06).

A maioria dos projetos, que estava em funcionamento, era do tipo infra-estrutura (93%). No momento da nossa pesquisa de campo, apenas 1 projeto deste tipo havia sido abandonado. Era o armazém coletor de produtos agrícolas da Comunidade de Feijão.

A maior demanda por SSAA e por projetos de eletrificação rural parece estar associada à pobreza dos pequenos produtores, que na sua grande maioria não dispõe destes serviços básicos em suas residências. De qualquer modo, é importante assinalar que muitos destes funcionam precariamente, em vista da ausência de recursos dos produtores para a manutenção dos mesmos. A título de exemplo, podemos citar os projetos das Comunidades de Pedra Fina e Córrego do Feijão que apresentavam sinais visíveis de desgaste,

demandando consertos imediatos. As duas famílias que cuidavam do projeto informaram que, depois de sua implantação (há mais de 5 anos), nenhum técnico do governo tinha aparecido por lá, evidenciando assim, a ausência do serviço de assistência para manutenção de obras públicas na área rural.

O perfil dos projetos evidencia que a população rural priorizou tipos que respondessem às suas necessidades básicas e não às que impulsionavam a modernização de cultivos agrícolas. Nesta direção, parece existir uma contradição entre os objetivos do PAPP e o público selecionado. A população alvo do Programa em Bom Jardim parece não ter as características de pequenos produtores empreendedores, com capacidade de resposta aos estímulos econômicos fornecidos. Mas, são pequenos produtores pauperizados, que no seu cotidiano não dispõem de água potável, energia elétrica, transportes e meios de comunicação. Parece que esta situação de pobreza orientou os de projetos demandados.

Com relação à eletrificação, informações da Celpe (1994) revelam que 63% dos estabelecimentos rurais de Bom Jardim não possuem energia elétrica. Por outro lado, apenas 04 projetos, com esta finalidade, foram implantados, atingindo 222 famílias. Isto revela a desproporção entre a demanda e a oferta deste serviço, mesmo sendo este considerado como uma prioridade do Governo Estadual (gestão 1994 a 1997).

Além da oferta limitada, problemas diversos influenciaram para que muitos projetos implantados fossem abandonados. A seguir apresentamos algumas dificuldades que, de acordo com as informações levantadas em campo, influíram para o desempenho insatisfatório do Programa no Município.

4.2.2.1. Falta de Experiência em Gestão Coletiva de Projetos

A ausência de experiência na área de gerenciamento da produção, tanto dos pequenos produtores, dos líderes e dos técnicos do Estado foi um problema para os projetos produtivos. No afã da implementação do Programa, não houve uma preparação dos pequenos produtores para administrar coletivamente os seus projetos. Como afirmou Orlando Barbosa, ao referir-se a este assunto:

“Mas ai depois, quando o Programa vem para a comunidade, começa a surgir coisa que a gente não tinha refletindo, por exemplo, como administrar uma granja, os trabalhadores não foram capacitados, a gente não teve esta preocupação. Os trabalhadores não estão capacitados, o interesse maior era trazer o Programa. Não se atentou para a questão da capacitação do pessoal, em treinar o pessoal para administrar um projeto”.

Na realidade o PAPP não preparou os pequenos produtores para administrarem os projetos. Sem este ingrediente muitos projetos fracassaram por falta de organização para realização do trabalho. Deste modo, os projetos, ao se inserirem numa realidade marcada pelo fraco nível de organização dos pequenos produtores, corriam o risco de não obterem sucesso. Além disto, é necessário informar que o enfoque do processo de organização dos pequenos produtores foi com objetivo religioso e político e não econômico. Assim, a ausência de experiências de gestão coletiva com projetos produtivos foi um limite do Programa. Para ilustrar esta situação, destacamos o exemplo dos projetos avícola e de criação de suínos na comunidade de Feijão. Estes projetos produtivos, voltados para a criação de frangos (600) e suínos (20) confinados, falharam exatamente na parte de gestão das atividades e foram extintos em 1995. As freqüentes faltas de membros do projeto para realizar as atividades de manutenção, organizadas em forma de rodízio, sobrecarregou uma família que passou a assumir sozinha o trabalho. As pessoas não tinham a consciência de que os animais pertenciam a todos e não acreditavam que aquela iniciativa lograsse resultados positivos. Sobre isto Antônio Custódio, ex-diretor do STR, falou o seguinte: *“as pessoas*

não tinham consciência que o trabalho era comunitário, e aí não apareciam, mas na hora de vender os animais (aves e suínos) o pessoal chegava. Isto não estava dando certo”.

4.2.2.2. Falta de Acompanhamento Técnico

Na primeira fase de implantação do PAPP em Bom Jardim, organizaram-se “brigadas” de extensionistas, com participação de técnicos da Emater do Agreste, para fazer o trabalho sensibilização e difusão do Programa junto aos pequenos produtores. Porém, passada esta fase inicial ficaram apenas os técnicos do Município para acompanhar as demandas das comunidades. Em Bom Jardim eram apenas dois que, além dos projetos, tinham outras atividades de campo e escritório. A técnica do Prorural entrevistada afirmou que a falta de recursos humanos capacitados, para realizar o trabalho de acompanhamento, refletiu diretamente na qualidade dos projetos. Sobre este assunto, ela se expressa assim:

“As dificuldades que a gente encontra é que existem muitos projetos e poucos técnicos para acompanhar. Aí o técnico está sobrecarregado. Na minha regional são 22 municípios, que tecnicamente você não tem condições de dá uma boa qualidade de trabalho, de acompanhamento. Tem município que tem 20 projetos, tá entendendo, aí em termos de orientação técnica, você não tem jeito de prestar uma boa qualidade de trabalho para aquelas organizações. Saiu um convênio (quando um projeto é aprovado) para o município tal, aí você visitar nesta semana e daqui a um mês é que você volta lá para visitar aquela obra” (Júlia Tavares).

Diante do limite de recursos humanos e materiais, as visitas de acompanhamento são extremamente reduzidas e esporádicas, prejudicando assim a qualidade do trabalho. Por um lado, tinha-se uma demanda muito maior do que a capacidade dos técnicos de campo da Emater e do Prorural em acompanhar os projetos. Esta carência de profissionais, para assessorar diretamente os pequenos produtores, contrasta com o elevado número destes nos escritórios centrais. De acordo com pesquisa encomendada pela Sudene e realizada por

professores da Universidade Federal Rural de Pernambuco e pesquisadores do Instituto Joaquim Nabuco, o Prorural centraliza no seu escritório em Recife cerca de 100 profissionais, enquanto que os escritórios regionais, responsáveis pelo acompanhamento direto aos projetos, estão desaparelhados e funcionando com equipes formadas por apenas dois ou três técnicos (SUDENE/IICA/FADURPE, 1996).

No Sitio Altos, pequenos produtores entrevistados informaram que as visitas do técnico foram esporádicas e mais para fiscalizar o projeto e saber sobre a aplicação dos recursos. Sem assistência técnica adequada, os projetos são executados às custas de experiências dos produtores, com erros e acertos.

4.2.2.3. Ausência de Diagnóstico da Realidade Rural

Muitos projetos foram elaborados em cima de informações vagas, genéricas, que não correspondiam à realidade. Assim, a instalação do projeto no lugar de ter contribuído para o fortalecimento econômico e social de um grupo ou mesmo de uma comunidade rural, foi um desperdício de recursos públicos.

Na nossa pesquisa de campo, encontramos uma situação onde o produtor Antônio Albertino construiu uma casa de farinha com recursos de um projeto do PAPP, num lugar onde a produção de mandioca para se fazer à farinha estava declinando. Alguns anos depois já não havia mandioca para ser transformada, tornando a casa de farinha ociosa. Sem utilidade, ela foi derrubada e os materiais da construção (tijolos, telhas e as portas) reaproveitados para melhorar casas de familiares do pequeno produtor entrevistado.

4.2.2.4. Influência de Políticos sobre os Projetos

De acordo com a técnica do Prorural entrevistada, 70% dos projetos do Município que foram encaminhados para financiamento passaram “pelas mãos” de políticos locais. Entre eles, aparece mais freqüentemente a figura do líder comunitário, o vereador, o prefeito e deputados estaduais. Desta forma, verificamos uma instrumentalização política eleitoreira do PAPP. Aspecto também observado em outros municípios da mesorregião por Júlia Tavares:

“Eles fazem isso para poder ter uma amarração com relação a questão do voto, é a troca do favor pelo voto. Eu te dou isto e aí aquela associação já fica comprometida com ele, com o deputado fulano de tal. Recentemente (sexta-feira, 8/5/1998) a gente teve inaugurando alguns projetos e aí eu cheguei até reclamar na hora do discurso político, em momento nenhum ninguém tinha mencionado o nome do Prorural”

Todos estes obstáculos limitaram o alcance do Programa em Bom Jardim. No momento da nossa pesquisa, 50% dos projetos já não existiam mais. Os que estão em funcionamento permitiram, salvo raras exceções, o acesso à água e à energia, sem, contudo, implementar grandes mudanças em nível da comunidade. Caracterizam-se mais como ações assistenciais do que como políticas públicas para o desenvolvimento sócio-econômico. Podemos observar, também, que a tipologia destes reflete uma miscelânea de atividades voltadas para finalidades diversas. São projetos de produção de roupas (vestimentas), de salão para reunião, de peixamento de açudes, de construção de açude para irrigação, de eletrificação rural, entre outros. Como pudemos observar, ainda, a maioria dos projetos tinha a finalidade de responder as necessidades básicas das famílias. Deste modo, os projetos distanciam-se da concepção produtivista e mercantilista que o PAPP tentou implementar. Além disto, os projetos que existem apresentam-se dispersos no meio rural, sem relação uns com os outros. Deste modo, verificamos uma variedade de ações desconectadas no tempo, no espaço e desprovidas de qualquer sentido de

complementaridade. Esta realidade ficou bem distante dos objetivos declarados pelo PAPP, que pretendiam ser uma ação integrada para elevar a produtividade, a renda e melhorar as condições de vida dos pequenos produtores e de suas famílias. Neste sentido, citamos trecho da fala de Orlando, onde o entrevistado faz uma avaliação dos resultados do PAPP no Município:

“E aí a maioria dos projetos que vieram para B. J., para a nossa realidade, não deram certo. Alguns ainda estão funcionando, ainda estão vivos, mas praticamente a gente não vê esses resultados porque são algumas pessoas que ficaram com alguma coisa do Programa, tá cuidando dele, alguns beneficiários, que, por exemplo, construíram um açude e as pessoas estão se beneficiando dele, mas na forma organizativa e também na economia geral da comunidade que recebeu o Programa na época, neste dois aspectos não tem resultados muito bons e não são muito concretos”.

Deste modo, a nossa análise aponta, de modo geral, para o insucesso do PAPP em Bom Jardim. Neste contexto, cabe destacar que os projetos produtivos em funcionamento, isto é, o do açude para irrigação de hortaliças e o de criação confinada de frangos de corte, implantados na Comunidade do Sítio Altos, representam melhor a estratégia de tecnificar a pequena produção e integrá-la ao mercado interno.

O projeto avícola, como assinalamos, se enquadrava bem na perspectiva de modernizar a pequena produção, sobretudo por se tratar de uma atividade (avicultura de corte) intensiva na utilização de insumos do “pacote tecnológico” e por estar integrada às agroindústrias que atuam na mesorregião. Todavia, no momento da nossa pesquisa, este projeto era ainda muito recente. Portanto, estava ainda, na fase inicial de estruturação, sendo muito cedo para perceber o seu impacto sobre a economia e as condições de vida do produtor e sua família. Deste modo, optamos por trabalhar com os pequenos produtores familiares participantes do projeto de irrigação de hortaliças. Projeto este instalado na

comunidade desde 1990, tendo no momento da pesquisa oito anos de funcionamento, o que o caracterizava como uma iniciativa com um tempo de existência significativo.

4.3. Ações do PAPP no Sítio Altos

4.3.1. Informações Gerais da Comunidade

O Sítio Altos é uma comunidade de pequenos produtores, situada na parte central do Município, distando 10 km da sede municipal. A sua origem está ligada à existência de uma antiga fazenda de gado, que foi ocupada por muitos moradores, que no passado associaram a produção de culturas de subsistência com outras voltadas para o mercado, como o algodão e o café. A mandioca é outra cultura que foi produzida em grande quantidade, há tempos atrás, visando o mercado e o consumo familiar. No dizer de Garcia Júnior (op. cit.), uma cultura que possui a marca da alternatividade, isto é, de servir tanto para o consumo direto da família como para a venda no mercado.

A relação com a terra é regida, prioritariamente, pelo sistema de foro, conforme dissemos no início desta dissertação, que implica num pagamento anual em dinheiro, isto é, uma quantia acertada com a proprietária da fazenda que hoje reside no Recife. Uma parte dos antigos moradores já adquiriu, através da compra em dinheiro, pequenas áreas de terras, as quais já se encontram em seus nomes. Os pequenos produtores, que não possuem o título de propriedade, têm muitas dificuldades de acesso ao sistema de crédito bancário.

A estrutura fundiária do Sítio Altos é caracterizada pela dominância de minifúndios, que são densamente habitados. Conforme informações apuradas por Habermeier (op. cit.), a área média do Sítio Altos é de apenas 2,6 ha. Atualmente a população é composta, segundo informações do STR, de 200 famílias. Estas habitam casas de alvenaria, sendo que

70% destas contam com o serviço de energia elétrica, água encanada e uma escola primária. A maioria dos domicílios da localidade está aglomerada em torno de uma estrada, assemelhando-se a uma pequena vila rural. As áreas dos roçados são, em geral, um prolongamento do terreno das casas.

4.3.2. Os Projetos do PAPP na Comunidade Pesquisada

Ao todo foram oito projetos apoiados pelo PAPP. O Sítio Altos é a comunidade de Bom Jardim que obteve o maior número de projetos, sendo 02 de peixamento de açude, 01 de construção de casa de farinha, 01 de máquinas de costura, 01 de construção de salão comunitário, 01 de treinamento e capacitação de lideranças, 01 de construção de açude para irrigação, 01 de avicultura, que contemplou cerca de 185 famílias. Além dos projetos comunitários, duas famílias tiveram acesso ao financiamento individual através do componente crédito rural do PAPP. Vemos assim, conforme informação oficial (Sudene, 1989), que mais de 70% das famílias residentes no local tiveram acesso aos projetos do Programa. Todavia, a maioria dos projetos não logrou sucesso sendo extintos sem gerar mudanças qualitativas nas condições de vida dos pequenos produtores. A concentração das ações do Programa, nesta comunidade, parece se relacionar ao fato do trânsito que o líder comunitário local possuía junto aos técnicos da U.T., bem como a políticos ligados ao Governo do Estado.

O projeto de produção de hortaliças irrigadas é o que se enquadra mais na proposta do PAPP, de modernizar e integrar o pequeno produtor ao mercado. Isto é, transformar a agricultura de subsistência, visando a produção de alimentos para os centros urbanos mais populosos e industrializados, a exemplo da área metropolitana de Recife.

4.3.3. A Construção do Açude para Irrigação

Em 1990, com a construção de um pequeno açude, através de um projeto financiado pelo PAPP e com orientação técnica da Sudene iniciou-se à irrigação de pequenas parcelas de terra no Sítio Altos. Estas ficam no interior de quatro propriedades, que estão à margem do referido açude. Devemos mencionar que a água utilizada para irrigação servia também para o consumo animal e para algumas necessidades domésticas, quando não existia água encanada nas residências.

Após a construção do açude, que consumiu 400 horas máquina, veio à implantação das parcelas para irrigação. Para isto, os membros do projeto contaram com a experiência de outros produtores, que já produziam culturas irrigadas, utilizando água de pequenos poços. Após este período de implantação, foram os pequenos produtores e suas famílias que levaram o trabalho adiante, sem assistência de órgãos do Estado.

4.3.4. O Sistema Produtivo: Culturas e Técnicas Utilizadas nas Áreas Irrigadas

Os equipamentos e insumos básicos utilizados na irrigação são os seguintes: pequenos motores (01 cavalo de potência); mangueiras para transportar a água do açude até as áreas de plantio; bombas manuais para pulverização; sementes selecionadas; fertilizantes químicos; agrotóxicos; e óleo diesel ou energia elétrica. A base da tecnificação é a incorporação de insumos químicos. Ou seja, insumos voltados para a fertilização do solo e combate às pragas.

O trabalho é realizado manualmente pelos membros da família. O chefe é quem conduz a mangueira, controlando a distribuição da água sobre as verduras, enquanto os

demais membros da família “ajudam”, deslocando a mangueira, aplicando fertilizantes e agrotóxicos (os venenos), colhendo verduras, ligando e desligando o motor, entre outras atividades.

A frequência com que se irriga varia de acordo com a época do ano. No verão fazem isto em dias alternados e no inverno só quando a terra seca. As principais hortaliças plantadas são as seguintes: pimentão, feijão vagem, maxixe, pepino e quiabo. A adubação é feita a base de insumos industriais, em geral, nitrogênio e cálcio. O trabalho consiste na colocação manual de uma quantidade destes produtos no pé da planta. Esta tarefa exige um grande esforço físico, pois o produtor trabalha em posição desconfortável durante várias horas. A adubação é feita duas a três vezes num plantio, que pode levar até 06 meses, como no caso do pimentão.

A aplicação do agrotóxico, nas unidades visitadas, é realizada com bombas manuais. A pulverização sobre a plantação de verduras é feita “quantas vezes for necessária”. Esta necessidade é definida em função do desenvolvimento da planta e das condições financeiras. Tendo recursos, a tendência do produtor é aplicar o “veneno”, seja diante de um ataque de pragas ou mesmo com uma antecipação com a finalidade de inibi-lo. Apenas se contrata trabalhador para aplicação de agrotóxicos, quando existem condições para isto. O conjunto das atividades no plantio irrigado é realizado pela família do produtor. A este respeito José Serafim informou que *“não dá para contratar ninguém não. Só compensa se a gente fizer com a família, porque tudo que der é da gente mesmo”*.

A produção, destinada ao mercado de Recife, é comercializada com atravessadores que vão até a propriedade, ou é vendida diretamente na Ceasa pelos próprios produtores.

Este é o sistema típico de produção de hortaliças irrigadas, comum aos membros do Projeto. Apenas um produtor se diferencia dos demais, por utilizar um motor de irrigação mais potente. Ele adquiriu, através de financiamento bancário, com orientação do técnico da Emater local, um motor de 04 cavalos, canos de pvc e aspersores³⁶. A introdução destas novas tecnologias permitiu aumentar a área plantada e conseqüentemente à produção. Atualmente este produtor trabalha numa parcela equivalente a meio hectare, enquanto os demais irrigam uma área menor que esta.

A intenção do PAPP ao promover um projeto para plantio de hortaliça irrigada, representa uma tentativa de especializar o pequeno produtor em culturas de mercado. Não obstante, verificamos que houve absorção de tecnologias modernas pelo pequeno produtor e a orientação da produção para o comércio, o pequeno produtor continuou desenvolvendo diversas atividades agrícolas e de pecuária, tendo como finalidade o próprio consumo.

Neste sentido, não verificamos a formação de um produtor exclusivamente mercantil. Observamos um sistema de policultura, com criação de animais (porcos, galinhas, cabras e garrotes) soltos ou amarrados por cordas ou ainda em chiqueiros rústicos. A função da criação é de servir como uma reserva econômica e para o consumo. Todavia, diante da seca, a escassez de pastagem e de água levou os produtores do Sítio Altos a venderem os “bichos”, sobretudo os maiores. No momento da realização desta pesquisa, os suínos e os garrotes estavam sendo comercializados por falta de condições para mantê-los.

No inverno é costume o plantio de milho, feijão, fava e de macaxeira, destinadas ao consumo familiar. No trato destas culturas, utilizam-se instrumentos simples e recursos da

³⁶ O motor mais potente e os aspersores introduzidos fogem do padrão técnico utilizado na irrigação local. Conforme informação do produtor, a aquisição destes equipamentos caros foi “idéia” do

própria unidade de produção, a exemplo de sementes, esterco de gado e equipamentos tipo enxada. Neste sentido, Luciano Lima afirma o seguinte:

“Preparo o solo na base da enxada, eu, minha mulher e meus filhos. Não queimo nada, não. Quando está para começar as chuvas junto o mato, espalho um pouco de estrumo de gado na terra. Planto milho, feijão, macaxeira e vou limpando. Se o inverno for escasso com poucas limpas a gente tá lucrando, mas se for muito chuvoso, dá umas 10 a 12 limpas”.

Este é o sistema de produção predominante entre os entrevistados. A modernização levada pelo PAPP foi direcionada ao cultivo de hortaliças, ficando a este circunscrita. Isto caracteriza, uma modernização parcial voltada para produtos e não para o sistema de produção como um todo. Nestes termos, esta se caracteriza mais como a tecnificação de uma atividade, no caso o cultivo de hortaliças que absorveu o “pacote tecnológico”.

Os demais subsistemas de criação de animais, roçado de culturas para autoconsumo e produção de frutas continuam sendo trabalhados com os mesmos recursos e técnicas que se pratica há muito tempo na comunidade. Isto foi verificado pela observação da paisagem no interior das unidades de produção. A partir das caminhadas que realizamos, observamos numa mesma unidade, a produção moderna, voltado para o mercado, e a produção a “tradicional” de gêneros alimentícios. Nestes termos, é necessário relativizar o corte entre a produção “moderna” e a dita tradicional.

Neste sentido, a chegada do “novo” não significou o abandono ou o fim do “velho”. Mesmo que a agricultura de subsistência tenha sido apresentada pelo PAPP como pouco produtiva e rentável e, conseqüentemente, como fonte de atraso, os produtores continuam a praticá-la. A produção de hortaliças representa o “núcleo moderno”, que se inseriu em

propriedades que mantêm práticas agrícolas “tradicionalis”, voltadas para o consumo da família.

Caberia indagar, então, porque os pequenos produtores permanecem com a produção tradicional, não a abandona diante de outra mais “produtiva” e “moderna”. Porque o pequeno produtor, de acordo Lipton, citado por Abramovay, caracteriza-se pela aversão ao risco e pela maximização das oportunidades de sobrevivência. Uma racionalidade tipicamente Chayanovista que se contrapõe àquela do pequeno produtor maximizador de lucros (ABRAMOVAY, 1992, p. 88).

A diversidade de atividades agrícolas e pecuárias, isto é a policultura, é uma estratégia do pequeno produtor para reduzir riscos quanto às adversidades climáticas, incertezas de mercado e enfim, quanto a prejuízos econômicos, além de ampliar as possibilidades de produção para o sustento da família. Em suma, numa economia frágil a diversidade da produção se apresenta como opção mais segura do que a especialização em monoculturas. Na lógica dos pequenos produtores, o monocultivo de hortaliças, mesmo que esteja voltada para o mercado, tem a finalidade de assegurar o consumo da família. Neste sentido, a existência de um “núcleo” tecnificado não representa uma contradição com esta lógica, pelo contrário, esta produção se incorporou à estratégia do pequeno produtor em desenvolver múltiplas atividades, visando garantir a satisfação das necessidades de sua família.

Por outro lado, a produção de hortaliças via “pacote tecnológico” tem um custo econômico elevado para o pequeno produtor e para o meio ambiente. O plantio irrigado de verduras trouxe diversos problemas para a economia dos pequenos produtores. Estes se

relacionam, principalmente, com o processo produtivo e a comercialização e são decorrentes da utilização de tecnologias intensivas em capital, num contexto em que este é escasso. Além do mais a simplificação de cultivos com o plantio de monoculturas artificializou o ambiente natural e favoreceu a multiplicação de determinados insetos, que tem causado enormes prejuízos aos pequenos produtores entrevistados.

A seguir vamos nos ater aos principais problemas na produção e comercialização de hortaliças, que repercutem na economia e nas condições de vida do pequeno produtor e de sua família e levam a uma realidade diferente daquela prevista nos documentos do PAPP.

4.3.5. Efeitos das Tecnologias Modernas sobre a Produção e a Comercialização

4.3.5.1. Enfraquecimento da terra

A terra é o principal patrimônio para os produtores. Todavia, as técnicas de produção utilizadas, tradicionais ou modernas, são, via de regra, predatórias deste recurso natural. A irrigação, ao promover o uso intensivo da água, fertilizantes e agrotóxicos, gera, por um lado, o aumento imediato na produção agrícola. Pequenos produtores do Sítio Altos informaram que, logo no início da plantação, o volume produzido era considerado alto, se comparado ao colhido atualmente.³⁷ Sobre este assunto Hidelbrando Silva disse: *“Ninguém tinha direito de plantar tomate melhor do o que dava nesta terra não. José Albertino (outro produtor do Sítio Altos) chegava aqui, ficava admirado com o tamanho do tomate, carregava feito aquele gandú. Antigamente tinha produção melhor que tem hoje”*. Nesta mesma direção Antonio Siqueira, outro produtor, afirmou: *‘Num roçado*

como este, com cinco mil pés de pimentão eu já apanhei de uma vez 90 sacos de pimentão bom. Hoje, o cabra apanha 14 sacos, no roçado todinho". De acordo com esta última fala, há um tempo atrás, 06 ou 07 anos, a produção num plantio, com as mesmas características, era muito superior a de hoje. Pela informação colhida, houve uma redução na produção, que neste caso foi de 76 sacos de pimentão. Mesmo considerando que estes números possam conter alguma imprecisão, eles representam uma diminuição inquestionável da produtividade.

Por outro lado, é necessário reconhecer que a irrigação favorece a exploração contínua dos recursos naturais: água e solo. Ao permitir utilizar intensivamente destes recursos, sem reposição do solo, o plantio irrigado de hortaliças influiu para o seu desgaste mais rapidamente. A prática de irrigação, nas parcelas dos entrevistados, levou a um processo conhecido tecnicamente como lixiviação. Isto é, a retirada de minerais do solo através da sua lavagem.

Além da perda destes elementos, a irrigação favoreceu o escoamento superficial das águas que provocou a erosão do solo. Visualizamos o afloramento de rochas e a existência de pequenas vossorocas, sendo o processo erosivo um fator influenciador do empobrecimento da terra. Outro fator que limita o volume de produção de hortaliças é a utilização de fertilizantes. Tanto o técnico da Emater, como os pequenos produtores entrevistados reconhecem que a utilização deste insumo, continuamente, tem prejudicado a terra. Sem orientação de como utiliza-lo os produtores aplicam por conta própria, sem seguir nenhuma padronização. O reconhecimento dos problemas gerados pelo uso

³⁷ O PAPP e a Emater local não dispunham de informações sobre o volume da produção agrícola nos projetos implantados no Município. Os dados apresentados nesta dissertação foram colhidos nas

continuado de fertilizantes é apresentado no depoimento de Josefa da Silva, que planta verduras irrigadas na margem do açude:

“As terras daqui não prestam mais para plantar. A gente planta porque todo mundo está plantando por aí, mas só colhe pela metade. Foi muito adubo. Então, a terra pode ser boa do jeito que for, colocou o adubo acaba com a terra. A pessoa que planta lavoura taca aquele sal, tem um sal que se desmancha logo que é um tipo de adubo. A amônia se desmancha logo, mas o 20/10/20 fica na terra, aquelas bolinhas só muda de cor. Isto prejudica a terra, salga. Aquilo já não vale mais nada não. São estas as terras da gente trabalhar”.

O uso intensivo de insumos industriais estragou a terra e afetou a produção de hortaliças. Já não existe terra boa na borda do açude para o plantio de hortaliças, conforme afirmou José Serafim: *“a produção está baixa por conta do veneno e do adubo. Isto enfraqueceu a terra mesmo. Desmantelou, não tem jeito mais”*. Este produtor tentou produzir na sua parcela irrigada no ano de 1997, mas não conseguiu. Esta situação ele descreveu assim: *“Plantei feijão vagem e não deu. Plantei a tomate, não saiu do chão. Botei adubo (fertilizante), botei estrumo, botei mato, espalhei capim assim na terra, ajeitei não teve jeito, não deu nada. Perdi tudo. Alguma coisa tem a terra que não produz mais. Mesmo colocando adubo não dá mais”*. Sobre este assunto Francisco Graziano Neto, afirmou: *“o uso indiscriminado de agrotóxicos e de adubos químicos tem praticamente esterilizado o solo, reduzindo a atividade da vida microbiana e da fauna benéfica ao solo”* (NETO, op. cit. p.100). Este alerta sobre os riscos de destruição dos recursos naturais, em particular, a terra por meio do uso de insumos químicos foi feito por diversos autores brasileiros, entre outros, por Ana Primavesi (1980), que fez um amplo estudo sobre o manejo de solos em ecossistemas tropicais.

O enfraquecimento da terra é uma realidade em todas parcelas visitadas. Especificamente no caso do produtor citado, chegou-se a uma situação extrema. A esterilização da terra. Frente à incerteza quanto ao resultado da produção de hortaliças, José Serafim plantou no ano de 1998 somente lavouras de subsistência, sejam elas: mandioca; milho e feijão; que foram destinadas ao consumo da família e complementou a renda com a comercialização de bovinos na feira de João Alfredo.

Deixou de lado as culturas ditas comerciais e as técnicas modernas. Esta atitude significaria um retrocesso do ponto de vista do progresso técnico. Haja vista que este é entendido, geralmente, como a utilização de tecnologias modernas e uma maior integração com o mercado, através de uma produção mais especializada. Todavia, numa situação limite, onde se verifica a ameaça à produção, a decisão do produtor foi a de correr menor risco. Ele substituiu o plantio de culturas comerciais e ampliou as de consumo direto. Assim, o risco de ter prejuízos é menor, visto que os custos de produção destas culturas são mais baixos. Verificamos, assim, que o produtor priorizou outras atividades mais pertinentes as suas condições econômicas. Neste sentido, a sua estratégia foi diferente da proposta pelo PAPP, que recomendou a redução da agricultura de subsistência em detrimento da agricultura mais tecnificada para o mercado. O poder de decisão do pequeno produtor, ainda que limitado por forças econômicas, em particular pelos representantes do capital comercial e agroindustrial, o diferencia de um assalariado que está subordinado aos proprietários do capital.

O produtor pode combinar diferentes estratégias produtivas no interior e fora da unidade de produção, visando a sua reprodução. Pode, por exemplo, juntar a agricultura

moderna de produtos para o mercado com aquela de produtos destinados ao abastecimento da casa ou, ainda, em determinadas situações, optar por uma ou outra.

No trabalho de campo, observamos que as áreas de plantio de hortaliças irrigadas apresentavam sinais de erosão, de “terra fraca”, denunciando a exaustão do solo. Até mesmo a cultura da mandioca, uma das mais resistentes e adaptadas às terras secas e degradadas, apresentava um desenvolvimento fraco e a produção parecia incerta.

Associado ao enfraquecimento da terra, a proliferação de pragas nos plantios de verduras irrigadas é outro fator que tem influenciado diretamente no resultado final da produção. A artificialização da natureza, provocada pela introdução de monocultivos, quebra o equilíbrio natural e tem demandado um consumo crescente de agrotóxicos para combater as pragas que atacam as hortaliças.

4.3.5.2. Proliferação de pragas no plantio de hortaliças

O reducionismo da agricultura moderna, ao transformar agroecossistemas complexos, caracterizados pela policultura em outros simplificados, com apenas uma única espécie vegetal, a monocultura, é para José Lutzemberg uma das causas da proliferação de pragas e doenças. Este autor afirma: *“Um ecossistema simplificado é tanto mais vulnerável quanto maior for a simplificação. A “praga” é consequência direta desta simplificação. Um desequilíbrio traz outro, e inicia-se um ciclo diabólico que leva a agressões sempre violentas”* (LUTZEMBERG, 1980, p. 24).

A presença de pragas no plantio irrigado de hortaliças vem desde os primeiros anos de produção. A diferença é a de que no início a destruição provocada pelos ataques era “tolerável”, do ponto de vista econômico. Ou seja, elas já existiam, mas não causavam tantos

prejuízos como hoje. A propagação dos insetos é tão intensa que cultura do tomate não é mais produzida no Sítio Altos. Para manter a produção de outras hortaliças (feijão vagem, maxixe, pimentão e quiabo) os pequenos produtores utilizam agrotóxicos, denominados por eles de “veneno”. Todavia, a utilização deste produto não resolve o problema. Vejamos o que disse Luciano Lima, jovem produtor, que planta verduras nas terras do pai, na margem do açude:

“... se não colocar veneno não produz e se passar tempo o prejuízo é grande demais. Na chuva elas atacam mais, fica direto, não tem veneno, o veneno não serve não, é mesmo que nada. Ano passado tive muito prejuízo. Tem que pulverizar duas vezes por semana, e não mata não, espanta. E ela volta”.

A utilização do agrotóxico já não elimina as pragas, apenas afasta-as por alguns dias. Os entrevistados informaram que os insetos “estão acostumados” com os venenos e por isso não morrem. Dizem que estes já adquiriram resistência ao veneno. Esta resistência está associada, segundo Adilson Paschoal (1980), ao processo de mutação genética por que passam os insetos, tornando-se imunes a aplicação dos inseticidas e pesticidas.³⁸ Dentre todos os insetos o que mais se destaca pela voracidade e resistência e, conseqüentemente, pelos prejuízos que causa ao produtor, é o denominado “*mosca branca*”. Sobre isto, o produtor José Albertino afirmou: “*A gente tá lutando aqui com a mosca branca, colocamos o veneno, espanta, chega faz aquela nuvem branca, depois ela volta de novo. O veneno não está resolvendo, parece que não está matando que preste*”. O reconhecimento de que este inseto está fora de controle é compartilhado por todos produtores. Sobre isto, Josefa Silva informou o seguinte:

³⁸ Ver a respeito Adilson Paschoal (1980), mais especificamente o livro: “*Pragas e Praguicidas e a Crise Ambiental: Problemas e Soluções*”. Rio de Janeiro, FGV.

“... a mosca branca é que está atacando muito. Tá fora de controle, porque o cabra bota veneno de toda qualidade e quando ela se acostuma não mata mais .Um cabra diz bota um veneno à pessoa bota, outro diz bote outro, a gente bota e quando dá fé nem um, nem outro, nem nada, e o roçado se acabando”

A opinião de Hidelbrando Silva foi à mesma. Este produtor no momento da nossa pesquisa de campo estava com prejuízo por conta da ação deste inseto. Parte do seu plantio de pimentão estava praticamente perdida. Depois do ataque da mosca branca, o produto se desvaloriza e ninguém quer comprar, perdendo o valor comercial. Como afirmou este produtor:

“De um dia para outro fica ruim. A semana passada, esse lado aqui estava bom. Já pegou. A praga é o estopô, mesmo, não tem jeito não. O que acaba com a agricultura e isso. Por isso, tem gente que fica com raiva. O cara botar um roçado desse, ver aquela boniteza e chegar no outro dia tá assim, acaba-se e o cabra não tira nem mil contos de res. Pior que para acabar de lascar o pimentão não presta, nem rende e o que apanha é de graça. Ninguém quer não, porque é tudo aquelas bolas, duro”.

A resistência deste inseto impõe a necessidade de aplicações cada vez maiores de agrotóxicos. Desta forma, inicia-se uma corrida desenfreada contra a praga, tentando suprimi-la. Todavia, a maior aplicação do veneno aumenta ainda mais o desequilíbrio ambiental, favorecendo a sua proliferação, na medida em que os seus inimigos naturais são eliminados. Assim, o pequeno produtor entra num círculo vicioso; quanto mais inseticida coloca, maior é a quantidade necessária para poder “espantar” os insetos e colher pelo menos parte da produção. A ciência agrônômica moderna tem pesquisado novos produtos, todavia, à velocidade de reprodução do inseto e a sua resistência é superior à capacidade dos pesquisadores encontrarem agrotóxicos mais eficazes. Nesta direção, Paschoal informa que as pragas multiplicam-se, pelas lavouras, numa velocidade de 22 novas pragas por ano (PASCHOAL, op. cit. 80-83).

Frente a esta situação, a opção dos produtores entrevistados tem sido, via de regra, a de aumentar a carga de agrotóxicos. Ante a ameaça de um prejuízo total, causado pelas pragas, eles aplicam mais “veneno”. Josefa Silva informou que a média atual é pulverizar as hortaliças duas vezes por semana, colocando-se duas bombas de “veneno” de cada vez. Entretanto, ela mesma havia feito, recentemente, uma pulverização com uma dosagem superior a de costume. Num pequeno cultivo de pimentão (04 mil pés) ela aplicou 4 bombas, isto representa 72 litros de agrotóxicos jogados de uma só vez sobre este plantio. Na opinião desta produtora, esta é a única maneira de obter-se produção.

Mesmo conscientes dos custos econômicos deste tipo de produção, os produtores continuam plantando, principalmente, porque não têm outras oportunidades de trabalho e é dali que tiram, mesmo que precariamente, o sustento. No período da estiagem, quando não se desenvolvem outras lavouras, o plantio de hortaliças irrigadas é a única opção de produção agrícola. Em função disto, o produtor se submete a plantar verduras, mesmo vendo pouco “futuro” nesta atividade. Como disse Luciano Lima: *“viver trabalhando assim, sem ver futuro, é ruim, mas aqui não tem outra coisa para fazer, o jeito é este mesmo”*. Nesta fala reconhecemos que a continuidade do trabalho está relacionada à falta de outras atividades, que ofereçam uma melhor remuneração. A escassez de trabalho remunerado é um problema central na realidade rural e tem forçado os pequenos a submeterem-se às péssimas condições de vida e de trabalho. De modo geral, para assegurar as necessidades de consumo familiar, os produtores têm intensificando a jornada de trabalho, aumentando, assim, a autoexploração³⁹ dos membros da família. Hidelbrando Silva informou, a este respeito, que

³⁹ Segundo Chayanov *“o grau de autoexploração depende do peso que exercem sobre o trabalhador as necessidades de consumo de sua família”* (CHAYANOV, 1974, p. 81)

quase todo dia trabalha uma média de 12 horas, desempenhando múltiplas funções, sendo o plantio de hortaliças o que mais consome tempo do grupo familiar. A intensificação da jornada de trabalho está relacionada à satisfação das necessidades familiares. Quando a produção satisfaz as necessidades de consumo, o pequeno produtor e seu grupo doméstico tendem a reduzir a intensidade e conseqüentemente a penosidade do trabalho como, por exemplo, não trabalhando aos domingos.

Subjacente ao aspecto econômico, os agrotóxicos têm causado danos à saúde de pequenos produtores do Sítio Altos. Desprovidos de qualquer instrumento de proteção, a aplicação do “veneno” é feita com “a roupa do corpo”. A proteção recomendada pelos fabricantes de agrotóxicos é formada por luvas, máscara, chapéu, botas e macacão. Esta vestimenta além de cara é inadequada às altas temperaturas do Nordeste. O fato é que nenhum dos entrevistados utilizava esta “indumentária”. A este respeito, Josefa Silva disse o seguinte: *“Sei que é preciso usar, já adoeci por causa disso mesmo, mas sempre continuo botando, nunca utilizo nada não. Não utilizo proteção porque não posso comprar, o equipamento é caro. E boto assim mesmo seja o que Deus quiser”*(Grifos nosso).

Neste caso, a entrevistada, mesmo consciente da importância da proteção, não podia comprá-la. Existe também o problema da desinformação quanto aos riscos para o produtor, como para o consumidor. Luciano Lima, conhecido produtor de verduras na comunidade, afirma *“trabalho a mais de 05 anos com o produto e nunca tive problema algum, acho que não causa nenhum efeito não”*. Esta visão, associada às dificuldades

econômicas parece ser os aspectos influenciadores para a não utilização dos equipamentos de proteção.

São inúmeros os casos relatados na Comunidade de pessoas que ficaram doentes e que morrem por causa do contato direto com o agrotóxico.⁴⁰ Sobre isto é oportuno apresentar o depoimento de Josefa Silva:

“O caso do Sr. José de Anselmo, que morreu lá em cima o povo disse que foi o veneno. Tem um veneno aí que você pode se lavar como for que a caatinga não sai das mãos. Morreu um ali, também, na Comunidade de Pedra do Navio, um tal de Manelzinho Barbosa, ele tinha um plantio muito grande de tomate, adoeceu e morreu. Esse camarada, o Zé Albertino (apontando para o agricultor que passava na estrada), vive meio adoentado, dizem que é o veneno também, ele tem um problema na garganta, tá até indo ao médico direto. Aqui na minha propriedade contratei um menino para colocar o veneno, à noite tive que levar correndo para o hospital, pois ele estava já morrendo”.

Esta realidade influi diretamente nas condições de vida dos pequenos produtores e de sua família, tanto do ponto de vista econômico como da saúde dos seus membros. A aceitação desta situação está vinculada, conforme afirmamos, ao fato de que a produção de hortaliças é perene, isto é, tem o ano todo, e assegura, mesmo com baixa remuneração, ocupação permanente. Daí a sua importância para a manutenção da família, principalmente quando não se tem mais produção própria para o consumo. É o plantio de hortaliças irrigado que gera produção para o mercado, mesmo que o produtor receba baixa remuneração com a comercialização de seus produtos, conforme veremos a seguir.

4.3.5.3. O processo de comercialização de hortaliças

A comercialização de hortaliças é individual, assim como a produção. Sem contar com uma organização própria para comercializar, os pequenos produtores entram no

⁴⁰ No hospital municipal não havia registro de óbitos ou internamentos provocados pela utilização de agrotóxico. Apesar de alguns produtores terem informado que se internaram por vários dias. Existe produtores que bebem cachaça ou leite para “cortar o efeito do veneno”.

mercado de forma isolada. Existem dois tipos de comercialização de hortaliça no Sítio Altos. Têm aqueles produtores que comercializam diretamente na Ceasa e outros que vendem ao atravessador na própria unidade de produção. Os que comercializam na Ceasa são em menor número, viajam de carro próprio ou em “carro de linha”, pagando frete. Conhecem o comércio nesta central, que funciona na base da oferta e da procura. Neste mercado, o preço varia com muita rapidez. Em outras palavras, é muito instável. A variação no preço depende da quantidade do produto que chega, ou seja, da oferta. Quando esta é pequena, o preço, geralmente, sobe, porém quando a oferta aumenta, o preço abaixa, causando prejuízo aos produtores.

Luciano Lima é acostumado a vender a sua produção no Recife. Ele disse: “*a comercialização na Ceasa é uma questão de sorte*”. A utilização do termo, sorte, está relacionada ao fato do produtor acertar o dia em que a oferta do produto é pequena. No dizer dele, o dia está bom porque o preço é vantajoso. Neste sentido, utiliza-se a expressão que o produto está no “tiro”. Caso contrário, é quando o produtor chega na Ceasa e encontra muita produção, aí o preço está baixo, diz-se que o produto está na “bóia”.

“As vezes quando chego lá e o preço está no tiro, aí é bom de vender, mas quando tá na bóia é ruim demais. Peguei muita bóia. Na bóia o prejuízo é grande demais. A gente pega, leva o produto e deixa lá, paga o frete do bolso da gente. Uma vez eu tirei 14 sacos de vagem e 12 de pimentão. A vagem eu vendi um pouco e o resto eu deixei lá, e o pimentão eu vendi a 3 reais, o saco. Não deu nem para pagar o frete e os meninos que me ajudam aqui”.

José Albertino tem a seguinte opinião sobre a comercialização na Ceasa:

“Comercializo na Ceasa. Vendo em grosso. Vou levar sexta-feira, levo uma base de uns 15 sacos. Não tem comprador certo não, coloco lá quem aparecer compra. O preço é de acordo com a feira. Se chegar muita produção o preço é um, se chegar pouca é outro preço. A feira lá é quem resolve. Dinheiro de verdura só se conta quanto está no bolso, que ela é falsa demais. A gente espera um preço é outro. Tem vez que a gente pensa que vai vender por dinheiro, chega lá é obrigado a avoar no mato, dá quase de graça para

não voltar para casa. Agora tem vez que chega lá que arruma dinheiro, que se admira com o dinheiro. Mas é difícil, é mesmo que pegar uma milhar”(Grifos nosso).

Conforme podemos discernir por esta fala, o processo de comercialização neste mercado é regulado por leis econômicas da oferta e da procura e não por questões vinculadas ao acaso de “sorte ou azar”, como afirmou Luciano Lima. A demanda ou a oferta é que regula o preço do produto. Deste modo, ele é incerto. Todavia, existem tentativas de atacadistas em regulá-lo, adquirindo verduras, em outros Estados, quando a produção oriunda de Pernambuco está escassa. Desta maneira, ao viabilizar o crescimento da oferta, estes atacadistas influem diretamente na regulação do preço, forçando uma estabilização por baixo.

Assim, a questão não se resolve apenas em ter a produção e estar inserido no mercado. A inserção no mercado, por si só, não implica em mudanças positivas para a pequena produção. É necessário encontrar alternativas que assegurem melhores condições para comercialização. A incerteza quanto à venda da produção é uma ameaça permanente aos produtores. A insegurança pode ser claramente identificada na fala de José Albertino, ao afirmar que o *“dinheiro da verdura só pode ser contado depois que estiver no bolso”*. Esta instabilidade marca todo processo de comercialização na Ceasa.

Subjacente a esta tensão no processo de comercialização, que contrapõe produtores e comerciantes, com a explicitação de interesses econômicos divergentes, os entrevistados identificam momentos onde podem vender a produção por um preço um melhor. A comercialização é no verão, quando a oferta é menor. De qualquer modo, é raro encontrar o preço no “tiro”, no sentido atribuído ao termo. O mais corrente é encontrar um preço baixo

que remunera mal o produtor. No dizer de José Albertino, *“dá para se fazer uma feira fraca, para ir escapando.”*

Na área da comercialização, no Estado de Pernambuco, o PAPP não conseguiu implementar propostas mais abrangentes para os pequenos produtores. A exceção foi a experiência embrionária e pontual de “bodegas comunitárias”, localizada em Afogados da Ingazeira - PE. Estas tinham a finalidade de trocar excedentes da produção agrícola por outros produtos não produzidos nas unidades de produção (como sal, açúcar, querosene, etc.), numa clara tentativa de eliminar o intermediário, o “vilão” do processo de comercialização.

Fora esta iniciativa, O PAPP não implementou nenhuma proposta para comercializar a produção dos pequenos produtores participantes dos projetos. Estes tiveram que enfrentar a concorrência do mercado capitalista por conta própria, fragmentados e desinformados. A proposta de fornecer informações sobre os preços e condições para comercialização, através do SIMA (sistema de informação de mercado agrícola), não se materializou de fato. Nestes termos, o discurso do Programa foi o de especializar os pequenos produtores em culturas comerciais e integrá-los ao mercado, sem, contudo, orientá-los para tal. Como se a participação no mercado fosse condição suficiente para se obter remuneração mais rentável para os seus produtos.

O segundo tipo de comercialização de verduras, praticada no Sítio Altos, é com atravessadores que vão diretamente na unidade de produção. Esta é a forma mais comum de comercialização da produção, no Município. No caso do pimentão, por exemplo, esta representa 80% do volume total negociado (IBGE,1998). Este tipo de comercialização

assemelha-se ao tipo de açambarcadores de caminhão. Trata-se do intermediário que, dispondo de um automóvel, percorre as pequenas comunidades na zona rural, adquirindo produtos agrícolas para comercializá-los nas cidades.

Na comercialização de hortaliças com os atravessadores, na margem do açude, o preço é acertado na hora da colheita, porém só é pago posteriormente, quando o produto for comercializado. Dependendo do preço obtido com a venda das verduras, o atravessador poderá baixar ou aumentar o valor pago posteriormente ao produtor. Acontece que o comerciante intermediário, geralmente, informa que vendeu a produção por um preço mais baixo do que o previsto. Neste caso, ele rateia o prejuízo com o produtor, não lhe pagando conforme havia combinado inicialmente, mas de acordo com o “apurado de fato”. Este sistema, que eles chamam de “rateio”, disfarça uma sobre-exploração do trabalho do produtor, que arca com um suposto prejuízo do atravessador. Hidelbrando Silva descreve deste modo este processo:

“Vendi o pimentão a R\$ 10,00 o cabra (referindo-se ao atravessador) pagou a R\$ 8,00. Ele tinha a obrigação de pagar a R\$ 10,00, mas quebrou o trato, disse que só ia pagar a R\$ 8,00 porque lá (na Ceasa) estava barato. Ele não paga na hora que colhe não, diz que não tem dinheiro, só paga quando volta da Ceasa. Agora compra aqui de graça, mas vende caro. Além do mais ele compra de um preço e paga de outro”.

Desinformado, o produtor aceita o preço imposto pelo atravessador, que utiliza deste argumento para aumentar a exploração. A atuação dos intermediários, na opinião de Orlando Barbosa, eleva os preços dos produtos. Ele informa que a produção de hortaliças que “saí da zona rural de Bom Jardim e vai ‘passear na Ceasa’, quando regressa a feira deste Município está 10 vezes mais cara”. O encarecimento no preço final do produto, pago pelo consumidor, não resulta em ganhos para produtores, mas para os

representantes do capital comercial que se distribuem na cadeia da comercialização. Com relação às vantagens econômicas do intermediário de hortaliças, Antonio de Siqueira afirmou:

“Ele (se referindo ao atravessador) vende caro, é rico, tem meio mundo de gado, terra que só, três carros, é rico, tudo desse mangaio que ele compra e vende no supermercado, vende na Ceasa, faz entrega certa, (...) Agora só compra aqui de graça, e além do mais ele compra de um preço e paga de outro”.

Subordinado às regras estabelecidas pelo atravessador, é muito difícil o pequeno produtor reter aquilo que produziu. Ele fica com uma pequena parte, que utiliza para a reprodução de sua família. É muito difícil para os pequenos produtores isolados, como os que entrevistamos, enfrentarem o esquema de comercialização que lhes é imposto pelo mercado. Fragmentados e sem apoio do Estado para comercializar a produção de hortaliças, os produtores estão sujeitos aos preços estabelecidos pelos atravessadores.

Outro fator que influi negativamente na hora comercialização das hortaliças é a perecibilidade do produto. Diferente de outros produtos, que podem ser guardados até um ano, não sendo necessário a sua venda imediatamente após a colheita, as hortaliças, quando estão no “ponto”, o produtor fica numa situação crítica, sob pressão, pois tem que comercializá-la a qualquer preço. Assim, a perecibilidade das verduras constitui-se numa ameaça que força os preços para baixo na hora da comercialização. Deste modo, a comercialização de verduras impõe restrições. Sobre este assunto, Luciano Lima assim se expressa: *“a gente faz qualquer negócio, o preço que encontrar o cabra tem que vender, um real, por dois. Tem que vender, não pode guardar, porque de um dia para o outro amarela todinha”.*

De modo geral, podemos dizer que o pequeno produtor é duplamente explorado, por um lado ao inverter parte do que apura na compra de tecnologia industrial para reproduzir o plantio de hortaliças, e de outro, pelas condições de comercialização, tanto na Ceasa, quanto junto aos atravessadores que se apropriam de parte da produção. Desta maneira, ele encontra dificuldades para repor o plantio irrigado, o qual depende de tecnologias que tem custo elevado.

4.3.5.4. Custos de produção e endividamento

Nos cultivos dos produtos tradicionais, os produtores utilizam basicamente os recursos naturais (o solo, a água das chuvas e sementes). Os instrumentos de produção são de baixo custo. Com isto queremos dizer que o roçado de lavouras para o consumo praticamente, tem custos monetários menores. Isto tudo concorre para que as despesas de produção sejam pequenas. Diferente disto é o plantio irrigado com tecnologias modernas. A reprodução do plantio de hortaliças implica na aquisição de insumos e equipamentos caros, tais como: sementes, fertilizantes químicos, agrotóxicos, óleo ou energia elétrica e peças para reposição do sistema de irrigação e para o motor, que são adquiridas em lojas comerciais e cooperativas agrícolas de cidades próximas a Bom Jardim. Neste sentido, os produtores têm que ter dinheiro disponível para adquirir estes produtos no comércio. Assim, a tecnificação com o plantio de hortaliças, contribuiu para uma maior monetarização da economia do pequeno produtor e para uma maior dependência do mercado.

Como o plantio de hortaliças é dependente de insumos externos, ter dinheiro é, portanto, uma condição “*sine qua non*” para a sua reprodução. O sistema de troca ou empréstimo entre os entrevistados não é comum. O usual é cada um adquirir seu material ou

equipamentos no mercado. De modo geral, o gasto com insumos para se refazer o plantio concorre, muitas vezes, com despesas básicas da família. É nesta perspectiva que a fala de Josefa Silva, adquire sentido.

“E tem dia que se brincar não arrumo nem o que comer. Para comer é um sacrifício danado. Não é porque tem onde eu comprar fiado, mas do roçado (plantio de verduras) mesmo... Porque dá, no tempo que dá, mas no tempo que não dá é só mesmo para gastar com ele. Qualquer veneninho é caro, se botar adubo, óleo, tudo em conta só dá mesmo para gastar. O roçado dá o roçado mesmo come. É porque não tem outro meio de vida, se a pessoa ficar de cara para cima não dá, aí tem que trabalhar mesmo, de qualquer jeito”.

Deste modo a reprodução do plantio só é possível porque o produtor e sua família se submetem a uma remuneração muito baixa. Ocorrem situações, ainda, que o dinheiro apurado, através da comercialização, não cobre nem as despesas com os insumos necessários para se refazer o plantio. Esta situação foi descrita, por Antônio Siqueira da seguinte forma: *‘gastei no ano passado uns R\$ 400,00 num roçado pequeno. Imagino que não tirei esse dinheiro, não. Não deu nada, ai eu acho que não arrumei o que gastei não’*. Caso semelhante, foi também apresentado por Luciano Lima que, ao encontrar um preço muito baixo ao comercializar a produção na Ceasa, não conseguiu recursos para pagar os “ajudantes” e o frete do transporte das verduras.

Frente a esta situação, onde a conta entre os custos de produção e a receita não fecha, a reprodução do plantio é feita através da venda de animais (garrotes e suínos) ou por meio de empréstimos bancários ou com parentes. O financiamento junto ao Banco é, em geral, a opção mais complicada que demanda apresentação de documentos, visitas de técnicos à unidade de produção, elaboração e aprovação de um projeto, etc. Um fato observado é que todos produtores que recorreram ao crédito bancário tiveram, também,

enormes dificuldades para pagá-lo. Hidelbrando Silva, que já tirou duas vezes financiamento para custear despesas com o plantio de hortaliças, nos falou o seguinte:

“Já tirei financiamento para trabalhar com tomate. A última vez plantei 4 mil pés, quase que morro de trabalhar para pagar. Eu estou doente, acusou 2 gastrite, e foi tudo da trabalhada que eu dei. Eu trabalhava de dia a noite, ia para casa 8 horas da noite, e não sabia quando era sábado nem domingo. Faz uns quatro anos foi no Banco do Brasil e no Bandepe. Todos dois quase que eu morro para pagar. Deu tomate, mas o preço era barato demais. Era para pagar com 6 meses eu trabalhei dois anos, vendi tudo que tinha, os bois que tinha vendi para pagar o banco. Trabalhava numa pedreira, vendia pedras para o Recife, todo dia ajuntando um dinheirinho, chegava lá no banco era mesmo que jogar dentro do riacho” (Grifo nosso).

A baixa valorização dos produtos agrícolas no mercado é um problema que afeta a economia do produtor e, conseqüentemente, a quitação dos seus débitos bancários. Neste trecho citado, vemos que mesmo o produtor tendo uma produção considerada boa, ele foi buscar trabalho fora para poder pagar o empréstimo. Outro entrevistado, Franklin Dutra só conseguiu saldar a sua dívida com o Banco, vendendo os animais, pois a produção agrícola não cobria o débito. Ele informou: *“... se fosse pagar o empréstimo, só com a agricultura não pagava. O técnico do PAPP vinha aqui para meter medo na gente, ele dizia quem não pagasse perdia a terra. Para tirar o financiamento eu deixei o documento da minha terra no Banco. Só recebi de volta quando terminei de pagar”.*

O empréstimo bancário ou com particulares para custear o plantio irrigado, de modo geral, não se consegue pagar só com a produção de hortaliças. A desproporção entre o valor dos produtos agrícolas e os industriais, além dos juros e correções acrescidas ao valor inicial dos empréstimos, dificulta a quitação da dívida.⁴¹

⁴¹ Conforme o técnico do Banco do Brasil do Município, 30% dos pequenos produtores estão inadimplentes *“porque não têm como pagar suas dívidas”*. Ele admite que existe outro jeito para saldar a dívida a não ser através da execução judicial. Isto pode resultar, em última instância, na perda da terra e da condição de produtor.

A venda de animais e de outros objetos de maior valor comercial evidencia um processo de descapitalização dos pequenos produtores. Desta forma, a diferenciação não ocorreu no sentido ascendente, positivo, de uma acumulação interna. Neste sentido, não houve a formação de uma camada média de pequenos produtores rurais, no estilo “farmer”, conforme era intenção do Banco Mundial e do Projeto Nordeste, enfocada no capítulo 1. Pelo contrário, a política de modernização tecnológica e de integração ao mercado de insumos industriais e de produtos agrícola impulsionou o consumo de tecnologia cara, sem alterar, no entanto, as formas convencionais de comercialização, levando os pequenos produtores à dependência de recursos externos e ao endividamento.

Comentando o processo de modernização de pequenos produtores, levado a cabo por órgãos governamentais no Brasil, o José Graziano da Silva afirma: *“Percebe-se que o acesso aos programas governamentais, não é a condição suficiente para que os pequenos produtores possam internalizar os ganhos de produtividade decorrentes da modernização a que foram submetidos”* (SILVA, 1983, p.38). Assim, os pequenos produtores acabam ficando com uma parte reduzida daquilo que produzem. Isto significa, em geral, vestir-se e comer mal. Até mesmo para conseguir a alimentação, para o consumo da família, é difícil. Vivem na dependência do vendeiro para comer, como disse José Serafim: *“Eu cheguei a comprar R\$ 167,00. Ele segura a gente de gás, açúcar, arroz, feijão, tudo que a gente precisar. Esta semana eu vendi um bezerro para pagar a conta da venda”*. A mesma situação é vivenciada por outros produtores do local. A este respeito Josefa da Silva afirmou, conforme trecho já citado, *“para comer é um sacrifício danado.*

Não é maior porque tem onde comprar fiado”. Estas falas revelam as dificuldades das famílias para conseguir os gêneros alimentícios necessários ao abastecimento da casa.

Diante desta realidade, era esperado não identificar investimentos na unidade de produção. Os entrevistados não faziam, há mais de 03 anos, qualquer melhoria nas suas habitações, como também não haviam adquirido bens de consumo durável, neste período. Desta forma, o acesso à tecnologia moderna, à integração ao mercado não trouxeram mudanças positivas para as condições de vida dos pequenos produtores e de suas famílias. A realidade é que os pequenos produtores de hortaliças do Sítio Altos continuam tão pobres quanto antes. Não foi, portanto, o fato de terem tido o acesso aos recursos do PAPP, que os diferencia dos demais empobrecidos do campo em Bom Jardim.

5. CONCLUSÃO

É no contexto das transformações da agricultura brasileira, acelerada a partir dos anos 70, que o Estado, através da Sudene, implementou políticas de modernização da pequena produção rural. Diferente das ações emergenciais de combate à seca, orientadas para “soluções hidráulicas”, os Programas de Desenvolvimento Rural Integrado, como se denominaram estas intervenções públicas, reorientaram a ação governamental no Nordeste. A nova política objetivava a integração da pequena produção à economia nacional, principalmente através aquisição de tecnologias de origem industrial e imprimir a função de produtora de matérias-primas e alimentos a preço baixo para o mercado consumidor. Esta função da pequena produção, para o sistema econômico capitalista, é apresentada nos Programas de Desenvolvimento Rural Integrado, conforme o citado documento do PIMES.

Para cumpri-la, a agricultura do Nordeste, classificada como atrasada e, conseqüentemente, pouco produtiva, tinha que ser transformada, incorporando tecnologia e inserindo-se no mercado. A política do Estado estimulou este objetivo a partir da concepção de que era necessário tornar o produtor, que produzia para o consumo, num produtor mercantil, com uma racionalidade empresarial.

O PAPP, não obstante apresentar um discurso social, em função da conjuntura política nacional e da reorientação do Banco Mundial, visava o crescimento econômico, o aumento da produtividade agropecuária como forma de combater a pobreza rural. Este Programa o que alcançou maior repercussão na sociedade, particularmente entre as organizações dos trabalhadores rurais. Consonante com a política nacional para a

agricultura, o PAPP expressava o interesse do Estado em inserir a pequena produção rural nordestina numa economia de mercado. Apesar das mudanças, sempre turbulentas, na sua orientação estratégica, o Programa conservou esta intenção. Nestes termos, este traço pode ser percebido nas diversas fases do Programa.

Em Pernambuco, a fase dos projetos produtivos explicita bem esta intenção ao apoiar uma agricultura de produtos considerados de maior valor comercial. Esta perspectiva é aprofundada na estratégia seguinte, denominada de Sub-Projetos. A idéia, presente nesta fase, foi a de concentrar investimentos em projetos maiores e que apresentassem viabilidade técnica e econômica. Até mesmo na última etapa do PAPP inspirada no Programa Solidariedad Mexicano, considerada como a mais assistencialista, identificamos, em Pernambuco, uma linha de financiamentos a projetos que previam a utilização de tecnologia moderna.

No âmbito da intervenção do PAPP em Bom Jardim, esta intenção modernizadora foi prejudicada pelo fraco desempenho do Programa no Município. Neste sentido, o alcance da modernização proposta pelo PAPP foi muito limitado, restrito a intervenções pontuais na comunidade do Sítio Altos e, ainda assim, abrangendo um número reduzido de família de pequenos produtores. Deste modo, a intervenção do Programa, neste campo, está muito distante das suas intenções declaradas. Os componentes: crédito rural; comercialização e ação fundiária funcionaram precariamente, tendo que ser precocemente extintos.

A situação dos projetos, evidenciada a partir da pesquisa de campo, revelou uma realidade desastrosa marcada pelo abandono de 50% destes. Nos marcos desta pesquisa, não foi nosso propósito aprofundar o debate sobre as causas do abandono destes, porém

deixamo-lo em aberto para pesquisa futura, haja vista a importância de clarificar os elementos norteadores de insucesso de políticas públicas para pequena produção rural do Nordeste.

Com relação aos projetos em funcionamento, como os de sistema simplificado de abastecimento de água potável (pequenos chafarizes) ou mesmo a eletrificação rural não representaram um “in put” em nível da produção. Estes se vincularam às necessidades de pequenos produtores pobres, que vivem precariamente em minifúndios. Deste modo, parece haver uma contradição entre os objetivos declarados pelo PAPP e o público alvo selecionado para sua intervenção. Isto quer dizer, diante de uma realidade marcada pela precariedade, onde há escassez de serviços públicos básicos, a opção dos pequenos produtores foi, essencialmente, por projetos que respondessem a estas demandas e não por tecnologias modernas.

O projeto de irrigação na comunidade de Sítio Altos, utilizando técnicas modernas espelha melhor a intenção de tecnificar a pequena produção. Todavia, as mudanças no âmbito da pequena produção não se fazem na forma pensada por Shultz, isto é, uma substituição radical de uma agricultura considerada tecnicamente atrasada por outra considerada moderna, mesmo que isto seja a vontade do Estado e do Banco Mundial. A produção de hortaliças irrigadas se constituiu em uma atividade dentre outras, que se desenvolve nas unidades de produção localizadas na borda do açude. Na essência, o referido projeto estimulou uma atividade agrícola que utiliza insumos industriais, constituindo um “núcleo moderno”, mas que se inseriu no contexto de unidades de produção diversificada e que tem, como finalidade econômica, a satisfação das necessidades da família

trabalhadora. Deste modo, a produção de hortaliças irrigada não transformou a lógica do pequeno produtor, que mesmo estando mais integrado ao mercado continuou tendo como finalidade principal a satisfação das necessidades familiar. A produção de culturas de hortaliça ampliou a diversidade de produtos oriundos da pequena produção e não a especialização. Nesta perspectiva, a produção moderna não suprimiu a tradicional. Ambas coexistem no mesmo espaço, relativizando assim as vantagens da agricultura moderna, que deveriam ser tão grandes que o produtor abandonaria a produção voltada para o consumo familiar.

As mudanças com a introdução de tecnologias modernas, via projeto de irrigação de hortaliças, trouxeram inúmeros problemas e conseqüências negativas para o pequeno produtor e sua família. Si é verdade que houve um aumento do volume da produção agrícola no período inicial, é igualmente certo que este crescimento teve altos custos, à longo prazo. Do ponto de vista técnico, a utilização intensiva dos recursos naturais e a simplificação dos cultivos aceleraram a degradação do solo e o desequilíbrio ambiental com a proliferação de pragas, uma delas, fora de controle. Nestas condições, só é possível produzir utilizando-se insumos químicos, que além de evidenciarem a dependência em relação aos produtos industriais, elevam o custo de produção.

Por outro lado, ao participar de um mercado fortemente controlado por agentes do capital comercial, seja no esquema de comercialização na Ceasa ou com os atravessadores, os produtores não conseguem incorporar os ganhos econômicos. Nesta perspectiva, a reprodução do plantio só é possível por conta da intensificação da jornada de trabalho da família como um todo, inclusive de adolescentes, e da baixa remuneração que o produtor

atribui a si mesmo. Além disto, nas situações em que se configuram prejuízos, como por exemplo, a venda do produto na “bóia”, ou a destruição violenta das hortaliças por pragas, refazer o plantio depende da obtenção de empréstimos, isto é do endividamento.

Desta maneira o acesso à tecnologia e ao mercado não significou o fortalecimento de pequenos produtores, muito pelo contrário, as péssimas condições de habitação e fracas vestimentas utilizadas denunciavam a situação de pobreza em que vivem. Deste forma, o PAPP, enquanto uma política pública do Governo Federal e do Banco Mundial, ao buscar corrigir problemas relacionados à baixa produtividade agrícola de pequenos produtores, acabou criando outros, que afetaram diretamente o meio ambiente e a economia do pequeno produtor.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo. (1985), “Progresso Técnico: a Indústria é o Caminho?” *Proposta*, 27: 41-50
- _____. (1992), *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo, ANPOCS/UNICAMP.
- _____. (1994), “Agricultura familiar e capitalismo no campo” in J. P. Stédile (org.), *A Questão Agrária Hoje*, Porto Alegre, UFRGS.
- AGUIAR, R. Conde. (1986), *Abrindo o Pacote Tecnológico: Estado e Pesquisa Agropecuária no Brasil*, São Paulo, Polis.
- ANDRADE, M. Correia de. (1980), *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo, Livraria Editora de Ciências Humanas.
- _____. (1994), “Análise do Semi-Árido Nordestino e a Visão de Seca” in L. Guimarães et al. (orgs.), *O GTDN – Da Proposta à Realidade*, Recife, UFPE.
- ARAÚJO, T. Bacelar. (1994), “O Setor Público e o Nordeste” in L. Guimarães et al. (orgs.), *O GTDN – Da Proposta à Realidade*, Recife, UFPE.
- _____. (1996), “Planejamento Regional e Relações Intergovernamentais”, in R. Afonso e P. Silva (orgs.), *Federação em Perspectiva*, São Paulo, Fundap.
- BANCO MUNDIAL. (1986), *V Projeto de Desenvolvimento Rural do Nordeste (Pernambuco)*. s/l, mimeo.
- _____. (1986), *Contrato de Empréstimo n.º 2718. (s/l)*, Recife, PE.
- _____. (1993), *Proposta de Reformulação do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural*. Recife, mimeo.
- BOBBIO, Noberto. (1992), *Estado, Governo e Sociedade*. Tradução de M. A. Nogueira. 3ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- BURSZTYN, Marcel. (1985), *O Poder dos Donos - Planejamento e Clientelismo no Nordeste*. Rio de Janeiro, Vozes.
- CARNOY, Martin. (1994), *Estado e Teoria Política*. 4ª Edição, São Paulo, Papirus.
- CARNEIRO, Ricardo. (1993), “A Política Agrícola e a Modernização da Pequena Produção: A Experiência dos Programas de Desenvolvimento Rural Integrado”. *Análise & Conjuntura*, v.8, n.1: 77-91.
- CARVALHO, Rejane de V. (1988), *Justiça Social e Acumulação Capitalista (O PROTERRA)*, Fortaleza, U.F.C.
- CAVALCANTI, J. S. B. (1984), “A lógica Interna de Reprodução das Pequenas Unidades Agrícolas e a Intervenção dos Programas Governamentais de Desenvolvimento”. *Cadernos de Difusão de Tecnologia*, v.1, n.º. 1: 53-69.
- CHALOUT, Y. (1988), “Governo de Transição com Velhas Práticas: O que Sobra para o Trabalhador Rural?”. *Nordeste Rural*, 1(2): 81-117.
- CHAYANOV, Alexander. (1974), *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires, Nueva Visión.
- _____. (1981). “Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas” in J. G. da Silva e V. Stolcke (orgs.), *A Questão Agrária*, São Paulo, Brasiliense.
- COHN, Amélia. (1976), *Crise Regional e Planejamento*. São Paulo, Perspectiva.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. (07/10/1998), *Estado Beneficia Grandes Proprietários de Terra no Nordeste e na Amazônia*. Recife, p. B – 7.
- FIGUEIREDO, V. 1984, “O Trabalhador Rural e a Modernização da Agricultura”. *Revista Brasileira de Tecnologia*, Brasília, v. 15 (4): 12-18.
- _____. (1989), *Produção Social da Tecnologia*. São Paulo, E.P.U.

- FONSECA, M^a. Teresa L. da. (1985), *Extensão Rural no Brasil: Um Projeto Educativo para o Capital*. São Paulo, Edições Loyola.
- FONTE, Eliane M^a. M. da. (s.d.), *Contribuições para Elaboração do Conceito de Desenvolvimento Sustentável: Uma abordagem centrada na sustentabilidade social*. Recife, mimeo.
- GARCIA JUNIOR, Afrânio R. (1983), *Terra de Trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- GORENDER, Jacob. (1994), “Gênese e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro”, in J. P. Stédile (org.), *A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre, UFRGS.
- GUIMARÃES, A. P. (1979), *A Crise Agrária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- GRZYBOWSKI, Cândido. (1985), “O Saber dos Camponeses em Face do Saber dos Técnicos”. *Proposta*, 27: 60-63.
- HABERMEIER, K. (1992), *Diagnóstico da Pequena Produção Rural*. Recife, STR de Bom Jardim/Centro Sabiá.
- HAGUETTE, Teresa M^a. F. (1992), *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. 3^a edição, Rio de Janeiro, Vozes.
- HEREDIA, Beatriz M, A. (1979), *A Morada da Vida*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- IBGE. (1987), *Censo Agropecuário – 1985*. Rio de Janeiro.
- _____. (1991), *Censo Demográfico – 1991*. Rio de Janeiro.
- _____. (1997), *Contagem da população brasileira - 1996*. Rio de Janeiro.
- _____. (1998), *Censo Agropecuário – 1995 – 1996*. Rio de Janeiro.
- KURZ, Robert. (1996), *O Colapso da Modernização: Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial*. 4^a edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LAMARCHE, Hugues. (1993), *Agricultura Familiar*. São Paulo, UNICAMP.
- LÊNIN, V. (1983), *O Estado e a Revolução*. São Paulo, Hucitec.
- _____. (1988). *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo, Nova Cultural.
- LUTZEMBERG, J.A. (1980), *Fim do Futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro*. Porto Alegre, Movimento.
- MARTINE, George. (1991), “A Trajetória da Modernização Agrícola: A Quem Beneficia?”. *Lua Nova*, 23: 07-37.
- MARTINS, José de S. (1983), *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Rio de Janeiro, Vozes.
- _____. (1989), *Caminhada no Chão da Noite*. São Paulo, Hucitec.
- MARX, Karl. (1974), *O Capital: Crítica da Economia Política*. Tradução de R. Sant’Anna. 3^a edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, livro 3, v. 6.
- MINAYO, M. C. de Souza. (1994), *Pesquisa Social*. Rio de Janeiro, Vozes.
- MINTER/SUDENE. (1975), “2^o Plano Nacional de Desenvolvimento: Programa de Ação do Governo para o Nordeste (1975-1979)”. Recife.
- MIRAD/INCRA. (1964), *Estatuto da Terra*. Brasília.
- MORAES, M^a. D. Carvalho de. (1996), *De Camponês a Agricultor Familiar*. Trabalho Acadêmico, UNICAMP/IFCH, mimeo.
- MUSUMECI, Leonarda. (1987), *Pequena Produção e Modernização da Agricultura: O Caso dos Hortigranjeiros no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IPEA/PNPE.
- NETO, Francisco G. (1982), *Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Moderna Agricultura*. São Paulo, Brasiliense.
- NOVAES, Regina. (1993), *Nordeste, Estado e Sindicalismo: O PAPP em questão*. Rio de Janeiro, CEDI.
- OLIVEIRA, F. (1987a), *Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e*

- Conflito de Classes*. 5ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. (1987b), *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. 5ª edição, Rio de Janeiro, Vozes.
- PAIVA, Ruy M. (1975), “Os Baixos Níveis de Renda e de Salário na Agricultura Brasileira”, in C. R. Contador (org.), *Tecnologia e Desenvolvimento Agrícola*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES.
- PASCHOAL, Adilson. (1980). *Pragas, Praguicidas e a Crise Ambiental. Problemas e Soluções*. Rio de Janeiro, FGV.
- PIMES. (1984), *A Expansão Capitalista, o Papel do Estado e o Desenvolvimento Regional no Brasil*. Recife, UFPE.
- PINTO, J. Bosco G. (1981), *Tecnologia e Pequena Produção no Desenvolvimento Rural*. Recife, MINTER/SUDENE, mimeo.
- PORTO, M. S. G e SIQUEIRA, D. (1994), “A Pequena Produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas”, *Cadernos de Sociologia*, 6: 76-88.
- POULANTZAS, Nicos. (1990), *O Estado, O Poder, O Socialismo*. 3ª edição, Rio de Janeiro, Graal.
- PRIMAVESI, Ana Mª. (1987), *Manejo Ecológico do Solo*. São Paulo, Nobel.
- PROJETO NORDESTE. (1985), *Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural*. v. 1. Recife, mimeo.
- PRORURAL. (1990), *O PAPP EM PERNAMBUCO – 1987/1990*. Recife, mimeo.
- _____. (1994), *Avaliação Especial do Fumac*. Recife, mimeo.
- _____. (1997), *Relatório de Finalização – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural*. Recife, mimeo.
- PRZEWORKY, Adam. (1995), *Estado e Economia no Capitalismo*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- SABBAG, William. (1988), “Estado e Pequena Produção no Semi-Árido: Retrospecto das Experiências de Fomento à Irrigação”. *Temas Rurais*, 1, 1:133-169.
- SABBAG, William et al. (1993), *Avaliação do APCR e São Vicente*. Recife, Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, mimeo.
- SALES, Teresa. (1982), *Agreste, Agrestes: Transformações Recentes na Agricultura*
- SAMPAIO, Yony et al. (1978), *Política Agrícola no Nordeste: Intenções e Resultados*. Recife, PIMES/UFPE.
- _____. (1987), *Desenvolvimento Rural no Nordeste*. Recife, PIMES/UFPE.
- SHANIN, Teodor. (1976), “A definição de Camponês: Conceituações e Desconceituações. O Velho e o Novo em uma Discussão Marxista”. São Paulo, *Estudos Cebrap* 26.
- _____. (1990 ?), *Chayanov e a Questão do Campesinato*. Tradução e Transcrição L. B. Ribeiro e M.A. G. Domingues, UFRGS, mimeo.
- SHULTZ, Theodore W. (1975), “Uma Política Para Redistribuir As Perdas Sociais do Crescimento Econômico”, in C. R. Contador (org.), *Tecnologia e Desenvolvimento Agrícola*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES.
- SIDERSKY, Pablo. (s/d), *A Economia Camponesa: Alguns conceitos*. s/l, mimeo.
- SILVA, J. Graziano da. (1978), *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*. São Paulo, Hucitec.
- _____. (1982), *A Modernização Dolorosa: Estrutura Agrária e Trabalhadores Rurais no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. (1983), “Tecnologia e Campesinato: O caso brasileiro”. *Revista de Economia Política*, v. 3, n.4: 21-55.
- _____. (1988), ABRA, Ano 17, nº 3, abril/julho de, p. 36-43
- SOARES, Ricardo P. (1996), *O Financiamento do Banco Mundial ao PAPP*. Brasília,

- IPEA.
- SORJ, Bernardo. (1980), “*Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*”. 2ª edição, Rio de Janeiro, Guanabara.
- SUDENE. (1966), “*2º Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1963-1965)*”. Recife.
- _____. (1978), *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste (GTDN)*. 3ª edição, Recife.
- _____. (1986), *Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste (1º PDN)*. 2ª edição, Recife.
- _____. (1989), *Relatório Plurianual - 1985 / 1989*. Recife.
- SUDENE/PAPP. (1988), *Relatório de Atividades - Triênio 1985/1988*. Recife.
- SUDENE/DPP/SPA. (1995), *Informe sobre o PAPP*. Recife, mimeo.
- SUDENE/IICA/UFRPE. (1996), *Avaliação do PAPP*. Recife, mimeo.
- THIOLLENT, Michel. (1984), “Anotações Críticas Sobre a Difusão de Tecnologia e Ideologia da Modernização”. *Cadernos de Difusão de Tecnologia*, v.1, nº. 1: 53-69.
- TOMMASI, Livia de (1996). *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais*. São Paulo, Cortês.
- TRIVIÑOS, Augusto N. S. (1990), *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo, ATLAS S.A.
- WANDERLEY, Mª de Nazaré B. (1977), “Algumas reflexões sobre o campesinato do Nordeste: conceito e realidade”. *Ciência e Cultura*, 29(5): 537-544.
- _____. (1995), “Agricultura Familiar no Brasil: um Espaço em Construção”. *Reforma Agrária*, 2/3 (25): 37-57.
- _____. (1996), *Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro*. Caxambu. XX Encontro Anual da ANPOCS, mimeo.

ANEXOS

Anexo 1 - Perfil dos Entrevistados

<i>Nome e Atividade</i>	<i>Local</i>	<i>Tamanho e relação com a Terra</i>	<i>Acesso Crédito</i>	<i>Produção Agropecuária</i>	<i>Comercialização Da produção</i>
Josefa A. da Silva / Pequena produtora	Sítio Altos	Proprietária 3 ha	BNB	Hortaliças/caprilinos /suínos/bovinos	Com atravessadores
José Serafim / Pequeno produtor	Idem	Foreiro 1 ha	-	Grãos/tubérculos /frutas/aves/suínos /bovinos	Idem
José Albertino / Pequeno produtor	Idem	Foreiro 3 ha	-	Hortaliças/grãos /tubérculos/aves /bovinos/suínos	Na Ceasa
Hidelbrando Silva/ Pequeno produtor	Idem	Proprietário 3 ha	BNB e B.B.	Hortaliças/ caprilinos/suínos /bovinos	Com atravessadores
Luciano Lima / Pequeno produtor	Idem	Foreiro 2 ha	Particu- lar	Hortaliças/bovinos	Na Ceasa
Antônio Albertino / Pequeno produtor	Idem	Foreiro 13 ha	-	Grãos/tubérculos /aves	Com atravessadores
Franklin Dutra / Pequeno produtor	Idem	Proprietário 5 ha	Bande- pe	Grãos/tubérculos /frutas/aves	Idem
Antônio Siqueira / Pequeno produtor	Idem	Foreiro 2 ha	-	Hortaliças/grãos /frutas/bovinos	Idem
Orlando Barbosa / Sindicalista	Sítio Camará	-	-	-	-
José Edson / Técnico	B. Jardim	-	-	-	-
Júlio Tavares / Técnica	Idem	-	-	-	-

Anexo II - Projetos Financiados Pelo PAPP em Bom Jardim (1986 a 1995)

<i>Tipo do Projeto</i>	<i>Localização</i>	<i>Famílias Beneficiadas</i>	<i>Contato</i>	<i>Natureza do Projeto</i>
Redistribuição de terras	Paquivira	76	Tenente	Infra-estrutura
Sist. Simp. de Abastec. de Água -SSAA	Sítio Pindobinha	10	Antônio Florêncio	Idem
SSAA	Sítio Pendência	Idem	Duda, Roseno,	Idem
SSAA	Lagoa Comprida	Idem	Manoel Domingos,	Idem
SSAA	Córrego do Feijão	Idem	Lúcio Mário,	Idem
SSAA	Sítio Piabas	Idem	José de Janjão	Idem
Construção de açude para irrigação	Sítio Altos	30	Manoel Caboclo	Idem
Armazém coletor	Sítio Feijão	150	Idem	Idem
SSAA	Sede municipal	400	Centro Social C. Santana Salvador	Idem
SSAA	Umari	200	Ass. de Moradores de Umari	Idem
Eletrificação rural	Sítio Sapucaia	62	Ass. dos produtores de Espera	Idem
Idem	Macapá	71	Ass. de Córrego do Feijão	Idem
Idem	Campestre	59	Centro Social Barão de Lucena	Idem
Idem	Copiais	30	Ass. Bonjardinense de Assist. Social	Idem
Construção de salão comunitário	Sítio Altos	30	Manoel Caboclo	Idem
Peixamento de açude	Sítio Altos I	15	Manoel Caboclo	Produtivo
Idem	Sítio Altos II	Idem	Idem	Idem
Idem	Sítio Umari	Idem	Fátima e Margarida Braga	Idem
Idem	Barragem do Noé	30	-	Idem

Peixamento de açude	Açude da cooperativa	47	Bombinha e Mariano	Idem
Idem	Pedra Fina	30	Menininha	Idem
Compra do excedente da produção	Sede Municipal	50	Cooperativa Manoel Caboclo	Idem
Casa de farinha	Sítio Altos	30	Antônio Albertino	Idem
Avicultura	Sítio Altos	05	Ass. de produtores rurais de B. J. (Manoel Caboclo)	Idem
Extração de Pedras	Sítio Sapucaia	25	Idem	Idem
Máquina de costura	Sítio Altos, Umari e Icó	115	Manoel Caboclo, Margarida Braga	Idem
Beneficiamento de frutas	Sede Municipal	-	Bombinha	Idem
Avicultura e pocilga	Sítio Feijão	30	Antônio Custódio	Idem
Abastecimento de insumos	Idem	1.200	Idem	Idem
Reuniões e treinamentos	Altos, Feijão, Umari e Barrancos	60	Manoel Caboclo, Antônio Custódio	Social
Assistência Jurídica	Município	-	STR	Idem
Assistência Técnica	Idem	151	Emater B. Jardim	Idem
Melhoria habitacional	Chã do Caboclo	75 famílias	Centro Social C. de Bom Jardim	Idem

Fonte: SUDENE (1985) / PRORURAL (1998).